



CIRCUITOS DE INVERNO

Festivais esquentam a economia no Brejo

Iniciativas culturais atraem turistas e favorecem o comércio da região. *Página 17*

Foto: Carla Miranda

Causos do Centro Cultural São Francisco serão contados em experiência noturna

A partir de setembro, o projeto Mistérios do São Francisco explora elementos cênicos para apresentar curiosidades e relatos sobrenaturais no complexo arquitetônico.

Página 8

Lideranças sugerem rigor em análise de propostas para o público LGBTQIA+

Além da representatividade, campanhas devem valorizar a inclusão de políticas públicas de diversidade sexual e de gênero.

Página 13

Atletas paraibanos são convocados para o Mundial de Handebol de Areia

Camila Queiroga e Uziel Ferreira vão representar o Brasil na competição que será realizada de 17 a 22 de setembro, em Portugal.

Página 21

Tizuka Yamasaki integra programação do 51º Festival de Inverno de CG

Cineasta ministra uma oficina gratuita e terá quatro de suas produções exibidas no evento, a partir de amanhã.

Página 9

Uso indevido de calçadas compromete a mobilidade

Apesar da infração, a circulação de veículos em passeios públicos ainda é uma prática recorrente.

Página 5

Foto: Carlos Rodrigo



Ilustração: Tônio



Anna Paes desafiou velhos costumes do Brasil holandês

Jovem e determinada, senhora de engenho adquiriu, com sua competência, o respeito de autoridades da Coroa e da população.

Página 25

■ “Numa noite de frio em São Paulo, numa solidão de doer, avistei um balcão com as letras cintilantes do São Braz. Senti-me um pouco em casa”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “Em 1999, Copa do Brasil, o Corinthians veio à Paraíba enfrentar o Treze de Campina Grande. Quase perdeu a partida”.

Fábio Mozart

Página 14

■ “Na Paraíba, a carteira de empreendimentos de 2026 prevê R\$ 3,5 bilhões em investimentos em geração eólica e R\$ 2,9 bilhões em geração solar”.

Marcílio Correia

Página 17



Pensar

Reportagem especial explora o tema das relações internacionais e explica como este campo profissional, que investiga as interações entre os atores globais, está imediatamente ligado ao que acontece na vida das cidades e no cotidiano.

Páginas 29 a 32

Editorial

Quadro chocante

A diminuição dos índices de desigualdades sociais é um imperativo indis-sociável de qualquer projeto destinado a tornar mais justa e solidária a vida em qualquer país, de modo particular, naquelas nações mais assoladas por questões como, por exemplo, a divisão da sociedade entre poucos ricos e muitíssimos po-bres, além dos preconceitos de raça e gênero, baixa escolaridade e difícil acesso a emprego e renda.

Outro fator desestabilizante, relacionado à concretização do sonho de um mun-do mais pacífico e menos desigual, são os conflitos armados, que envolvem des-de pequenos grupos a nações de pujantes economias e poderosos arsenais mili-tares, como a Rússia (em guerra com a Ucrânia) e os Estados Unidos da América (EUA) e Israel, aliados no genocídio que vem sendo praticado contra o povo pa-lestino, no Oriente Médio.

Acrescente-se a isso o fato de ter se tornado muito mais perigoso, do ponto de vista histórico, servir ao próximo, conforme acentuou o secretário-geral da Orga-nização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, em mensagem divulgada por ocasião do Dia Mundial Humanitário. O tom claramente negativo das palavras de Guterres, infelizmente, encontra respaldo na atormentada realidade planetária.

Guterres homenageou os profissionais dedicados a prestar ajuda, de alguma maneira, a milhões de pessoas que passam por necessidades ao redor do mundo, enumerando, exatamente, as barreiras que esses homens e mulheres enfrentam em seus esforços para estender as mãos aos seus iguais, que estão em situação de crise e risco. Nessa luta, mais de mil profissionais humanitários foram mortos nos últimos três anos.

O secretário-geral lembrou que a maioria dos que perderam a vida em missão humanitária era de trabalhadores locais que apoiavam as suas próprias comuni-dades. E poderia ser ainda pior, haja vista que, segundo Guterrez, “inúmeros ou-tros escaparam por pouco de tiros, disparos de artilharia, bombardeios, seques-tros e estupros”. Isso porque, residências, escolas e hospitais estão entre os alvos de ataques.

Ser altruísta, enfim, nas regiões conflitadas, significa expor-se às artilharias, à desinformação, à escassez de dinheiro e ao bloqueio dos comboios de ajuda. Com isso, famílias que lutam para sobreviver assistem ao desespero de crianças que não têm o que comer nem remédios para curar as feridas do corpo e da alma. Es-ses são apenas alguns detalhes do grande quadro do caos planetário, pintado por um entristecido Guterrez.

Artigo

Quase ninguém fala do AI-14

O Ato Institucional nº 14 (AI-14) foi um decreto da Ditadura Militar brasi-leira, assinado em 5 de setembro de 1969 pela Junta Militar. Ele alterou a Consti-tuição para permitir a aplicação da pena de morte e da prisão perpétua em ca-sos de “guerra externa, psicológica ad-versa, ou revolucionária ou subversiva. Foi baixado pela junta militar e demais ministros de Estado — Augusto Ha-mann Rademaker, Aurélio de Lyra Ta-vares e Márcio de Souza e Mello, Luís Antônio da Gama e Silva, José de Maga-lhães Pinto, Antônio Delfim Netto, Má-rrio David Andreazza, Ivo Arzua Perei-ra, Tarso Dutra, Jarbas G. Passarinho, Leonel Miranda, Edmundo de Macedo Soares, Antônio Dias Leite Júnior, Hélio Beltrão, José Costa Cavalcanti, Carlos F.

A historiografia brasileira que tra-ta das medidas de repressão adotadas durante o período da Ditadura Mili-tar pouco se refere ao Ato Institucional nº 14, editado no dia 5 de setembro de 1969, pela Junta Governativa que suce-deu o presidente Costa e Silva, quan-do do seu afastamento por motivos de doença. Mostrou-se mais cruel do que o AI nº 5, porque autorizava a aplica-ção de pena de morte e prisão perpétua para civis nos casos do cometimento de crimes contra a segurança nacional ou participação em ações terroristas que resultassem em assassinatos.

Foi assinado um dia depois do se-questro do embaixador americano Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, por militantes da luta armada. Na nego-ciação com os ativistas políticos, cha-mados de “subversivos”, o governo aquiesceu em libertar 15 prisioneiros da Ditadura em troca da liberdade do diplomata americano. Os presos liber-tados foram encaminhados para o Mé-xico, no domingo, dia 7 de setembro pela manhã, e o embaixador liberado no fim da tarde do mesmo dia. Os dita-dores não engoliram a humilhação pú-blica sofrida.

Portanto, esse Ato Institucional era uma resposta do regime militar aos opositores e vigorou até 1978. Porém, o único condenado à morte durante a Ditadura Militar foi o jovem Theodo-miro Romeiro dos Santos, em 1971, por assassinar um sargento da Aeronáuti-ca em Salvador (BA). Ele foi sentenciac

do ao fuzilamento. O Superior Tribunal Militar (STM), porém, reformou a sen-tença e comutou-a em prisão perpétua, sob a justificativa de que o réu era me-nor de idade à época do crime, quan-do tinha 17 anos. Em 1979, ele fugiu da prisão e só retornou ao Brasil em 1985, com o restabelecimento da democracia. Atualmente, é juiz aposentado do traba-lho em Pernambuco. Embora não tenha havido execuções legais na época da Ditadura, o regime militar foi respon-sável pelo assassinato extrajudicial de mais de trezentos dissidentes políticos.

Na justificativa para a doção de tão extremada medida, e diante de negati-va repercussão perante a opinião pú-blica, o governo argumentava: “A guer-ra revolucionária é uma guerra externa no sentido de que o seu comando vem do estrangeiro embora as ações se de-senvolvam dentro de nossas fronteiras.

O AI-14, todavia, não intimidou os militantes que se negaram a retroce-der no seu projeto de contestação ao regime. Pelo contrário, a luta tornou-se mais combativa. Os atos terroristas su-cederam-se para desespero do gover-no militar. A desaprovação popular da medida e a imagem ruim que se propa-gou fora do país, fortaleceram esse en-corajamento de resistência, favorecen-do, inclusive, a decisão de comutação da pena de morte sentenciada ao estudante pernambucano. A Constituição de 1988 aboliu a pena de morte no Brasil.

“
O AI-14, todavia, não intimidou os militantes que se negaram a retroceder no seu projeto de contestação ao regime

Opinião

Foto Legenda

Leonardo Ariel



Do papel para a pele

Gonzaga Rodrigues

Instante da vida toda

Estou entre quatorze e quinze anos, ve-nho descendo a rua achando que valeu a pena ter deixado meu último tostão na sinu-ca da sorveteria Macaíba da Maciel Pinhei-ro, de Campina Grande, e dou com o olhar, detido, no velho José Carlos da Silva — o pai — encostado à porta ainda estreita da pri-meira fábrica do São Braz, na Simeão Leal.

De boa altura, rosto graúdo, avistado com olhos de admiração pelo adolescente ama-tutado que passa na outra calçada. A porta não é larga como as dos galpões fabris que vieram se tornar depois, abertas e amplia-das pelo filho para todo o Nordeste. E está ele como pessoa a mais comum, em man-gas de camisa, encostado a uma das om-breiras da torrefação primitiva empacota-da em embalagem com a imagem do bispo, médico e santo.

Vejo isso bem vivo, o sol daquela tarde como se fosse o sol de hoje, só que brilha-do por cima dos telheiros da Cardoso Viei-ra, rua que cruzava e continua cruzando para nos levar onde hoje é o Calçadão, e que aqui não dá para dizer o quanto esse cená-rio da quadra mais sem arrimo de minha vida camuflou-se entre as sombras de meu inconsciente.

E mais me lembro — razão de toda essa prosa — daquele ar de riso apenas esboça-do, quando menos por alguém que se sente alvo da curiosidade respeitosa de um ado-lescente. Poderia haver coisa mais fugidia?

Pois bem, ao ver pela tevê, José Carlos da Silva Júnior, ressurgiu-me rápido e tão claro quanto o instante daquele 1947 ou 48, aque-la presença única entre tantos passantes da rua, para mim instante da vida toda e de um estado de espírito que tem refluído em outras situações, mas sob o mesmo cenário.

José Carlos da Silva Júnior, símbolo dos mais representativos da elite empresarial de

“
Sua empresa projetou a Paraíba no cenário da indústria nacional do café. Atuou com influência entre essas lideranças

sua terra, ex-governador, ex-senador, com um nome muito além da pequena e remota Semeão Leal, avulta acomodando as mais vistosas dimensões na pérola desse instante.

Nos dávamos bem, mesmo distantes no convívio de nossas atividades, e numa noite de frio em São Paulo, apertando-me no casa-co com toda a força definhada dos braços (eu regressava de uma consulta médica), numa solidão de doer, avistei um balcão com as le-tras cintilantes do São Braz. E ali me sentei e respirei protegido de um aroma que vinha de longe. Mesmo entre estranhos e estran-geiros, vi-me em terra bem firme. Senti-me um pouco em casa com os pés enregelados em Congonhas.

Sua empresa projetou a Paraíba no cená-rio da indústria nacional do café. Atuou com influência entre essas lideranças, mas sem-pre com um sorriso aberto para a prata de casa. Quem alinhou as referências mais jus-tas e abrangentes ao perfil do empresário e do líder que neste ano estaria comemorando os 100 anos foi Abelardo Jurema Filho, em A União, da última terça-feira (18).

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA – PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO

Uma publicação da EPC

Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Gisa Velga
GERENTE – EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)

ASSINATURAS IMPRESSAS: anual R\$ 404,25 / semestral R\$ 202,12 / número atrasado R\$ 4

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

EM PATOS

Projeto acolhe e apoia pacientes com câncer

Espaço é dedicado ao acolhimento das pessoas atendidas pelo Hospital do Bem

Mirvan Lúcio
mirvanlucio.jornalista@gmail.com

A casa de apoio aos pacientes com câncer é um espaço dedicado ao acolhimento das pessoas atendidas pelo Hospital do Bem, referência no tratamento oncológico em Patos, no Sertão do estado. A abertura das suas portas, há oito anos, marcou o início da jornada de fortalecimento de um grupo de mulheres que decidiu transformar suas vivências em solidariedade. As Amigas Viva a Vida contam, atualmente, com 55 voluntárias, ajudando a humanizar e dar mais dignidade a quem enfrenta um tratamento oncológico.

A casa foi construída graças às doações e aos esforços de empresários e voluntários. Desde então, pacientes de diversas cidades da região ganharam um porto seguro para repousar e recuperar-se das exaustivas sessões de quimioterapia. Nos últimos dois anos, o projeto ampliou suas ações, estendendo a estadia dos pacientes, que passaram a dormir na residência, reduzindo a necessidade das constantes viagens.

Lúcia Romão é a atual presidente do projeto e coordena os trabalhos da casa de apoio. Segundo ela, o local recebe, em média, 40 pacientes por semana, entre estadias curtas e longas. Além de um ponto de descanso, a casa tam-



Foto: Arquivo Pessoal

Casa conta com 55 voluntárias e recebe, em média, 40 pacientes por semana de cidades do Sertão

bém fornece alimentação. “A finalidade da casa é receber as pessoas, para garantir segurança e conforto. E, nesse pensamento, nós conseguimos manter a casa 24 horas, de segunda a sexta. Aqui nós doamos carinho e amor, que é o que os pacientes precisam”, esclareceu.

A maior parte dos visitantes vem de cidades vizinhas, não têm como retornar às suas casas no mesmo dia ou dependem dos transportes oferecidos pelos municípios. É o caso do senhor Domingos Benedito, agricultor de 73 anos. A cada 15 dias ele acompanha a esposa, Cícera Benedito, 63 anos, em um tratamento para cura de um nódulo na coluna. Há um ano e oito meses o casal viaja de mais 180 km, de Cachoeira

dos Índios, no Alto Sertão, até Patos, para aplicação da medicação.

Essa não é a primeira vez que o casal precisa pegar a estrada para receber acompanhamento médico. Há cerca de cinco anos, Cícera já havia estado sob cuidados oncológicos e, em algumas ocasiões, o deslocamento era ainda mais demorado, com consultas em João Pessoa.

Para Domingos, o acolhimento na casa Amigas Viva a Vida faz toda a diferença. “Nós vamos para Patos, ela faz o tratamento, depois nós vamos para casa de apoio, dorme e só volta com três dias. Desde a primeira vez que nós botamos os pés aí foi só felicidade. O atendimento de todas é igual, elas dão atenção a todo mundo, deixam a cama

arrumada e recebe a gente bem demais. Parece que nós chegamos no céu”, relatou.

“Essas pessoas passam o dia recebendo quimioterapia e vêm de tardezinha para cá para repousar e dormir. Tem gente que passa a semana inteira fazendo o tratamento e é muito cansativo ficar viajando. Aqui, a gente recebe todo mundo com muito carinho”, reforçou Lúcia.

Como retribuição pelo acolhimento, Domingos também faz a sua parte, ajudando e alguns afazeres na manutenção da casa. “Sempre que a gente vem, eu água as plantas, passo o pano, boto o lixo para fora, tento ajudar no que eu puder. Porque o que elas fazem por nós, eu não tenho nem como dizer, só agradecer”, reconheceu o marido de Cícera.

Trabalho fortalecido pela solidariedade

O lugar de repouso nasceu por meio da iniciativa da senhora Gerúsia Delfino que, após vencer uma batalha contra o câncer de mama, resolveu criar uma rede de apoio para assistir a outros pacientes. A fundadora permanece engajada nas atividades do projeto. Em maio deste ano lançou o seu segundo livro, com o título *A vida depois do câncer*, contando sua trajetória de ativista e cuidadora. História que perpassa a iniciativa filantrópica e relata um olhar de humanização, dedicação e entrega. “Eu escrevi sobre minhas vitórias, minhas conquistas e a história do grupo Amigas Viva a Vida, que é também a história da solidariedade do povo de Patos”, afirmou.

A idealizadora do Amigas Viva a Vida comemorou a consolidação do trabalho iniciado por ela e fortalecido por tantas outras mulheres que também venceram a doença. “É com muita alegria que estou aqui, depois de tantos anos nessa luta, incentivando e, cada vez mais, fortalecendo essa caminhada. Se amanhã eu passar, já que ninguém é eterno, tenho certeza que deixei essa memória de luta”, afirmou Gerúsia. Parte da equipe de voluntárias é composta de mulheres que partilham a mesma experiência de luta no combate ao câncer.

Além do trabalho na casa de apoio, às voluntárias realizam ações também no Hospital do Bem, fazendo visitas, ouvindo e levando palavras

de conforto a quem está buscando uma recuperação. “A certeza de que o câncer tem cura, que eles não podem desistir da vida, e é isso que as meninas que ali estão fazem todos os dias. Elas geram esperança de vida para todos aqueles pacientes. Dizendo isso, eu acredito que a gente traz um pouco do relato da importância desse trabalho para todos os pacientes oncológicos. E nós, enquanto o Hospital do Bem, nos sentimos extremamente felizes”, relatou Francisco Guedes, diretor da unidade hospitalar.

Ainda de acordo com Francisco Guedes, a Casa de Apoio Amiga Viva a Vida dá um suporte a todos os pacientes oncológicos que necessitam. Cerca de 95% dos pacientes deslocam-se dos seus territórios em carros cedidos pelo município. “A casa surge com o objetivo de dar abrigo a essas pessoas, trazendo conforto, qualidade de vida, dignidade, porque lá eles conseguem repousar, lá eles conseguem fazer suas refeições. Eles conseguem ter uma interatividade, ouvir testemunho de pessoas que vivenciaram, muitas das vezes, aquela mesma história que eles estão vivendo e conseguiram ter êxito, ser curado, e hoje são apoiadores da casa”, destacou.

O grupo promove, ainda, iniciativas de distribuição de toucas, lenços e próteses capilares para quem, como efeito colateral do tratamento, perde os cabelos. Os pacientes

em situação de maior vulnerabilidade também recebem cestas básicas, doadas por voluntários ou fruto de campanhas feitas por instituições parceiras que se mobilizam pela causa.

Todo o trabalho do Amigas Viva a Vida é custeado por doações de colaboradores. Em 2025, a Câmara de Patos aprovou a concessão de uma subvenção mensal paga pelo município, no valor de R\$ 2 mil. Porém, a quantia não supre as necessidades de manutenção da casa. Como alternativa para angariar fundos, o grupo mantém um bazar solidário, em que comercializa roupas, calçados, acessórios, livros e outros artigos. O bazar recebe doações da população de peças e itens que estejam em bom estado de conservação e possam ser comercializados. Toda a renda é revertida para o custeio das ações de apoio aos pacientes.

Corrida beneficente

A corrida de rua tem atraído muitos adeptos em Patos. Na perspectiva de angariar fundos e garantir a constância na assistência aos pacientes, foi lançada, no início deste mês, a sétima edição da Corrida Amigas Viva a Vida. O evento esportivo acontecerá no dia 18 de outubro e está com inscrições abertas. Os participantes poderão escolher entre duas modalidades, caminhada ou corrida, com percursos de 3 km e 5 km. Uma forma encontrada pela

organização, para integrar também pessoas que ainda não correm, mas querem estar presentes no evento filantrópico.

As inscrições estão no segundo lote, com opção de três categorias: Comunidade, ao preço de R\$ 104,90, pessoas com deficiência (PcD) e idosos 60+, além de uma classe especial para pessoas em tratamento oncológico, ambos os grupos com investimento de R\$ 54,90. De acordo com a equipe organizadora, serão distribuídos R\$ 3 mil em prêmios, além de troféus para quem conquistar o pódio e medalhas para todos os participantes, além do kit atleta, com camiseta.

A expectativa é que neste ano a corrida reúna um número maior de corredores, ultrapassando as edições anteriores. “É uma corrida muito bonita, reúne muitas pessoas que se interessam em nos ajudar e a gente espera fazer um evento ainda maior do que no ano passado”, anseia Lúcia Romão.



Por meio do QR Code, acesse a inscrição da corrida

Eduardo Augusto

eduardomelosocial@gmail.com

A lição da borboleta

Sentei-me num dos bancos de madeira do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, buscando me preparar para semana, que mais uma vez iria começa a todo vapor. Meu plano era apenas descansar, deixar o tempo escorrer entre os dedos enquanto observava o movimento preguiçoso da tarde. Foi quando meus olhos a encontraram. No vão livre, sob a luz que se derramava como um holofote natural, uma bailarina ensaiava.

Não havia plateia, não havia música, ou se havia, ela tocava apenas dentro dela. Havia somente o silêncio cúmplice do espaço e o som abafado das sapatilhas contra o chão, num tique-taque ritmado de um relógio de esforço. Ela rodopiava. Rodopiava e caía. E levantava. E rodopiava de novo.

Fiquei ali, estático, preso por uma beleza que não vinha da técnica impecável, mas justamente da imperfeição. Ela estava longe do ideal que, imagino, habita a mente de todo artista. O corpo buscava um alinhamento que ainda não encontrava, o eixo a traía no meio do giro, o braço se descompassava do tronco. Era um balé de tentativas, de quedas contidas, de respirações ofegantes. Uma luta silenciosa entre o corpo pesado e o sonho leve de flutuar.

O suor escorria-lhe pela testa, colava os fios de cabelo rebeldes às têmporas. As repetições eram exaustivas. Qualquer pessoa normal, diante de tamanha fadiga e da frustração de falhar tantas vezes, teria franzido o cenho, praguejado baixinho, desistido com um gesto brusco de impaciência. Mas não ela.

E foi, aí, que a cena me capturou por completo: porque, em nenhum momento, a fadiga esculpiu em seu rosto uma careta de desgosto. Ao contrário: a cada queda, a cada reinício, a cada respiração profunda antes de tentar novamente, ela esboçava um sorriso. Não era um sorriso protocolar, daqueles ensaiados para o palco, mas um sorriso largo, íntimo, de quem guarda um segredo precioso.

Ela sabia. Ela compreendia algo que, por vezes, esquecemos na maratona diária. O sorriso não era pela dor, mas pela consciência de que a dor era o caminho. Ela sorria porque sabia que a perfeição, ou o quase lá, não é um presente que cai do céu, mas uma construção erguida com a argamassa da repetição e do esforço. Cada tombo, para ela, não era um fracasso; era um degrau. Cada giro imperfeito era uma conversa com o próprio limite, um ajuste fino na busca do equilíbrio impossível.

E a vida não é,

afinal, esse balé?

Acordamos todas as manhãs para o nosso ensaio particular. A rotina é a nossa coreografia. E, convenhamos, erramos passos o tempo todo. Rodopiamos na bolsa de valores e caímos. Ensaíamos um gesto de paciência com o filho e nos desequilibramos no tom da voz. Tentamos o passo a dois do amor e, por vezes, pisamos no pé do parceiro. Trabalhamos, suamos, repetimos as mesmas tarefas, e a vida, como uma coreógrafa severa, nos coloca diante de espelhos nos quais enxergamos apenas nossas falhas.

Mas a bailarina ensinou-me naquela tarde que a maestria não reside em não cair. Reside no que sentimos enquanto caímos e no rosto que fazemos ao levantar. É sobre a dignidade do recomeço. A beleza não está no salto que desafia a gravidade sem esforço; a beleza está na construção desse salto, nos bastidores encharcados de suor, nas mil repetições invisíveis que ninguém aplaude.

A sociedade nos vende a ideia do sucesso instantâneo, do corpo perfeito sem treino, da carreira meteórica sem tropeços. Mas a vida, em sua sabedoria silenciosa, nos mostra que a graça de uma borboleta é forjada na escuridão do casulo. A bailarina parecia uma borboleta em seus passos leves, mas era uma borboleta que, em plena luz do dia, escolhia enfrentar a gravidade de novo e de novo, consciente de que cada músculo dolorido era a preparação para o voo.

Quando me levantei para ir embora, o sol já se despedia no horizonte. Ela ainda estava lá, a bailarina. Rodopiava. Caía. Sorria. E ao sorrir, não parecia estar treinando para um espetáculo futuro. Parecia, na verdade, estar vivendo plenamente a beleza de sua própria construção. A perfeição? Essa é só uma consequência de quem tem coragem de bailar — e sorrir — durante o ensaio.

Colunista colaborador

Giucélia Figueiredo

Conselheira federal do Confea

“Nosso maior objetivo é valorizar a ética profissional”



Em entrevista, conselheira fala sobre as ações que o sistema desenvolve para favorecer diretamente a sociedade em geral

Nalim Tavares
nalimtavaresrdo@gmail.com

Com o objetivo de zelar pela defesa da sociedade e impulsionar o desenvolvimento sustentável do país, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), junto aos Conselhos Regionais (Creas), forma o chamado Sistema Confea/Crea, que busca assegurar o cumprimento dos princípios éticos por todos os profissionais da área e dos serviços realizados por eles.

Tal articulação ganha força com a Mútua, uma sociedade civil sem fins lucrativos, cujo objetivo é oferecer a seus associados planos de benefícios sociais, previdenciários e assistenciais, de acordo com a disponibilidade financeira.

A fim de compreender melhor quais ações o sistema desenvolve para favorecer diretamente a sociedade em geral, o jornal **A União** conversou com a ex-presidente do Crea-PB e atual conselheira federal do Confea, Giucélia Figueiredo.

Entrevista

Neste ano, o plenário do Confea eleger a senhora, por unanimidade, para liderar a Coordenadoria Nacional de Ética e Exercício Profissional (CEEP). Quais são as principais metas desta coordenadoria?

Nosso maior objetivo é valorizar a ética profissional do Sistema Confea/Crea e da Mútua, julgando processos referentes a infrações ao Código de Ética Profissional e à legislação profissional, oriundos dos 27 Creas, bem como relacionados ao exercício das nossas profissões. Nesse escopo, propomos diretrizes para unificar ações das comissões de ética dos Creas e para facilitar a atuação das coordenadorias de câmaras especializadas desses mesmos conselhos, deliberando sobre suas propostas. No ano passado, por meio da Resolução nº 1.050, aprovamos que profissionais abrangidos por qualquer tipo de infração ética, inclusive a má conduta pública, o escândalo e o crime infamante, sejam declarados inelegíveis no sistema. Assim, avançamos pouco a pouco e temos consciência de que o trabalho da CEEP é uma responsabilidade enorme, pois ela supervisiona, cada vez com mais rigor, as atividades profissionais de todas as modalidades da engenharia, agronomia e geociências.

O Confea atua para combater o exercício ilegal das profissões relacionadas e para garantir que apenas trabalhadores qualificados assinem projetos. Como funciona essa fiscalização e como ela proporciona benefícios diretos para a segurança pública?

Nosso marco legal, a Lei nº 5.194/1966, regulamenta nossas atividades profissionais e cria o Conselho Federal e os 27 Conselhos Regionais, definindo as prerrogativas da normatização, no caso do Confea, e da fiscalização do exercício profissional, no caso dos Creas. Essa estruturação garante que toda e qualquer obra ou serviço de engenharia, agronomia e geociências deva ser executada por profissionais habilitados. A fiscalização é realizada por meio da normatização e do acompanhamento das atividades de fiscalização dos Creas, bem como pelo acompanhamento

ético do exercício profissional e da conduta pública dos profissionais. Isso significa aprovar normas que facilitem e incentivem a fiscalização nos Conselhos Regionais, assim como o bom andamento das suas atividades administrativas. Por sua vez, isso envolve repasses financeiros aos regionais e sua fiscalização, a divulgação valorativa das nossas atividades e suas relações com aspectos diversos da sociedade, bem como esforços para a aprovação de medidas legislativas de interesse deste exercício profissional. É importante destacar que o nosso objetivo não é atuar, mas garantir a presença do profissional habilitado para proporcionar segurança à população. Nesse aspecto, o Confea tem procurado contribuir mais efetivamente para a formulação de políticas públicas, seja participando de fóruns consultivos e deliberativos ou por meio da criação, em 2026, do Índice Confea de Infraestrutura do Brasil (Infra-BR), no qual são registrados, cientificamente, por meio de uma parceria com os criadores do Índice de Proteção Social (IPS), os principais dados sobre a infraestrutura brasileira, incentivando sua recuperação por meio de análises que deverão ser publicadas brevemente. Assim, buscamos que os indicadores sociais apontem, nos próximos anos, para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

Quais são os maiores desafios que o Sistema Confea/Crea enfrenta atualmente?

Conscientizar a população, o setor produtivo e o governo, nos três níveis, de que contratar um profissional da engenharia, da agronomia e das geociências não é despesa, é investimento. Essa é uma questão cultural. Posso dar um exemplo: atualmente, estamos desenvolvendo um esforço muito grande para mostrar à sociedade a importância do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) dos sistemas de climatização, definido pela Lei nº 13.589/2018. Pouca gente sabe, mas existe uma regulamentação legal para exigir o cumprimento de normas técnicas e da contratação de

profissionais habilitados para fazer com que as instalações de uso coletivo, públicas e privadas contemplem essas exigências, em relação aos ambientes de ar interior climatizados.

Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT-PB) e do Ministério da Saúde apontaram que, em 2025, foram contabilizadas cerca de 8.829 notificações de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e que, a cada hora, pelo menos um acidente do tipo era registrado na Paraíba. Atualmente, como o Confea enxerga esse quadro e quais ações são realizadas para mobilizar, conscientizar a população e prevenir acidentes?

Infelizmente, os índices de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho no nosso país são alarmantes. Precisamos, cada vez mais, mobilizar, conscientizar e fiscalizar, em um trabalho conjunto com os órgãos governamentais, o setor produtivo e a sociedade civil organizada, implementando um ciclo de ações que crie uma consciência de prevenção. O Sistema Confea/Crea e a Mútua têm atuado nesse sentido, participando ativamente de atividades e ações e, através do seu corpo de fiscalização, têm contribuído para que a conscientização gere, cada vez mais, a prevenção. É um trabalho desenvolvido em praticamente todo o país e que deve ser considerado em torno do histórico recente da engenharia de segurança do trabalho, fruto de uma pós-graduação para engenheiros e também para arquitetos, os únicos profissionais que podem exercer essas atribuições.

A segurança em obras e serviços é vista, muitas vezes, apenas como uma exigência burocrática, e não como um valor fundamental. Como o Confea atua para ir além da fiscalização punitiva e incentivar uma cultura de prevenção nas empresas e canteiros de obra?

Como comentamos anteriormente, a prevenção nos parece muito mais uma questão cultural. Infelizmente, ainda temos uma cultura muito associada ao “jeitinho”, a fazer as coisas no improviso. Isso não pode continuar. Precisamos mudar essa cultura, o que só pode ser feito por meio da divulgação — algo que apresentou um salto muito grande nos últimos anos de gestão do Confea. O cerne da questão é este: sairmos da fiscalização burocrática e incorporarmos o conceito de fiscalização cidadã, educativa, que oriente para a regularização da obra, cumprindo todos os princípios da engenharia e gerando segurança para os trabalhadores e para a sociedade. São medidas que demandam ainda mais esforços, para que a sociedade compreenda o papel das profissões do Sistema Confea/Crea.

Recentemente, em sessão plenária, o Confea renovou o Termo de Compromisso de Combate à Violência contra as Mulheres. Quais medidas o Confea tem adotado para garantir ambientes mais seguros e respeitosos para as mulheres?

Eu fico muito à vontade para

abordar esse tema, pois fui precursora do debate de gênero e de combate à violência contra as mulheres no nosso sistema profissional. Desenvolvi bastante esse conceito no Crea-PB, disseminando a valorização da atuação feminina, tanto no pátio de obras e nos demais locais de exercício da profissão como no próprio Crea, por meio do incentivo ao aparecimento de novas lideranças femininas. E, ainda, na Mútua, onde também incentivamos muito o respeito à diversidade. Em julho, o plenário do Confea renovou esse termo de compromisso em favor de ambientes de trabalho mais seguros, respeitosos e inclusivos. Também estamos mais abertos a difundir iniciativas e parcerias para a conscientização, a prevenção e o combate a todas as formas de violência e de discriminação contra as mulheres. Esse esforço tem se refletido em uma participação maior das mulheres nos cargos de liderança, em um nível superior ao das últimas décadas, embora ainda longe do ideal.

O Sistema Confea/Crea e a Mútua também aprovaram uma medida inédita, que inclui a condenação por violência doméstica como critério de inelegibilidade para cargos no conselho. A senhora poderia falar um pouco sobre essa decisão?

Essa decisão tem muito a ver com a questão do esforço que vem sendo feito pelo sistema, para reconhecer os crimes infamantes de que tratamos antes. Não importa apenas que o profissional mantenha a sua ética profissional, mas também que ele seja um cidadão exemplar, que não ofereça riscos à sociedade e à imagem da categoria profissional como um todo. Assim, a resolução veio nesse sentido, impugnando candidaturas de pessoas condenadas por violência doméstica, o que, no Brasil, está diretamente associado à violência contra as mulheres. A resolução foi aprovada em abril do ano passado e já valeu para as eleições gerais que realizamos em julho deste ano, em todo o país. Ela inclui, ainda, outros crimes, inclusive os relacionados ao meio ambiente e à saúde pública, bem como os referentes à lavagem e à ocultação de bens, direitos e valores. Sem dúvida, é uma das resoluções mais impactantes dos últimos anos.

O Confea recebeu o Selo Ouro de Boas Práticas no Combate à Violência Contra as Mulheres, concedido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O que esse selo representa para a imagem do conselho e de que forma ele consolida o Confea como referência em equidade de gênero?

O esforço pela equidade de gênero já vem sendo feito há alguns anos pelo Confea. Já havíamos sido reconhecidos por outros prêmios, mas, no ano passado, a ABNT nos reconheceu com esse nível de boas práticas. Isso demonstra a necessidade de continuar apostando que o conselho profissional precisa estar interessado no que se passa a seu

redor, não podendo deixar de participar das campanhas importantes para a sociedade. Não é apenas pela necessidade de participar politicamente, algo que deve ser encarado de uma maneira mais natural, mas para demonstrar o nosso papel institucional que precisa ser sempre evidenciado para que possamos sensibilizar a sociedade e termos as nossas expectativas também reconhecidas por ela.

A engenharia e a agronomia são áreas envolvidas no desenvolvimento social. Como a função social do exercício dessas profissões é pautada no Confea?

É pautada sob esse ponto de vista mais institucional, em que as profissões contribuem para a efetivação de políticas públicas e para outras formas de intervenção. Também estamos preocupados em oferecer à sociedade uma contribuição cada vez mais efetiva para as suas atividades no cotidiano. Assim, funcionam as matérias jornalísticas e as propagandas institucionais que estão sendo conduzidas pelo Confea. Mostramos muito o papel da engenharia e das tecnologias que as envolvem, valorizando tanto as atividades profissionais, como o exercício profissional habilitado para que possamos fazer com que a sociedade nos veja como um instrumento para a sua segurança e também para o seu bem-estar.

O Confea reúne lideranças regionais de todos os estados do Brasil para tomar decisões de impacto nacional. Como o conselho garante que as necessidades dos estados menores ou do interior do país sejam ouvidas nas grandes decisões?

Estamos incentivando uma participação ainda mais democrática em nosso plenário por meio da aprovação do PL nº 1.024/2020, no que chamamos de “federalização do plenário do Confea”. É uma luta que vem de muitos anos e que busca garantir a participação igualitária entre todos os entes federativos, para que possamos reunir, em nosso palco deliberativo, a participação em sua forma mais completa. Hoje, temos um sistema denominado de “Rosa dos Ventos”, em que é feito um rodízio de modalidades e estados, para que sejam eleitos novos representantes a cada ano. Não é o ideal, e o PL nº 1.024 expressa isso. Mas, independentemente dessa forma de representação, buscamos sempre ouvir a realidade de todos os estados, além do próprio plenário, por meio, principalmente, das entidades de classe que compõem o Colégio de Entidades Nacionais (Cden) e por meio do Colégio de Presidentes, que reúne todas as lideranças dos Creas. Anualmente, temos também a Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia, além do Congresso Nacional dos Profissionais, a cada três anos. Acreditamos que essa representação seja a mais legítima, enquanto não temos aprovada a federalização do plenário.

CALÇADAS

Uso irregular ameaça os pedestres

Prevista como infração no CTB, ocupação indevida por veículos compromete a mobilidade urbana em João Pessoa

Barbara Nascimento
barbara.oliveira@epc.pb.gov.br

Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) classificar a circulação de veículos sobre passeios públicos como infração gravíssima e o estacionamento como um desvio grave, o uso das calçadas como extensão das ruas ou estacionamento informal segue sendo uma prática corriqueira na capital paraibana. O impasse evidencia a ausência de normas urbanísticas eficientes para garantir o direito de ir e vir dos pedestres com segurança.

De acordo com o especialista em Trânsito Nilton Pereira, a certeza da impunidade é o fator que mais alimenta tal irregularidade no cotidiano urbano. “Estacionar sobre a calçada é o tipo de infração que todo mundo comete sabendo que é errado, achando que não vai criar nenhum transtorno. Muitas vezes, a pessoa faz isso para não interferir no tráfego de veículos, sem se preocupar com o que gera aos pedestres”, afirma.

Para Pereira, o principal entrave para sanar o problema é a falta de decisão política por parte das gestões municipais para coibir o mau uso do espaço público. “Como a população sabe que a fiscalização é praticamente inexistente, faz isso com a maior facilidade, com a certeza da impunidade. Hoje, existem maneiras ágeis de realizar a fiscali-



Principalmente, em vias como a [Avenida] Josefa Taveira, é bem complicado para o pedestre

Gilson Felintro

zação, por meio de veículos equipados com câmeras que identificam, registram e multam essa infração sem o agente sair do carro. Mas, para isso, é preciso tomar a decisão de acabar com essa prática”, aponta o especialista. Nilton também defende que ações punitivas sejam precedidas por campanhas educativas.

A falha no monitoramento reflete-se na rotina de quem precisa caminhar a pé pelas vias urbanas. Essa imprudência é vivenciada pelo auxiliar de serviços gerais Gilson Felintro, que pontua como os trechos de maior movimento concentram fla-

grantes preocupantes. “Principalmente, em vias como a [Avenida] Josefa Taveira, é bem complicado para o pedestre. Geralmente, os motociclistas passam pelas calçadas para cortar o trânsito no horário de pico. Quando o sinal fecha, eles querem passar rápido e sobem na calçada, como frequentemente vejo. A gente se preocupa ainda mais quando está com crianças”, relata Felintro, que transita diariamente pelas ruas e avenidas movimentadas de Mangabeira, bairro onde mora.



É comum que motociclistas cruzem os passeios públicos para driblar o trânsito, expondo transeuntes ao risco de acidentes

Fotos: Carlos Rodrigo

Estacionar sobre a calçada é o tipo de infração que todo mundo comete sabendo que é errado

Nilton Pereira

Falta de padronização

Outro desafio histórico enfrentado por quem caminha a pé é a conservação e a falta de acessibilidade dos passeios. Existe um descompasso estrutural entre o CTB — que define a via pública como o espaço de “muro a muro”, englobando a calçada — e os códigos de urbanismo municipais, que transferem a responsabilidade da construção e manutenção ao proprietário do imóvel.

Segundo Nilton Pereira, a descentralização sem

diretrizes claras inviabiliza a padronização das vias. “Os municípios não definem como essa calçada deve ser construída, não estabelecem uma continuidade entre lotes vizinhos nem o tipo de material a ser utilizado. Pouquíssimos municípios no Brasil avançaram nesse sentido. Como não há normas construtivas padronizando as calçadas, não há o que fiscalizar nem punir o que é evidentemente inadequado para a circulação de pedestres”, explica o pesquisador.

Avanço do comércio sobre os passeios públicos também desafia circulação

Além do estado das calçadas e do uso indevido por automóveis, o avanço de mesas e cadeiras de estabelecimentos comerciais, o comércio ambulante e a circulação de ciclomotores e bicicletas comprimem ainda mais a faixa livre de pedestres. A prática eleva o risco de atropelamentos e acidentes, afetando, principalmente, idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida.

Nilton Pereira reitera que o problema não decorre da falta de regras, mas da ausência de aplicação das leis já existentes por parte dos órgãos competentes. “É muito comum ver bares e restaurantes expandindo suas áreas de mesas e cadeiras sobre calçadas, ciclofaixas e até mesmo sobre o espaço de circulação de carros. Em alguns casos, não se trata nem de expansão da área de ocupação, mas de uso mesmo desse espaço para o comércio”, analisa.

“É uma prática recorrente, visível e sentida por quem passa por esses locais, mas, se a prática existe, é por falta de fiscalização e punição a quem faz isso. A circulação segura exige que o espaço reservado a cada usuário seja respeitado, seja ele para pe-



Vendedores ambulantes disputam espaço com pedestres

destre, para ciclista ou para carros”, conclui Pereira.

O avanço do comércio e de veículos sobre o passeio público altera a dinâmica nos corredores mais movimentados da capital. A disputa de espaço com veículos motorizados e bicicletas transforma uma simples caminhada em uma travessia cheia de obstáculos, na qual a pressa de alguns condutores sobressai-se em relação à segurança dos transeuntes.

A sensação de vulnerabilidade faz parte da rotina da estudante Eveline Márcia e da profissional de Educação Física Maísa Vieira. Ao dividirem o espaço das calçadas com veículos que deveriam circular exclusivamente na pista, elas refor-

çam que o cuidado precisa ser dobrado a cada passo. “A gente tem que andar com muita atenção para não ser atropelada. Geralmente, é mais com moto, porque as bicicletas respeitam mais do que os motociclistas”, observou Maísa.

Outra prática que limita a mobilidade urbana é a expansão da área de mesas por bares e restaurantes, afetando até os veículos

Fiscalização pela Semob-JP mira regiões com maior fluxo de pessoas

Procurada pela reportagem para responder sobre a rotina de fiscalização e o atendimento às queixas de quem transita pelas ruas da capital, a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Semob-JP) informou que realiza, diariamente, a fiscalização das calçadas para coibir ocupações irregulares que prejudiquem a circulação e a segurança dos pedestres. A secretaria esclareceu que suas equipes operacionais atuam no monitoramento contínuo das vias urbanas, priorizando áreas comerciais e corredores com maior fluxo diário de pessoas, a fim de evitar que os passeios públicos sejam desvirtuados de sua função primordial.

Paralelamente às rondas diárias, os agentes de mobilidade também atendem a denúncias da população, por meio do contato para urgências de trânsito. Pelo número telefônico (83) 98760-2134, que funciona como WhatsApp, é possível realizar o envio de mensagens de texto, áudios e vídeos, os quais auxiliam no acionamento dos profissionais para abordagem e adoção das medidas cabíveis. Essa interação

Sanções

Trânsito irregular sobre as calçadas gera sete pontos na CNH e multa de até R\$ 880,41; já quem estaciona indevidamente pode receber cinco pontos e pagar R\$ 195,23

direta com o cidadão tem se mostrado útil para mapear pontos críticos em diferentes bairros, além de agilizar o deslocamento dos fiscais para averiguar irregularidades registradas por pedestres e moradores atingidos.

A autarquia municipal reforça que “as calçadas devem permanecer livres para garantir o direito de ir e vir, especialmente de pessoas com deficiência e idosos”. O órgão chama a atenção para a necessidade do compromisso ético e cidadão de motoristas e comerciantes, e lembra que a obstrução do passeio obriga indivíduos a arriscar suas vidas, dispu-

tando espaço com veículos. A situação é ainda mais delicada para pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes ou que transitam com carrinho de bebê, por exemplo.

Com relação às punições, a gestão municipal reforça que a conduta ilegal de transitar pela calçada para burlar o sinal vermelho é punida, rigorosamente, conforme o Código de Trânsito. De acordo com o art. 193 do CTB, circular com o veículo sobre o passeio público constitui uma infração gravíssima, que gera sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Devido ao alto risco de atropelamento, a legislação aplica um fator multiplicador de três vezes sobre o valor-base da multa gravíssima (R\$ 293,47), resultando no valor final de R\$ 880,41.

Já para o caso de veículos estacionados indevidamente nas calçadas, o art. 181, inciso VIII, enquadra como infração grave, sendo prevista multa de R\$ 195,23, cinco pontos na CNH e a remoção do veículo. A Semob-JP enfatiza que a aplicação das penalidades visa restaurar a ordem urbana e conscientizar condutores sobre os perigos iminentes do desrespeito ao espaço exclusivo dos pedestres.

PATERNIDADE

Registros espontâneos crescem 143%

Dados são dos últimos cinco anos na PB; associação projeta que reconhecimentos voluntários terão recorde em 2026

Samantha Pimentel
samanthahuniao@gmail.com

Os reconhecimentos espontâneos de paternidade realizados nos cartórios de registro civil vêm crescendo no estado. Segundo levantamento feito pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), a Paraíba registrou um aumento de 143% nos últimos cinco anos e deve chegar, em 2026, ao maior número de sua história recente. São esperados, neste ano, cerca de 830 reconhecimentos voluntários, quase 18% acima do recorde registrado em 2024, quando houve 704 registros. E, mesmo que, em média, 525 crianças paraibanas ainda sejam registradas anualmente apenas com o nome da mãe, uma importante mudança de comportamento tem se consolidado: cada vez mais pais buscam reconhecer oficialmente seus filhos.

Os números da Arpen-Brasil mostram que, de 2021 a julho de 2026, 2.990 pessoas passaram a ter oficialmente reconhecida a paternidade perante os cartórios de registro civil do estado. O volume anual saltou de 279 reconhecimentos em 2021 para 679 em 2025 (sendo 386 em 2022; 558 em 2023; e o recorde de 704 em 2024). Até o dia 17 de agosto deste ano, já haviam sido realizados outros 470 reconhecimentos na Paraíba, sendo julho o mês com maior número de ocorrências (103), segundo informações da Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB).

Apesar desse avanço, os dados também indicam que o desafio permanece significativo, com centenas de crianças sendo registradas apenas com o nome da mãe. Foram 279 registros nessa condição em 2021; 386 em 2022; 559 em 2023; 701 em 2024 e 702 em 2025. Apenas até 28 de julho deste ano, outras 463 crianças já haviam sido registradas sem a identificação paterna, também de acordo com a Anoreg-PB.

Direitos

O registro com o nome do pai ajuda a garantir direitos fundamentais que vão muito além da inclusão de um nome na Certidão de Nascimento. O reconhecimento da paternidade efetiva a cidadania ao assegurar identidade civil completa, direitos sucessórios, acesso à pensão alimentícia, benefícios previdenciários,

fortalecimento dos vínculos familiares e maior segurança jurídica para toda a família.

Para ampliar e facilitar esses registros, os cartórios de registro civil passaram a oferecer, neste ano, uma plataforma eletrônica que permite iniciar o procedimento de reconhecimento voluntário de paternidade pela internet. A novidade reduz barreiras geográficas, facilita o acesso para famílias que vivem em cidades diferentes e amplia a possibilidade de regularização da filiação sem a necessidade de um primeiro atendimento presencial.

O presidente da Anoreg-PB, Carlos Ulysses Neto, ressalta que o crescimento dos reconhecimentos voluntários de paternidade no estado representa uma excelente notícia para toda a sociedade. “Cada reconhecimento de paternidade representa uma história que passa a ser oficialmente identificada. Os cartórios de registro civil têm o compromisso de facilitar esse acesso, e a nova plataforma digital é mais um passo para aproximar esse serviço da população e estimular que mais famílias regularizem essa situação de forma voluntária”, afirma.

Procedimento

Carlos Ulysses Neto explica que o procedimento para o reconhecimento de paternidade é bastante simples. “O pai pode comparecer a qualquer cartório de registro civil do país para manifestar de forma voluntária a sua vontade. E, quando falo em qualquer cartório, [isso significa que] não precisa ser o que está registrada a criança. Pode também ser solicitado pela internet, por meio da Central de Informações do Registro Civil, a CRC”, afirma o presidente da Anoreg-PB.

Ele ressalta que isso torna o procedimento muito mais acessível, simples e sem nenhuma burocracia. A ferramenta também permite que mães indiquem eletronicamente o suposto pai quando a criança foi registrada apenas com a maternidade estabelecida. Nesses casos, o cartório encaminha o procedimento para as providências previstas na legislação, preservando todas as garantias jurídicas e os direitos das partes envolvidas. Desde a implantação da plataforma, mais de mil procedimentos já foram iniciados em am-



Foto: Carlos Rodrigo

Inclusão do nome do pai na Certidão de Nascimento dos filhos garante direitos sucessórios e fortalece o vínculo familiar

biente digital, e a expectativa é que a inovação contribua para ampliar ainda mais os reconhecimentos espontâneos nos próximos anos, especialmente em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

O reconhecimento voluntário pode ser realizado em qualquer fase da vida. Quando o filho é menor de idade, é necessária a con-

cordância da mãe. Se for maior de idade, o consentimento é prestado pelo próprio reconhecido. O proce-

dimento é gratuito e produz os mesmos efeitos jurídicos do reconhecimento realizado no momento do registro

de nascimento, garantindo a plena constituição do vínculo de filiação e todos os direitos dele decorrentes.

População está mais consciente dos impactos da ausência de um pai

O juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa, Adhailton Lacet Correia Porto, também reforça a relevância do reconhecimento. Para ele, ter nos documentos o registro de paternidade ajuda a contar a história de cada pessoa. “A Certidão de Nascimento é o primeiro documento que atesta, sob o ponto de vista jurídico, a existência de uma pessoa nesse mundo, nesse universo legal. Quando não tem o nome de um pai, aí se faz necessário esse reconhecimento voluntário, no qual o pai se apresenta e a mãe aceita ou não. E, se houver dúvida, hoje se faz o exame de DNA para ratificar essa paternidade”, explica. O magistrado enfatiza, ainda, que essa exigência acontece em cumprimento ao que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sobre o crescimento de reconhecimentos voluntários de paternidade, ele destaca que isso se deve, em primeiro lugar, ao aumento da conscientização por parte dos supostos pais. Lacet atribui esse crescimento à divulgação pela imprensa e por campanhas publicitárias, bem como ao maior acesso à informação vivenciado pelos cidadãos. “As pessoas entendem que uma criança que cresce em um ambiente sem saber quem é o pai vai ter dificuldades na escola, onde existem aquelas datas comemorativas. Isso faz com que, hoje, se tenha mais consciência do que antigamente, quando os filhos nasciam, a mãe não registrava ou os pais também ignoravam, causando um problema muito grave, sobretudo do ponto de vista emocional”, pontua.

O juiz ainda ressalta

a importância de que os pais reconheçam seus filhos não apenas na formalidade do registro, mas se fazendo presentes no dia a dia e contribuindo com o processo de educação e formação das crianças e adolescentes. “Que eles continuem com esse interesse de proteger seus filhos da melhor forma possível e sobretudo de reconhecê-los, não só no papel, mas como filhos, tê-los sob a sua proteção. E, mesmo que não detenham a guarda de seus filhos, que busquem sempre ampará-los e, sobretudo, orientá-los. Porque a figura do pai não é necessariamente aquela que está dentro de casa, mas a pessoa que orienta o filho e que colabora na sua criação juntamente com a mãe, que é uma figura imprescindível na formação de toda criança”, conclui o magistrado.



Foto: Reprodução/Instagram @caribulyssesneto

O pai pode comparecer a qualquer cartório de registro civil do país para manifestar a sua vontade

Carlos Ulysses Neto

Vínculos socioafetivos também podem tornar-se oficiais

Além do reconhecimento da paternidade biológica, atualmente também é possível incluir, na Certidão de Nascimento, o nome de um pai socioafetivo. Esse foi o caso de Rubens Almeida, que passará a constar no registro da enteada, Ana Raquel. Ele conta que a iniciativa partiu dela, o que foi motivo de surpresa e de grande emoção. Divorciado,

com uma filha, ele se casou novamente há cerca de sete anos e passou a conviver com os filhos da sua atual esposa, com quem exerce também esse papel paterno.

“Hoje, eu tenho três filhos”, destaca Rubens, para quem o reconhecimento vem formalizar um vínculo que já existia no dia a dia. “Quando ela completou a maioridade, viu na televisão [que era

possível obter o reconhecimento socioafetivo] e, juntamente com a mãe, tomou a iniciativa de procurar o cartório e dar a entrada no processo. Quando cheguei à noite, tinha uma cartinha e eu me acabei de chorar. E, de fato, eu sou pai, né? São anos de convivência diária, ensinamentos e aprendizados, tanto com ela como com o caçula, Samuel”, destaca.

Agora, a família aguarda a nova certidão, que deve chegar em breve. “O sentimento já existia, sempre existiu, e ver esse reconhecimento partir deles, para mim, não tem preço”, celebra.

Jorge Berto Mendes também busca realizar o reconhecimento de paternidade socioafetiva do filho biológico de sua cunhada, Erick, para quem sempre exerceu o

papel de pai. “Eu me apeguei a ele, desde criança. O pai era ausente, e eu e minha esposa, que na época era namorada, dávamos suporte. E, em determinado momento, ele veio morar conosco. Sempre quis formalizar isso, mas nunca aconteceu. Hoje, Erick já tem 28 anos, mora sozinho, e ele mesmo está fazendo questão de incluir meu nome na sua certidão”, conta.

Sobre a importância desse gesto, Jorge comenta que a atitude o deixa muito emocionado. “Eu fico maravilhado, porque mostra o reconhecimento e o respeito dele comigo”, ressalta. O processo para obter a nova certidão ainda está em andamento, porque o desejo de Erick é também retirar o nome do pai biológico, com quem nunca conviveu.

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Casos ainda seguem subnotificados

Criada em 2018, lei criminaliza atos libidinosos, como toques em partes íntimas e abraços não consentidos

Alerta de gatilho:
esta matéria contém descrições de violência sexual

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com

No dia 9 de junho, a *influencer* digital paraibana Dalu gritou por ajuda. Na Praia de Intermares, em Cabedelo, ao voltar de uma corrida. Ela seguia para o carro, quando um homem aproximou-se, masturbando-se e proferindo palavras para constrangê-la. Em reação, Dalu gritou por ajuda. Após tentar pegar a bolsa dela, o homem fugiu. Ela ainda foi atrás dele, mas não conseguiu alcançá-lo. Logo depois, Dalu denunciou o ato nas redes sociais; ela havia sido vítima do crime de importunação sexual.

“Eu vi que a maioria dos homens tarados são covardes. Quando você [os] enfrenta, eles entram em pânico, em desespero. Ele saiu correndo. Saí atrás dele, gritando por socorro. O pior de tudo é que esse cara conseguiu escapar”, relatou, em vídeo, a *influencer*. Dias depois, o infrator foi preso após ser reconhecido pela vítima e por testemunhas, por meio de câmeras que registraram o crime.

De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026*, foram mais de 40 mil casos de importunação sexual registrados, em todo o Brasil, no ano passado. Na Paraíba, houve um aumento de 0,7% de 2024 a 2025, passando de 425 a 430 casos. No entanto, na prática, o número pode ser ainda maior. Conforme a quinta edição da pesquisa *Visível e Invisível: A vitimização das mulheres no Brasil*, projeta-se

que, no ano passado, mais de oito milhões de brasileiras tenham sido assediadas fisicamente, em transportes públicos; mais de cinco milhões, abordadas de maneira agressiva em baladas; e outras quatro milhões, agarradas ou beijadas sem consentimento.

Tipificação

Em 2017, um homem ejaculou no pescoço de uma mulher num ônibus, em São Paulo (SP). O ato entrou em uma lacuna legal à época, porque não poderia ser tipifi-

cado como estupro (já que não houve violência ou grave ameaça). Sua repercussão promoveu a criação da Lei nº 13.718/2018, que atualizou o Código Penal com o artigo 215-A. O mecanismo definiu a importunação sexual como “praticar, contra alguém e sem a sua anuência, ato libidinoso, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”, estabelecendo pena de um a cinco anos.

Ações como passar a mão em partes íntimas, um aperto mais incisivo em qualquer área do corpo ou abraços inoportunos e não consentidos podem ser consideradas

importunações sexuais. Mas o crime também pode ocorrer digitalmente — quando, por exemplo, um homem grava um vídeo por debaixo das pernas de uma mulher ou quando envia fotos de partes íntimas próprias, sem o consentimento da vítima.

“O grande critério é não ter a anuência da vítima”, explica a advogada Paula de Oliveira. “Importunação é passar a mão no corpo — o corpo como um todo, não necessariamente nas partes íntimas, mas no rosto ou na nuca, de forma a satisfazer a lascívia. É apalpar partes íntimas, esfregar o corpo na vítima, aproximar os

órgãos genitais. É uma conduta muito clara em eventos festivos, em que se beija à força, e em transporte coletivo”. Trata-se, também, de ações sexuais contra mulheres sem condições de anuir, como quando a vítima está desacordada ou durante um procedimento de saúde. As ações podem ocorrer tanto no espaço público como no privado.

Distinção

O crime de importunação sexual diferencia-se do assédio sexual e do estupro. No caso do assédio sexual, é necessário haver uma relação de hierarquia entre

o infrator e a vítima (mesmo que ambos estejam na mesma faixa hierárquica). O assédio é comum nas relações de trabalho, mas pode acontecer em locais como universidades.

Por outro lado, a advogada descreve como estupro o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, para a prática de conjunção carnal ou de qualquer outro ato libidinoso. “É violência física propriamente dita, mas também qualquer outro tipo de violência que gere um temor tão grande na vítima que a faça se submeter àquela situação”, pontua Paula.



Foto: Carla Miranda

Esse tipo de delito, marcado pela falta de anuência da vítima, pode acontecer tanto em espaços públicos quanto em ambientes privados, como aponta advogada

Busca por justiça parte de denúncia e provas coletadas

O momento de uma importunação sexual pode ser, ao mesmo tempo, chocante e imprevisível. De acordo com Paula de Oliveira, o primeiro passo é a vítima prezar, de imediato, pela própria segurança. “Se ela estiver em um local público, deve tentar buscar ajuda — seja de algum segurança que esteja no ambiente, seja da Polícia Militar, se estiver próxima, ou de qualquer pessoa de confiança”.

O segundo passo é juntar provas: guardar mensagens, fotos e vídeos que possam ter relação com o ato. Podem ser conversas com o suposto autor da violência ou gravações do momento em que o ato ocorreu. “Por exemplo, logo após a ação, a vítima manda uma mensagem para algum familiar, dizendo: ‘Acabou de acontecer isso, tô muito nervosa, me ajuda’. Isso pode servir como uma prova para que aquela situação possa ser enquadrada no tempo e no espaço”, orienta a advogada. Se possível, é fundamental identificar testemunhas; no transporte coletivo, por exemplo, pode-se pedir dados de contato (nome, tele-

fone e endereço) das pessoas que estavam próximas e presenciaram o ocorrido, a reação da vítima ou a do autor do delito.

A coordenadora das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) na Paraíba, Sileide Azevedo, reforça que, caso a vítima identifique o crime enquanto ele ocorre, é importante acionar a guarnição policial mais próxima. “Muitas vezes, isso ocorre em meio a uma festa ou aglomeração. Nesse caso, aciona-se a equipe policial próxima, para que esse autor seja preso em flagrante e conduzido até uma delegacia de polícia. Caso a vítima só se dê conta do ato depois, ela pode fazer um Boletim de Ocorrência [BO] e, a partir disso, é iniciado o inquérito policial sobre o caso”, detalha Azevedo. Durante a investigação, reúnem-se elementos para atribuir, ao infrator, a responsabilidade criminal pelo delito.

Trâmite

Após sua conclusão, o inquérito segue para o Ministério Público. “O órgão vai oferecer a denúncia, o processo vai tramitar na Justiça



Foto: Carla Miranda

Geralmente, o MPPB recebe o inquérito policial, mas a vítima também pode buscar a Ouvidoria da Mulher

Dulcerita Alves

e vamos ouvir a vítima, que é o principal elemento de prova. É o testemunho dela que faz com que o Ministério Público convença-se do crime”, explica a coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO) de Defesa das Mulheres do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Dulcerita Alves.

“Além disso, se precisarmos de provas, como gravações de uma festa ou de um lugar público, temos como solicitar”.

Também é possível reter a denúncia de importunação sexual diretamente ao órgão. “O MPPB é fiscal da lei e dono da ação penal. Se ele recebe uma vítima, precisa fazer sua oitiva e os encaminhamentos legais, para que o delito não fique impune. Geralmente, o MPPB recebe o inquérito policial e, a partir daí, toma as providências. Mas a vítima também pode buscar a Ouvidoria da Mulher, se for do gênero feminino, ou outros canais para fazer o registro da ocorrência”, enfatiza.

Para ter apoio nessa situação — inclusive quanto aos passos a serem dados para buscar justiça —, a mulher vítima de importunação sexual ainda pode recorrer ao Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB). “Acompanhamos o caso, prestando orientação e juntando documentos, também ingressamos com ações cíveis para pedir re-

paração à mulher, por danos morais e, quando é o caso, danos materiais”, conta a defensora pública Monaliza Montenegro.

Apreciação

O crime de importunação sexual pode chegar ao Poder Judiciário por dois caminhos: quando algum importunador é preso em flagrante, e a Justiça precisa decidir sobre sua prisão, ou com a oferta de uma denúncia pelo MPPB. “Assim, forma-se uma ação judicial contra o acusado, que tem prazo para apresentar defesa e provas. É realizada uma audiência de instrução e um julgamento, em que são ouvidas as partes e as testemunhas para, depois, o juiz julgar se é um caso de condenação ou absolvição”, explica o coordenador-adjunto de Violência Doméstica no Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), o juiz André Ricardo Costa.

Ele explica que, durante o processo, é preciso combater a revitimização da mulher, ou seja, evitar que ela precise, a todo momento, rememorar a situação em seus relatos. “Via de regra, é perguntado a ela se existe algum problema em

prestar depoimento na presença do réu, porque a escutamos sem a presença dele, para evitar um novo constrangimento. Todo o Judiciário tem essa preocupação, inclusive temos setores de acolhimento”, observa o magistrado, concluindo que “a palavra da vítima, nesse tipo de crime, tem sobrevalor”.



Foto: Arquivo pessoal

A DPE-PB presta orientação e ingressa com ações cíveis para pedir reparação à mulher por danos morais

Monaliza Montenegro

CENTRO SÃO FRANCISCO

Imersão noturna reconta causos

Projeto explora elementos cênicos para apresentar curiosidades e relatos sobrenaturais no complexo arquitetônico

Carolina Oliveira
marquesdeoliveira.carolina@gmail.com

Percorrer, à noite, 10 ambientes do Centro Cultural São Francisco (CCSF), começando pelo claustro e terminando no coro da igreja. Essa é a proposta de uma nova atração, voltada para o público local e turístico: o projeto Mistérios do São Francisco, que iniciará sua primeira temporada em setembro — com agenda nos dias 4, 11, 18 e 25 —, propondo uma imersão cênica pelo complexo arquitetônico de mais de 430 anos.

A ideia é resgatar o imaginário sobrenatural acerca do espaço que já passou por diversas transformações funcionais e físicas, com restauros e mudanças que marcaram seus séculos de existência. Informações sobre os valores das entradas e o agendamento *on-line* para participação ainda serão divulgadas no Instagram (@centrocultural-saofrancisco) e no *site* do CCSF (<https://centrocultural-saofrancisco.org.br/>).

“O antigo complexo franciscano, atual Centro Cultural São Francisco, tem essa fama de ser assombrado. Então é isso que estou explorando nesse projeto”, explica o guia turístico Max Santos, que idealizou a nova experiência imersiva e também é coordenador pedagógico do

Caminhos da Fé — que promove percursos pelas igrejas do Centro Histórico de João Pessoa.

À luz de velas artificiais de LED e com uma equipe artística que inclui seis atores e outros profissionais ligados à produção, o Mistérios do São Francisco pretende recontar algumas famosas “histórias de assombrações”, explorando curiosidades que remontam aos tempos conventuais do local. “Desde que eu comecei a trabalhar no Centro Cultural, escuto relatos de funcionários, de moradores e até mesmo de turistas que recordam ter visto alguma coisa [sobrenatural] — seja alguém que escutou algum ruído, viu uma porta se abrindo sozinha ou ouviu gritos durante a noite. Foi a partir desses relatos que criei o projeto”, conta Max.

Trata-se de uma visita guiada, conduzida por atores caracterizados de frades franciscanos. Em cada ambiente perpassado, a equipe artística transmitirá um relato do que teria acontecido naquele espaço. Além das velas, outros elementos, como efeitos sonoros, ajudarão a tornar a experiência mais imersiva, criando uma atmosfera que remete ao passado e ao sobrenatural. “Vamos trabalhar alguns sentidos. Em certos lugares, os visitantes vão ouvir



Foto: Padre Marcondes Meneses/CCSF

Atores e velas de LED ajudarão a criar clima “assombrado”

certas coisas; em outros, vão sentir cheiros. A pouca luminosidade no lugar também vai afetar o imaginário do público”, detalha o guia. O idealizador do projeto relata que, além da inspiração nos casos que ouviu, uma iniciativa de conceito similar, realizada no Forte de Santa Catarina, em Cabedelo, foi outro referencial para pensar no trabalho

cênico em torno de histórias e crenças.

“Tem gente que acredita nesses casos e tem gente que não acredita. O objetivo não é julgar ou provar nada: a gente vai apenas explorar esse lado sobrenatural. Claro, há a questão do próprio cenário, com sua arquitetura e história, e esses relatos são justamente o incremento

Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, perto do Hotel Globo”, informa o guia turístico do CCSF.

O circuito de visitação é feito a pé e tem duas modalidades: uma ofertada das terças-feiras aos sábados, das 9h às 17h, contando com monitores que fazem apresentações em cada uma das paradas; e outra dedicada a passeios agendados, realizados em menor frequência e acompanhados por um único guia.

Outra iniciativa que abrange o CCSF é o Viva o Centro com Música. Promovido em parceria com a Prefeitura Municipal, o projeto oferece concertos gratuitos de ópera e jazz em pontos do Centro Histórico — principalmente no Centro Cultural e na Academia Paraibana de Letras (APL). A temporada mais recente da programação foi encerrada em maio.

■ Idealizador do Mistérios do São Francisco explica que se inspirou em experiências vividas por funcionários e até turistas no local

Concluída em 1788, construção foi tombada e passa por novo restauro

Patrimônio da Arquidiocese da Paraíba, o CCSF é mantido por meio de um convênio com o Governo do Estado, a Prefeitura de João Pessoa, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) — que tombou o complexo arquitetônico, considerado destaque regional no estilo barroco brasileiro e reconhecido como uma referência da escola franciscana de arquitetura no Nordeste.

Além da Igreja de São Francisco, compõem o complexo: o Convento de Santo Antônio; a Capela da Ordem Terceira de São Francisco; a Capela de São Benedito; a Casa de Oração dos Terceiros, também chamada de “Capela Dourada”; o Claustro da Ordem Terceira; uma fonte e um grande adro com um cruzeiro. O CCSF inclui, ainda, áreas como uma galeria-museu de arte popular; um museu de arte sacra, com peças de várias procedências; espaços para exposições e eventos; um centro de restauro e uma biblioteca.

“A construção começou no século 16, em 1589, feita inicialmente em taipa. Depois, no século 17, deu-se início à construção em pedra calcária”, informa Max Santos sobre as obras concluídas em 1788. “Funcionou como convento franciscano até o século 19 e, depois, virou hospital militar, escola de aprendiz de



Foto: Carla Miranda

A fachada e a torre principal do local já foram restauradas

marinheiros e, por um período de 70 anos, tornou-se um seminário com a criação da Diocese. Houve um restauro, tanto na área interna como na externa, que durou 10 anos e no dia 6 de março de 1990 o lugar foi reaberto como Centro Cultural”, resume o guia.

O complexo, que já passou por várias fases e teve diferentes funções, guarda uma vasta história e cativa um público diverso. “Há pessoas que gostam muito da arquitetura, outras já vêm mais pelo lado religioso. Tem o pessoal que aprecia muito a questão do museu, as exposições de arte popular e arte sacra. Então, há um público misto. É um lugar que une diferentes elementos e acaba sendo uma referência, local e regional, no turismo. Eu costumo dizer, em tom de brincadeira, aos turistas: ‘Se você veio a João Pessoa e não visitou o Centro Cultural São Francisco, você não veio para João Pessoa’”, des-

taca o idealizador do projeto Mistérios do São Francisco.

Obras em curso

Atualmente, técnicos da empresa especializada J.E.L. Tinoco executam um novo projeto de restauros no CCSF. Uma das responsáveis pelo trabalho, a arquiteta Thalita Oliveira explica o andamento das obras: “Terminamos recentemente a restauração da fachada, incluindo a da torre principal. Antes disso, já tínhamos finalizado o trabalho com os azulejos figurativos, painéis, a fonte e o relógio”, detalha.

Estão previstos, para as próximas fases do projeto, os restauros dos retábulos da nave, do púlpito e do piso da sacristia da Igreja de São Francisco. “A previsão é começar esta etapa em, no máximo, duas semanas. Estamos finalizando a manutenção do cruzeiro e já vamos começar o trabalho com os retábulos”, revela Thalita.

ESTUDAR MUDA VIDAS

E NESSE MÊS DE AGOSTO, A LIVRARIA A UNIÃO CELEBRA SUA BUSCA PELO CONHECIMENTO.

Apresente sua carteirinha de estudante e **ganhe 20%** de desconto na compra de livros da Editora A União. São diversos títulos para você garantir sua próxima leitura com muito mais economia!

Invista no seu maior patrimônio: seu aprendizado.

Espaço Cultural José Lins do Rego - Box 13 (João Pessoa - PB)

☎ (83) 99604-0011 📱 @livrariaauniao

A diretora vai falar em suas aulas de roteiro, direção de cena e atuação

Foto: Divulgação

CINEMA

Aprendendo com Tizuka Yamasaki

A cineasta dará uma oficina e terá quatro de suas produções exibidas a partir de amanhã, no Festival de Inverno de Campina Grande

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Conhecida por sua filmografia *sui generis*, Tizuka Yamasaki dirigiu dramas históricos como *Parahyba, mulher macho*, sobre a poeta e professora Anayde Beiriz, e comédias infantojuvenis, a exemplo de *O noviço rebelde*. A realizadora paulista integra a programação gratuita do 51º Festival de Inverno de Campina Grande, compartilhando essas e outras experiências na oficina “Vivência em cinema”, amanhã (24), terça (25) e quarta-feira (26), sempre a partir das 14h, no Minitheatro Paulo Pontes, anexo ao Teatro Municipal Severino Cabral, no Centro. Além disso, quatro de seus filmes serão exibidos no evento, no mesmo local, mas às 19h: *Gaijin: caminhos da liberdade* (amanhã), *1817: a revolução esquecida* (terça-feira (25)), *Lua de cristal* (quarta-feira (26)) e *O pagador de promessas* (quinta-feira (27)). As inscrições e reservas de ingressos são feitas por meio de *links* disponíveis no perfil oficial @festivaldeinvernocg, no Instagram.

Tizuka detalha para A União que as oficinas abordarão, respectivamente, o roteiro cinematográfico, a direção de cena e a atuação do elenco, três dos segmentos audiovisuais em que ela esteve com mais frequência em cinco décadas de carreira. “Em cada dia, apresentarei a minha opinião sobre o tema, desenvolveremos com os participantes alguns exercícios

e, dependendo da turma e tempo, criaremos cenas que possam ser gravadas”.

Gaijin, que abre a mostra de filmes, foi o primeiro longa de Tizuka, em 1980. Ficcionaliza fatos sobre a imigração japonesa no Brasil, no início do século 20, processo pelo qual a família da diretora também passou: “Minha avó Títoe me inspirou na construção da protagonista [vivida por Kyoko Tsukamoto]. Veio adolescente, com a família, no segundo navio da imigração japonesa a aportar em Santos [SP]. Com pequenas diferenças, o filme traz cenas que estão na memória dos imigrantes vivos”.

Circulando por festivais internacionais — incluindo o de Cannes, no qual angariou uma menção especial da crítica — *Gaijin* fez sucesso também nas bilheterias do Brasil. O feito, aponta Tizuka, ajudou a tornar visível a questão migratória, tema pouco explorado até então, por aqui: “Chamamos a atenção para um povo importante no Sul do país que, somado aos indígenas e aos descendentes dos africanos, tem contribuído no desenvolvimento econômico da nação, construindo exemplo de paz e harmonia entre diferentes etnias, culturas, religiões”.

Já o documentário *1817: a revolução esquecida* (2017), da TV Escola, narra detalhes sobre a insurreição que eclodiu em Pernambuco. O longa entrou no lugar de *Parahyba, mulher macho*, originalmente programado para o festival e substituído por não dispor de

cópia em boa qualidade. “Apuro técnico, exigência de fazer o melhor com o investimento que temos, sempre foi meu lema. Você está criando imaginários que permanecerão por toda a vida do espectador”, comenta.

Lua de cristal (1990) é o filme de maior sucesso da carreira de Xuxa. Nessa fábula moderna, a Rainha dos Baixinhos interpreta Maria, moça do interior que chega na cidade grande com o intuito de realizar o sonho de cantar. Ela ganha o apoio de Bob (Sérgio Mallandro), garçom atrapalhado que é, na verdade, um príncipe encantado. O convite a Tizuka partiu da então empresária de Xuxa, Marlene Mattos. “Se houve, nunca senti qualquer preconceito em relação a dirigi-lo”, assinalou a cineasta, sobre reações dos colegas.

A parceria com a Rainha rendeu mais de quatro milhões de espectadores, além de um culto ao filme e a sua trilha sonora: “Virou um clássico do cinema, marcando uma época cara no imaginário das pessoas que hoje tem 30, 40 ou 50 anos”.

Tizuka ficou à frente, então, de mais filmes da apresentadora: “Sempre foi muito profissional, de *Lua de cristal* até *O mistério de Feiurinha*, o quarto filme que fiz com ela. Educada, disciplinada, inteligente, de muito bom humor e de rapidez na compreensão da cena”.

Por fim, a

mos- tra exhibe *O pagador de promessas*, minissérie que Tizuka Yamasaki dirigiu para a Globo em 1988. É uma adaptação do texto teatral de Dias Gomes, que havia sido levado para os cinemas em 1962, vencendo a Palma de Ouro em Cannes. Na trama, Zé do Burro (José Mayer) enfrenta conflitos na tentativa de levar uma pesada cruz ao altar da Igreja de Santa Bárbara, uma promessa pela cura de seu burro, Nicolau. A versão que será projetada em Campina é uma remontagem de duas horas de duração, exibida como telefilme na programação de 50 anos da TV Globo, em 2015.

A diretora contou em entrevistas que *Parahyba, mulher macho*, sobre o explosivo romance entre Anayde Beiriz e João Dantas, deixou de ser filmado na Paraíba, em 1983, por conta da hostilidade local em relação ao tema. Apesar da relevância do longa, ele circula, desde os anos 1980, apenas em uma cópia em VHS, com péssima imagem. Mas há uma boa notícia. “Negociamos com a Cinemateca Brasileira a restauração dos meus filmes mais antigos. Logo teremos cópias em qualidade do *Parahyba*, *Gaijin* e *Patriamada*”, revela Tizuka Yamasaki.



Foto: Divulgação

1



Foto: Divulgação/TV Globo

2



Foto: Divulgação

3



Foto: Divulgação

4

São atrações da mostra dedicada à cineasta: 1. *Gaijin: caminhos da liberdade*; 2. *A versão para telefilme da minissérie O pagador de promessas*; 3. *Lua de cristal*; e 4. *1817: a revolução esquecida*

PROGRAMAÇÃO/HOJE E AMANHÃ

■ HOJE

Parque Evaldo Cruz
(Açude Novo, Av. Mal. Floriano Peixoto, Centro)

Durante o dia – Artes visuais: Feirinha de artesanato

11h – Teatro: *Zaratustra: uma transvaloração dos valores*, Grupo Tã na Rua (RJ)

15h – Música: Coletivo do Rock

Teatro Severino Cabral
(Av. Mal. Floriano Peixoto, s/n, Centro)

19h – Dança: *Grand pas-de-deux Gisele e Memória de Brinquedo*, Curitiba Cia de Dança (PR)

20h30 – Dança: *Garçom, mais uma dose de Rossi*, Cia. Municipal de Dança de João Pessoa (PB)

■ AMANHÃ

Minitheatro Paulo Pontes
(Teatro Severino Cabral, Av. Mal. Floriano Peixoto, s/n, Centro)

14h – Oficina: “Vivência em cinema: roteiro cinematográfico”, Tizuka Yamasaki

19h – Cinema: *Mostra Tizuka Yamasaki: Gaijin, caminhos da liberdade*

Centro Artístico e Cultural (CAC/UEPB)
(Av. Pres. Getúlio Vargas, Centro)

15h – Debate: “Dzi Croquetes: política queer e memória”, Ciro Barcelos (SP)

Parque Evaldo Cruz

(Açude Novo, Av. Mal. Floriano Peixoto, Centro)

19h – Música:
Filarmônica Epitácio Pessoa

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | estevam_dedalus@yahoo.com.br

Socorro! Salvem os valentões!

Os valentões são hoje espécie rara e ameaçada de extinção, como os rinocerontes de Java e os micos-leões-dourados do Brasil. Para evitar equívocos, esclareço que não pretendo dizer que os valentões, no sentido amplo do termo, devem no futuro próximo desaparecer da Terra, da mesma forma que aconteceu com os mamutes há aproximadamente 12 mil anos. Minha tese é a de que não se fabricam mais valentões como antigamente. O maior acesso a armas de fogo, entre outros fatores sociais, fez com que as demonstrações de valentia e as brigas de rua — homem a homem — dessem lugar cada vez mais ao banguê-banguê e formas mais letais de violência.

O valentão do tipo “clássico” é aquele que não usa armas de fogo, mas pode, eventualmente, dependendo da ocasião e do pertencimento a uma gangue, dispor de canivetes, soqueiras, bastões, correntes ou até mesmo de uma faca peixeira — lembremos de seu Vicentão de *O Auto da Compadecida*. Em geral é astucioso, ca-

rismático, malandro, com *know-how* em briga de rua e reúne vasto repertório de chutes, socos, chaves, estratégias não convencionais de combates e retiradas.

Sabemos ainda que, numa contenda, praticamente, ele nunca leva o primeiro golpe. Como ninguém, é especialista em mexer com a imaginação e desestabilizar o psicológico de seus adversários: caso possua 1,70 m de altura, aos olhos dos outros parecerá ter 2 m. Seus dois braços e pernas se transformarão em quatro, oito, doze... diante da covardia e o medo de algumas pessoas! Muitas vezes poderá ser confundido com um centauro ou mesmo o próprio Briareu: gigante de 100 braços e 150 cabeças que ajudou Zeus a liquidar com os titãs. Ele possui poder simbólico e físico. E o mais importante: luta por algum tipo de questão de honra ou código moral.

Conheci muitos deles. De vários tamanhos, ideologias e cores. Mas gostaria de recordar um personagem lendário: Betinho Tumulto! Conhe-

ci-o quando éramos crianças. Posso afirmar, sem receio, que, desde muito cedo, possuía um ímpeto agônico e corajoso ao mesmo tempo que contrastava esse espírito com uma amabilidade quase angelical. Era a própria encarnação do *yin* e *yang*. E, diga-se de passagem, um bom jogador de futebol — seu principal defeito nessa área era ser torcedor do Vasco da Gama, mas com o atenuante de que carma a gente não escolhe. Fez muitos amigos e desavenças. Protagonizou duelos homéricos. Venceu muitos e perdeu outros. Dizem que estava em busca de fama imortal como Aquiles. Tornar-se-ia uma lenda nos Funcionários II e vizinhança, gozando de fama na Torre e no Centro da cidade. Faleceu em 2010, morto a tiros, no Parque Sólon de Lucena, disparados por um valentão de estilo “mais moderno”.

Seus amigos, então, render-lhe-iam homenagens, entre elas um minuto de silêncio na pelada do sábado. E lamentariam profundamente a perda de um dos últimos e mais autênticos “exemplares da espécie”.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
Filósofo e físico | klebmaux@gmail.com

Compaixão e justiça

A relação entre compaixão e justiça constitui uma das questões de prioridade da reflexão ética e política, pois envolve a tensão entre a necessidade de estabelecer normas universais e a capacidade de reconhecer as singularidades e vulnerabilidades humanas. A justiça busca assegurar a cada indivíduo aquilo que lhe é devido, com base em princípios de igualdade, liberdade e equidade. A compaixão volta-se para a experiência concreta do sofrimento, procurando compreender as circunstâncias que envolvem cada pessoa. Desse modo, justiça e compaixão não devem ser concebidas como valores necessariamente antagônicos, mas como dimensões complementares de uma concepção de sociedade orientada pela dignidade humana e pelo bem-estar coletivo.

A justiça exerce função fundamental na organização da vida social, uma vez que estabelece direitos, deveres, responsabilidades e limites destinados a garantir condições mínimas de convivência. Por meio de normas públicas e instituições legítimas, procura-se impedir privilégios arbitrários, assegurar direitos fundamentais e responsabilizar aqueles que violam as normas coletivamente estabelecidas. John Rawl (1921–2002), filósofo norte-americano, em seu livro *Uma teoria da justiça*, publicado em 1971, defende que uma sociedade justa deve organizar sua estrutura institucional de maneira que as liberdades fundamentais sejam asseguradas a todos e que as desigualdades existentes possam ser justificadas por meio de condições de equidade. Entretanto, a justiça não pode ser reduzida à aplicação mecânica e indiferenciada das regras, pois a igualdade meramente formal pode ocultar desigualdades concretas e contribuir para a manutenção de situações de exclusão. Nesse contexto, a equidade assume uma função fundamental de dignidade.

Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.), filósofo grego, em seu livro *Ética a Nicômaco*, escrito por volta do século IV a.C. (estimado entre 335 a.C. e 323 a.C.), sob a forma de notas de aula e tratados filosóficos, ao discutir a justiça, demonstra que a aplicação de uma norma geral pode exigir discernimento diante das particularidades do caso concreto. A lei possui caráter geral, enquanto as situações humanas são marcadas por circunstâncias es-

pecíficas. A equidade, portanto, não representa a negação da justiça, mas uma forma de concretizá-la quando a aplicação literal de uma regra poderia produzir um resultado incompatível com sua própria finalidade. Assim, tratar igualmente os indivíduos não significa, necessariamente, submetê-los sempre às mesmas condições, mas considerar diferenças relevantes para que a igualdade seja efetivamente realizada. É nesse sentido que a compaixão adquire especial relevância ética. Mais do que uma simples manifestação de piedade ou identificação emocional com o sofrimento alheio, ela pressupõe o reconhecimento da vulnerabilidade humana e a disposição de responder a ela de maneira responsável.

Martha Craven Nussbaum (1947), filósofa estadunidense, em seu livro *A inteligência das emoções*, publicado em 2001, compreende a compaixão como uma emoção dotada de conteúdo cognitivo e importância moral, pois envolve a avaliação de que o sofrimento de outra pessoa é significativo e merece consideração. Nesse sentido, a compaixão contribui para impedir que o indivíduo seja reduzido a uma categoria abstrata, na qual permite compreender sua história e suas circunstâncias concretas. Entretanto, a

compaixão também necessita de critérios éticos e públicos. Quando orientada exclusivamente por sentimentos particulares, pode produzir favorecimentos, paternalismo ou tratamento desigual. Por esse argumento, ela não deve substituir a justiça, mas dialogar com ela. A compaixão humaniza a percepção da realidade; a justiça estabelece critérios capazes de universalizar direitos e limitar a arbitrariedade.

A justiça e a compaixão encontram na equidade e na dignidade humana sua convergência. Enquanto a justiça garante direito e responsabilidades, a compaixão humaniza sua aplicação. O equilíbrio entre ambas permite conciliar princípios universais com as necessidades vitais das pessoas, favorecendo uma sociedade mais justa, solidária e responsável e comprometida com a dignidade de todas as pessoas.

Sinta-se convidado para a audição do 581º Domingo Sinfônico, que ocorrerá neste dia 23, das 22h à meia-noite. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é pela FM 105,5 ou pelo aplicativo da Rádio Tabajara <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante o programa, comentarei a vida e algumas obras do nacionalista da era romântica do compositor e regente Antonín Leopold Dvořák (1841-1904).

Kubitschek Pinheiro

Jornalista | kubipinheiro@yahoo.com.br

Silêncios que incomodam

Até o fim dos dias, até eu deixar de pensar, não esqueço, e posso até esquecer a chave do carro, não saber onde botei o relógio, então vejo a foto da minha mãe numa cadeira de ferro coberta por fios de plástico, na parede da nossa casa — periodicamente, sentada nos silêncios dela mesma.

A calçada grande, um quadro que eu colava nos meus olhos, era a imagem mais bela. Ela, ela, nunca foi elas por ela. Um dia perguntei ao meu pai se minha mãe, quando jovem, era bonita. E ele disse: “Sim, ela sempre foi bonita, eu não me casaria com uma mulher que não fosse bonita...”.

Minha mãe me dava banho numa bacia de alumínio, uma bacia grande, na qual cabíamos nós dois, e às vezes eu não gostava, porque, mesmo sendo um garoto de seis seis anos, eu já sabia tomar banho sozinho — enfim, eu sou o fim de rama.

Dizer que a minha mãe, que o meu pai, que eu, que Hera, a deusa grega, que esse amor que não sai de mim, mesmo o amor que tenho por minha mulher. Nem tudo que faltou dizer, eu disse, mas há um poder transformador.

Minha mãe e seus vestidos coloridos, jamais de calça e blusa ou saia — imagina minha mãe vestida numa calça jeans, nunca vi, nem imagino.

Minha mãe branquinha, a mulher mais limpa do mundo. No jornal impresso, escrevi sobre ela muitos textos, com as cenas em que lavava a calçada — acho que era a única que fazia isso, lavar a calçada.

Ela era feliz quando meu pai voltava com os peixes de água doce, tucunaré, traíra — os peixes sempre em movimento e os átomos naquela imagem a luzir.

Não tem como não amar o Sertão, não lembrar do cinema ao vivo, filhos levando os pais bêbados para casa, radiolas ligadas nas alturas e a única “mulher da vida”, como se diz lá em nós, bem-vestida, que descia só às segundas-feiras, meu *padim* Irapuan valha-me Deus, Nossa Senhora. As missas de padre Levi eram as mais rápidas do mundo e o mundo ainda ia nascer.

Minha mãe nunca foi à igreja, era ela a luz, quem fazia o almoço, o jantar que era servido às 17h, um prato de arroz-doce, que eu detestava, uma sopa com pimentões que eu não sabia como engolir, mas eu tenho saudade dela.

Quando o mundo acabar, todo mundo vai se encontrar, sem dores, sem apanheiros, sem tristezas e misérias — de um momento para outro, até os senhores e senhoras levados para o cemitério que passavam em nossa porta e, lá no alto da Boa Vista, os vermes escondidos que faziam a festa, tudo vira chorume e se revira na terra.

Lembro dos discursos, quando morto era importante, todo mundo ficava em cima dos túmulos e eu só pensava nas palavras que o morto ganharia e não estava mais ali para ouvir. Na cidade, todos diziam que bastava morrer para ser reconhecido como uma pessoa boa.

Minha mãe nunca foi a nenhum cemitério. “Pra quê?”, ela dizia. “Só vou de uma vez”. Enterramos ela no Cemitério Santa Catarina, em João Pessoa. Não sei por que tiramos os ossos e levamos para o túmulo de pai, lá no Sertão — acho que pelo menos seu pedido foi atendido, ela não queria morrer no Sertão.

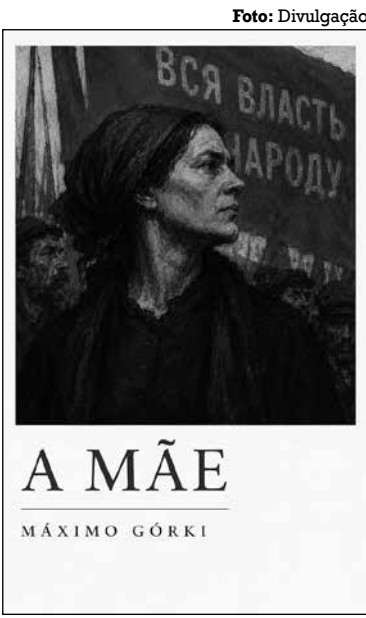
Os ossos não têm ofícios e não se encontram, talvez os cérebros, embebidos de mil dúvidas. Como era bom aquele bolo de milho que ela assava num fogão de alvenaria, Ave Maria, cheia de graça.

Ah! Lembrei — a mãe de Gorki não está mais na manifestação do 1º de maio de 1902, na cidade de Sormovo.

Kapetadas

1 – A humanidade ainda não perdeu o rumo. Só desligou o GPS para economizar bateria.

2 – O poder não sobe à cabeça. A cabeça é que desce ao nível do poder.



O escritor russo Máximo Gorki escreveu A mãe em 1906

Coisas de Cinema

Alex Santos
Cineasta e professor | alexjpb@yahoo.com.br

Gramado: um sonho também realizado

Nesta semana, viajou ao Rio Grande do Sul, para participar do Festival de Gramado, a atriz paraibana Zezita Matos, levando na bagagem a esperança de mais um trabalho realizado para telona: *Leite em pó*, filme brasileiro dirigido por Carlos Segundo, ambientado no Rio Grande do Norte. Tomei conhecimento da ida de nossa atriz pelo WhatsApp da Academia Paraibana de Cinema, quando ela entrou em contato comigo: “Oi, Alex, estarei viajando para Gramado, para o festival, com o filme *Leite em pó*, de Carlos Segundo. Serve de notícias, Alex? Até a volta e abraços”. Ao que logo respondi: “Claro, amiga. Boa viagem e muito sucesso!”.

A viagem de Zezita à bela “cidade luz” (comparando-a a Paris, capital da França, famosa por sua importância histórica também em relação ao cinema, que também conheço), levou-me ao tempo em que estive em Gramado com a minha família, justamente nessa época do famoso Festival de Gramado. Não concorrendo a nenhum prêmio do certame, como pode pensar aquele amigo cinéfilo, mas em viagem de férias.

Certamente que, nessa época de 2007, pensando também em Gramado, estaríamos concluindo as gravações de um documentário, *A ninhada*, com base no conto do amigo Nivalson Miranda, e que só naquele fim de ano seria possível sua exibição em sessão especial na Aduf, sindicato dos docentes da Universidade Federal da Paraíba, do qual fazíamos parte.

Mas voltando a nossa viagem de férias à cidade de Gramado, digo ter



O colunista, durante sua visita ao Festival de Gramado, no Rio Grande do Sul

sido uma experiência incrível. Antes porém, tendo tomado conhecimento e lido sobre suas origens, fiquei sabendo que ela foi influenciada pelos colonos alemães do século 19. De estilo considerado bávaro, ela possui alguns chalés alpinos, chocolateiros e lojas de artesanato, que encantam a todos. Sabe-se também que Gramado é conhecida pelas suas exibições de luzes durante o Natal, ainda pelas hortênsias

na primavera.

Aliás, foi esse aspecto da natureza que mais entusiasmou minha esposa Lili a conhecer Gramado. Para ela, que tem muito de “designer floral”, com nosso apartamento cheio de plantas, encantou-se com a cidade na parceria com meus filhos Alexandra e Alexandre, ainda muito jovens. – *Mais Coisas de Cinema, acesse o nosso blog: www.alexantos.com.br*



APC: acadêmico premiado no Uruguai

A Academia Paraibana de Cinema, por meio da diretoria, congratula-se com seu confrade João Carlos Beltrão, cadeira 7 da APC (patrono Adalberto Barreto), por sua premiação como fotógrafo do filme *Malaika*, do cineasta André Moraes, no Festival de Punta del Leste, no Uruguai.

O filme de Moraes ganhou quatro prêmios no festival: direção, desenho de som, atriz e o de fotografia, destinado ao paraibano João Carlos Beltrão, que faz parte da nossa APC.

CANTORIA

De Repente na Estrada chega hoje a Taperoá

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

A cantoria de viola do projeto De Repente na Estrada chega a Taperoá, no Cariri paraibano, hoje, a partir das 20h, na Praça da Bandeira, em frente à Biblioteca Ariano Suassuna. Esta edição recebe os repentistas Zé Carlos do Pajeú e André Santos, ambos de Pernambuco, em apresentação gratuita, conduzida por Iponax Vila Nova.

“Taperoá tem um peso, mas, por incrível que pareça, não tão forte na cantoria historicamente”, afirma Iponax Vila Nova. “Na recomendação, quando a gente seleciona os municípios que estavam inscritos via edital, pesa ter tradição e pesa não ter tradição. Tem de fato um peso, mas diferente de outras cidades, como Teixeira, Areia, Campina, Sumé. A expectativa é que seja uma etapa muito boa”.

Natural de Tabira (PE), José Carlos do Pajeú atua profissionalmente na música há mais de duas décadas. Ao longo da carreira, participou de mais de 100 festivais, com apresentações em cidades como Teresina (PI)



André Santos e Zé Carlos do Pajeú são os artistas dessa edição

e Recife (PE). Em 2015, integrou o Desafio de Repente no Espaço, ao lado do cantador Gilmar de Oliveira.

André Santos nasceu em Afogados da Ingazeira (PE) e integra a nova geração de repentistas do Nordeste. Iniciou a carreira em 2014, participando de cantorias de pé de parede em Tabira, e, dois anos depois, gravou o primeiro DVD, lançando, em 2018, um CD com 11 canções autorais. O cantador

também participou de mesas de glosas no Pajeú pernambucano e de congressos de repentistas, entre eles o Festival da Nova Geração do Repente (Fenoger), realizado em Campina Grande (PB) e Gravatá (PE).

Conforme explica Iponax, hoje em dia, não há uma dupla fechada como antigamente — Ivanildo Vila Nova e Geraldo Amâncio ou Os Nonatos. “Mas os meninos cantam muito jun-

tos, não como dupla fechada, mas moram praticamente na mesma cidade, são da mesma região”.

Segundo o anfitrião, André tem alçado os primeiros voos de forma bem-sucedida, ao passo que Zé Carlos já chega com a bagagem mais acadêmica, mas não menos poética. “No linguajar da gente, vai ser uma noite em que os caras vão colocar muita poesia”, diz ele, diferenciando de edições em que predomina a figura do improvisador.

Na cantoria, os versos são construídos durante a apresentação a partir de temas e desafios propostos aos artistas. A improvisação e a oralidade estabelecem uma relação direta entre os cantadores e o público, característica que permite ao repente abordar acontecimentos cotidianos e diferentes aspectos da vida social por meio da poesia.

ONDE:

■ Em frente à Biblioteca Ariano Suassuna (R. 15 de Novembro, Taperoá).

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho
Escritor e professor | hildebertopoesia@gmail.com

Chico no imaginário literário

Diz Roland Barthes, em uma de suas lúcidas ponderações, que o bom texto tende a gerar, quase sempre, outros bons textos.

De fato, uma coisa puxa a outra. Da literatura brota a literatura; da arte, a arte; da cultura, a cultura, num diálogo intertextual dinâmico e permanente. A criação do novo, portanto, tem muito a ver com a recriação do velho. Sem tradição, nada flui na renovação dos processos expressivos e na descoberta de novos caminhos.

Tais reflexões me vêm ao considerar a presença forte das composições musicais de Chico Buarque de Holanda no imaginário literário e no esforço exegetico que elas sugerem e estimulam, como comprovam, em âmbito local, duas obras que podem despertar o interesse de todos aqueles que admiram e amam as virtualidades estéticas do autor de “Carolina” e “Construção”.

São elas: *Um olhar interpretativo das canções de Chico*, de autoria de Rui Leitão (João Pessoa: Ideia, 2018), e *As mulheres de Chico: 20 crônicas*, seleção, organização e notas de José Mota Victor; aquarelas de Vandeberg de Medeiros (João Pessoa: Dgiusepe Editorial: Confraria dos Bibliófilos da Paraíba, 2023).

A primeira, tive o prazer de prefaciá-la. E me surpreendi com a quantidade de canções que o jornalista Rui Leitão seleciona para, sob a luz do olhar interpretativo, trazer à tona os motivos, temas e subtemas que elas sugerem ou propõem. Salvo engano, constam 98 composições, examinadas principalmente em seus aspectos semânticos e contextualizadas em função de seus apelos emotivos, artísticos e sociais.

Luigi Pareyson, num dos capítulos de *Os problemas da estética*, afirma que o percurso interpretativo é plural e infinito. É variado e inesgotável. Muda, portanto, com as épocas e com as posições do leitor. Não obstante, tais mudanças devem, decerto, estar em sintonia com as perspectivas e os apelos do objeto interpretado, para que possam valer em sua análise e em suas conclusões.

A tal exigência não foge o esforço heurístico de Rui Leitão. A lucidez e a capacidade crítica, com que desenvolve seu articulismo político, também se cristalizam aqui, quando procura esmiuçar, a partir de sua sensibilidade e conhecimento musicais, o refinado repertório legado por Chico Buarque de Holanda na diversidade rítmica e melódica de suas canções.

A segunda apresenta-se como obra coletiva, em que 20 vozes, entre autores e autoras, cada uma a seu modo, elaboram uma crônica a partir das personagens femininas existentes nas letras e canções de Chico. Não se trata, a rigor, de exercícios de interpretação ou de análise, porém, de criação, diria mesmo de cocriação, tomando-se como referencial esta ou aquela mulher que o compositor e cantor descreve, enaltece ou configura.

É assim, por exemplo, que Geni, Bárbara, Januária, Iracema, Madalena e Teresinha, entre outras, voltam à cena, desta feita, deslocadas do eixo musical propriamente dito, para se transmutar em protagonistas de crônicas que com elas dialogam sob o ângulo de visão e do estilo de cada cronista.

Ambos os livros prestam homenagem ao grande artista brasileiro e alargam, sem dúvida, o complexo quadro de suas ressonâncias no âmbito da pesquisa e da criação. E provam que Barthes tem razão.



Chico Buarque: obra que inspira análises e outras obras

Colunista colaborador

CINEMA

Paraíba está em cena no Kinoforum

Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo tem quatro filmes relacionados ao estado

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

A 37ª edição do Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo (Kinoforum) segue até o próximo dia 30 com a exibição de filmes de todo o mundo. Três títulos paraibanos foram apresentados na semana passada e ganham, hoje, reexibições, em espaços distintos da cidade sudestina: *Onde eu começo?*, de Mayana Neiva; *Um oceano inteiro*, de Bruna Dias e Carine Fuiza; e *Imagem imaginada*, de Diego Benevides. Um quarto curta, da realizadora paulista Janaína Wagner, foi rodado em cenários naturais da Paraíba: *Quando o segundo Sol chegar/Um cometa nos teus olhos*

também será projetado novamente hoje, na grade do Kinoforum. A cerimônia de premiação acontece dois dias antes do encerramento, em 28 de agosto.

Onde eu começo? faz parte da Mostra Brasil 1 — Retratos incandescentes. Mayana, diretora e atriz, revisita o passado de sua família, sobretudo o do avô, José, traçando paralelos com o presente. Na sexta-feira (28), o curta será cartaz do Festival de Inverno de Campina Grande — às 19h, no Minitheatro Paulo Pontes, anexo ao Teatro Municipal, no Centro da cidade.

“Quando comecei a gravar,

tinha acabado de voltar de Nova York, eu estava morando há sete anos fora da minha casa e foi essa jornada de retorno à minha essência. Ficar três meses no Sertão da Paraíba, onde meus avós nasceram, onde tanta coisa aconteceu. Andei a Paraíba inteira e refleti muito sobre as minhas origens”, assinalou Mayana para **A União**, em julho.

Um oceano inteiro compõe a Mostra Brasil 5 — Pátria Amada, Cinema e aborda a relação de um grupo de mulheres com um curso de água, do rio ao mar. As realizadoras Bruna Dias e Carine Fuiza também aparecem como atrizes, ao lado das colegas Alfa Am-

brósio, Jamila Facury, Norma Góes e Serena Tamay. O curta tem uma equipe majoritariamente feminina.

Imagens imaginadas também está na Mostra Brasil 5. À frente da narrativa visual está Beto, personagem real e pessoa com deficiência. A iniciativa capta imagens em película, por meio de uma antiga câmera, a partir de perspectivas incomuns e inventivas. O filme contou com as consultorias da pesquisadora e jornalista Joana Belarmino e do fotógrafo João Carlos Beltrão.

“É um filme de dispositivo, porque tem esse dispositivo que é a câmera, mas também é um *making of* sobre a produção de uma imagem. A proposta é a gente imaginar como é que o cinema se constrói e até que ponto as imagens que são vistas

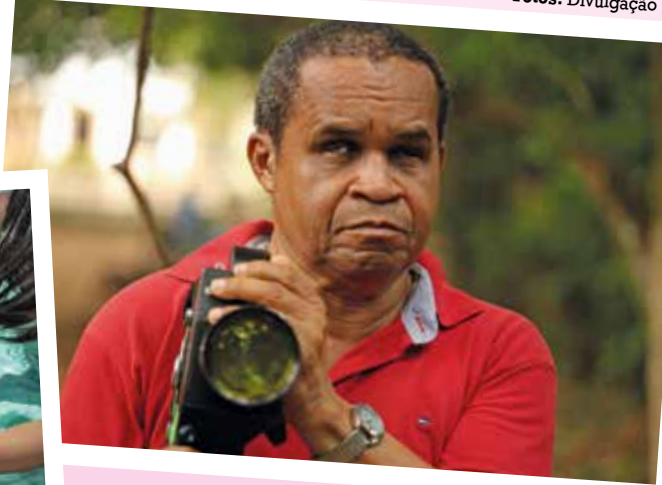
por quem as enxerga são reais também para quem não enxerga”, explica o diretor Diego Benevides, sobre a temática.

Por fim, *Quando o segundo Sol chegar/Um cometa nos teus olhos*, integra o segmento Mostra Limite, voltada para a experimentação. É o terceiro episódio de uma investigação mística de Janaína Wagner sobre a Rodovia Transamazônica e as formações rochosas que acompanham a estrada, bem como a relação desses dois elementos com os biomas locais e a ação do homem.

“A Paraíba entra por conta do quilômetro zero da Transamazônica. E os dois lajedos, do Bravo e do Pai Ma-

teus, entram através desse canal, como se essas pedras tivessem ‘tombado’ do céu. Quando você visita esses lugares como ser humano, não consegue dar conta da grandeza do que está acontecendo”, detalha a diretora sobre a empreitada.

“Acho que, para além dos dados concretos que a gente tem sobre tudo o que está havendo na crise da mudança climática, e eu acho que o que a gente pode lutar por essas pautas, o que a gente pode fazer para além disso é de fato seguir insistindo na imaginação e no fazer mundo disso tudo. Não deixemos de insistir nessas outras saídas, fugas”, resume Janaína.



Fotos: Divulgação

Da esquerda para a direita: filmes de Janaína Wagner, Mayana Neiva, Bruna Dias & Carine Fuiza e Diego Benevides participam do festival

Em Cartaz

Cinema

Programação de 20 a 26 de julho, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira e Remígio.

* Até o fechamento desta edição, o Cine Vieira, em São Bento, não havia divulgado sua programação.

ESTREIAS

AMIGAS SEM FILTRO (*Spa Weekend*). EUA, 2026. Dir.: Jon Lucas e Scott Moore. Elenco: Leslie Mann, Isla Fisher, Anna Faris. Comédia. Amigas resolvem relaxar em um spa, mas uma delas transforma tudo em caos. 1h37. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 15h. CENTERPLEX MAG 4: leg.: dom. e qua.: 19h. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: dub.: 17h50; leg.: 20h15. CINESERCLA TAMBIA 3: dub.: 17h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 17h.

O SHAOLIN DO SERTÃO 2. Brasil, 2026. Dir.: Halder Gomes. Elenco: Edmilson Filho, Falcão, Priscila Fantin. Comédia/ aventura. Para poder encontrar o pai na China, lutador aceita o desafio de enfrentar adversários pelo interior do Ceará. 1h40. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 4: 13h40, 16h15, 18h45, 21h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dom. e qua.: 15h50, 20h45; seg. e ter.: 15h50. CINESERCLA TAMBIA 3: dub.: 19h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 19h. **Patos:** CINE GUEDES 1: 19h10, 21h10. CINE GUEDES 2: 14h50. **PATOS MULTIPLEX 3:** 16h25, 18h50, 21h10. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 17h, 19h15, 21h30. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom.: 16h; seg.: 18h25; qua.: 20h30.

SOBRENATURAL: AGORA ENTRE NÓS (*Insidious Out of the Further*). Austrália/ EUA, 2026. Dir.: Jacob Chase. Elenco: Amelia Eve, Lynn Shaye. Terror. Mulher descobre que através dela demônios estão vindo à Terra. 1h46. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: dub.: 16h30; leg.: 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: 13h20, 15h50, 18h20; leg.: 20h50. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 13h50, 16h30, 19h, 21h30. CINESERCLA TAMBIA 2: dub.: 16h35, 18h40, 20h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 16h35, 20h45; leg.: 18h40. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 16h45, 21h15. **PATOS MULTIPLEX 4:** dub.: sáb. a ter.: 15h55, 20h55; qua.: 20h55. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 19h15, 21h30. **Remígio:** CINE RT: dub.: sáb. a seg.: 20h30; ter.: 18h25; qua.: 16h.

SÓ POR UMA NOITE (*One Night Only*). EUA, 2026. Dir.: Will Gluck. Elenco: Callum Turner, Monica Barbaro, Maya Hawke. Romance/ comédia. Numa sociedade em que o sexo livre é permitido por uma noite, dois estranhos procuram algo mais. 1h42. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 16h45; leg.: 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 14h, 16h30, 19h; leg.: 21h20. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 13h30, 18h20. CINESERCLA TAMBIA 3: dub.: 15h, 21h. **Campina Gran-**

de: CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 15h, 21h.

REAPRESENTAÇÃO

LA LA LAND: CANTANDO ESTAÇÕES (*La La Land*). EUA/ Hong Kong, 2016. Dir.: Damien Chazelle. Elenco: Emma Stone, Ryan Gosling, John Legend, J.K. Simmons. Musical/ romance. Aspirante a atriz e músico de jazz se apaixonam enquanto lutam pelo sucesso na arte. Vencedor de 6 Oscars, incluindo melhor diretor e atriz. 2h08. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: leg.: 18h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: leg.: 20h30.

ESPECIAL

SAGRADO CORAÇÃO: SEU REINO NÃO TERÁ FIM (*Sacré Coeur: Son Règne N'a Pas de Fin*). França, 2025. Dir.: Sabrina Gonnell e Steven Gunnell. Documentário/ religioso. A influência da tradição católica ao longo da história. 1h35. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: seg. e ter.: 19h.

CONTINUAÇÃO

ACAMPAMENTO MIASMA (*Teenage sex and death at Camp Miasma*). EUA, Canadá, 2026. Dir.: Jane Schoenbrun. Elenco: Hannah Einbinder, Gillian Anderson, Amanda Fix. Drama/ terror. Cineasta fica obcecado com a escolha da “final girl” de seu filme de terror, e as duas concorrentes caem em frenesi psicosssexual. 1h46. 18 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: leg.: ter., 25/8: 16h30; sex., 28/8: 20h20; seg., 31/8: 18h. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: leg.: sex. a qua.: 18h20.

BIA. Brasil, 2022. Dir.: Taciano Valério. Drama. Elenco: Veronica Cavalcanti, Everaldo Pontes. Estudante de doutorado investiga os direitos de expressão das mulheres e busca romper a estrutura básica do patriarcado. 1h11. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: qua., 26/8: 15h; sáb. 29/8: 16h20.

COLEGAS E O HERDEIRO. Brasil, 2026. Dir.: Marcelo Galvão. Elenco: Ariél Goldenberg, Rita Pokk, Rafaela Fontanelli. Comédia/ aventura. Ato com síndrome de Down acredita que é o legítimo herdeiro de um hotel no Uruguai e parte para lá com amigos enfrentando outro pretendente à posse. 1h25. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 3: 12h10. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: 11h. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: 11h20. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: 11h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 11h. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): 11h. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): 11h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: 11h20. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: 11h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: 11h45.

A FABULOSA MÁQUINA DO TEMPO. Brasil, 2026. Dir.: Eliza Capai. Documentário. Meninas no Sertão equilibram-se entre o passado difícil de suas mães e os sonhos fantásticos que inventam para o futuro. 1h10. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 23/8: 15h30; ter., 25/8: 20h40; qui., 27/8: 15h; sáb., 29/8: 15h.

O FIM DA RUA (*The end of Oak Street*). EUA, 2026. Dir.: David Robert Mitchell. Elenco: Anne Hathaway, Ewan McGregor, Maisy Stella. Aventura/ mistério. Nos anos 1980, bairro inteiro é transportado para a era dos dinossauros. 1h39. 14 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 8: dub.: 13h10, 18h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: seg. e ter.: 20h45. CINESERCLA TAMBIA 4: dub.: 18h10. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 18h10. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 17h. **PATOS MULTIPLEX 1:** dub.: qui. a ter.: 18h10. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: dom.: 17h25; seg. a qua.: 17h10.

HOMEM-ARANHA: UM NOVO DIA (*Spider-Man: brand new day*). EUA/ Canadá/ Reino Unido/ Alemanha, 2026. Dir.: Destin Daniel Cretton. Elenco: Tom Holland, Zendaya, Sadie Sink, Mark Ruffalo. Aventura. A pressão desencadeia mudanças físicas assustadoras no Homem-Aranha, enquanto enfrenta misteriosa ameaça que domina mentes. 2h25. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 17h, 20h. CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): dub.: 14h30; leg.: 17h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: 12h50, 16h, 19h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: dom., ter. e qua.: 13h15, 16h30, 19h50; seg.: 13h15, 19h (sessão para portadores do espectro autista). CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): dub.: 2D: 13h40, 17h; leg.: 3D: 20h20. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): leg.: 13h, 16h15, 19h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: 12h, 15h15, 18h30, 21h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 16h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: dom., ter. e qua.: 14h15, 20h45; seg.: 14h15, 20h45 (sessão para portadores do espectro autista). CINESERCLA TAMBIA 5 (laser): dub.: 14h, 16h45, 19h30. CINESERCLA TAMBIA 6 (laser): dub.: 15h, 17h45, 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1 (laser): dub.: 14h, 16h45, 19h30. CINESERCLA PARTAGE 2 (laser): dub.: 15h, 20h30; leg.: 17h45. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 18h40. CINE GUEDES 3: dub.: sáb. a qua.: 3D: 15h, 17h50; 2D: 20h35. **PATOS MULTIPLEX 1:** dub.: dom. a ter.: 20h20. **PATOS MULTIPLEX 4:** dub.: 2D: 15h; 3D: 18h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: sáb. e dom.: 14h. CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: 2D: 15h, 21h; 3D: 18h.

HONESTINO. Brasil, 2026. Dir.: Aurélio Michiles. Documentário. A história de Honestino Guimarães, líder estudantil, presidente da UNE, sequestrado pela ditadura militar em 1973. 1h25. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 23/8: 19h10; qui., 27/8: 20h20; dom., 30/8: 18h10.

A ODISSEIA (*The odyssey*). Reino Unido, EUA, 2026. Dir.: Christopher Nolan. Elenco: Matt Damon, Tom Holland, Anne Hathaway, Robert Pattinson, Lupita Nyong'o, Samantha Morton, Zendaya, Charlize Theron, Elliot Page, Jon Bernthal, Mia Goth, John Leguizamo. Aventura. Após a Guerra de Troia, herói grego tenta voltar para casa, mas, pelo caminho, enfrenta criaturas míticas e deuses. Enquanto isso, sua esposa resiste às investidas dos pretendentes a seu lugar. 2h52. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): leg.: 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: dub.: 19h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP):

leg.: 13h50, 17h30, 21h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 20h. CINESERCLA TAMBIA 4: dub.: 20h10. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 20h10.

PATROLHA CANINA – UMA AVENTURA DINO (*Paw Patrol – The Dino Movie*). Canadá/ EUA, 2026. Dir.: Cal Brunker. Aventura/ comédia/ animação. A Patrulha Canina descobre uma ilha habitada por dinossauros e tenta defendê-la de uma mineração. 1h28. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 14h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: dub.: 13h30, 15h40. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: dub.: 12h45, 14h50, 17h10. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 12h15, 14h30. CINESERCLA TAMBIA 4: dub.: 14h30, 16h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 14h30, 16h20. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 15h10. **PATOS MULTIPLEX 3:** dub.: 14h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: dom.: 15h40; seg. a qua.: 15h20. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom., ter. e qua.: 14h; seg.: 16h30.

PEQUENAS CRIATURAS. Brasil, 2026. Dir.: Anne Pinheiro Guimarães. Drama. Elenco: Carolina Dieckmann, Leticia Sabatella, Caco Ciocler. Em 1986, família muda-se para Brasília, mas a esposa é deixada para trás pelo marido numa viagem de negócios. Frustrada, ela lida com a adaptação à cidade desconhecida. 1h40. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: qua., 26/8: 18h30; dom., 30/8: 19h50; seg., 31/8: 20h20.

REFÉM POR UM FIO (*Dead man's wire*). EUA, 2026. Dir.: Gus Van Sant. Elenco: Bill Skarsgård, Dacre Montgomery, Colman Domingo. Suspense. Homem faz presidente de companhia refém com uma espingarda. 1h45. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: leg.: dom., 23/8: 17h; ter., 25/8: 18h40; qui., 27/8: 18h10; sáb., 29/8: 19h50; seg., 31/8: 16h. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: leg.: 15h30.

OS RUMINANTES. Brasil, 2026. Dir.: Tarsila Araújo e Marcelo Mello. Documentário. Em 1967, os cineastas Luiz Sergio Person e Jean-Claude Bernardet escreveram um roteiro de um filme radical, nunca filmado. 1h20. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: ter., 25/8: 15h; qui., 27/8: 16h30; dom., 30/8: 16h40.

TOY STORY 5 (*Toy story 5*). EUA, 2026. Dir.: Andrew Stanton. Aventura/ comédia/ animação. A chegada de um *tablet* ameaça brinquedos e as interações sociais da dona deles. 1h42. 6 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: dub.: 14h. CINESERCLA TAMBIA 2: dub.: dom.: 14h35. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: dom.: 14h35.



Teatro

HOJE

AS MALDITAS: ESSAS GÊMEAS NÃO SÃO FLOR QUE SE CHEIRE. Do Cara Dupla

Coletivo de Teatro. Texto: Saulo Queiroz. Irmãs idosas têm um cotidiano marcado pelos atritos entre elas. 16 anos. 50min.

João Pessoa: TEATRO EDNALDO DO EGYPTO (Av. Maria Rosa, nº 284, Manaíra). Sábado e domingo, até 30/8, 19h30. Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia), antecipados pela plataforma Sympyla.

QUEM MENTE O NARIZ CRESCE: UMA HISTÓRIA DE PINÓQUIO. Da Arretado Produções Artísticas. Espetáculo da mostra Made in Lima.

João Pessoa: TEATRO LIMA PENANTE (Av. João Machado, nº 67, Centro). Domingo, 23/8, 19h30. Preço dos ingressos não informado.

ZARATUSTRA: UMA TRANSVALORAÇÃO DOS VALORES. Do Grupo Tá na Rua (RJ). Espetáculo do Festival de Inverno de Campina Grande.

João Pessoa: PARQUE EVALDO CRUZ (Açude Novo, Av. Mal. Floriano Peixoto, Centro). Domingo, 23/8, 17h. Entrada franca.

Dança

HOJE

GARÇOM, MAIS UMA DOSE DE ROSSI. Da Cia. Municipal de Dança de João Pessoa. Espetáculo do Festival de Inverno de Campina Grande.

João Pessoa: TEATRO MUNICIPAL SEVERINO CABRAL (Av. Mal. Floriano Peixoto, s/n, Centro). Domingo, 23/8, 20h30. Entrada franca.

GRAND PAS-DE-DEUX GISELE/ MEMÓRIA DE BRINQUEDO. Da Curitiba Cia. de Dança (PR). Espetáculos do Festival de Inverno de Campina Grande.

João Pessoa: TEATRO MUNICIPAL SEVERINO CABRAL (Av. Mal. Floriano Peixoto, s/n, Centro). Domingo, 23/8, 19h. Entrada franca.

Música

HOJE

COLETIVO DE ROCK. Apresentação de bandas paraibanas no Festival de Inverno de Campina Grande: Vital e Sua Banda, **Campina Grande:** TEATRO MUNICIPAL SEVERINO CABRAL (Av. Mal. Floriano Peixoto, s/n, Centro). Sexta, 21/8, 20h. Entrada franca.

YURI CARVALHO. Cantor apresenta o show *Yuri canta Gonzaguinha*. Espetáculo do projeto MusiSesc.

João Pessoa: TEATRO DO SESC (Sesc Centro de Cultura, Arte e Esporte, R. Desembargador Souto Maior, nº 281, Centro). Domingo, 23/8, 17h. Entrada franca, com ingressos distribuídos antes da apresentação até a lotação do lugar.

COMPORTAMENTO DO ELEITORADO

LGBTs buscam representatividade

Comunidade direcionará o olhar às campanhas que proponham políticas públicas de diversidade sexual e de gênero

Paulo Correia
paulocorreia.epc@gmail.com

 Acompanhar o perfil do eleitorado em cada eleição é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e inclusivas. Apesar de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrar avanços relativos à inclusão, como as 580 pessoas aptas a votar com nome social e o registro de 1.854 cidadãos como transgênero, o eleitorado LGBTQIA+ na Paraíba ainda enfrenta um apagão de dados oficiais. Lideranças do movimento alertam que a falta de recortes sobre orientação sexual no cadastro eleitoral invisibiliza parte da comunidade, dificultando a cobrança por candidaturas comprometidas com a empregabilidade trans e o combate à homofobia e à transfobia.

Em julho, o TSE publicou as estatísticas eleitorais que indicam o perfil do eleitorado apto para votar nas Eleições 2026 em todo o país. Na Paraíba, 53% declararam-se como mulheres, enquanto 47% como homens. O número de eleitores aptos a votar utilizando o nome social foi de 580.

No cadastro eleitoral, não há campos para declaração da orientação sexual. Contudo, no que tange à identidade de gênero, 90,74% dos respondentes da Paraíba (613.509) designaram-se cisgêneros e 0,27% (1.854) transgêneros, enquanto 8,99% (60.770) preferiram não informar.

Yara da Silva, fundadora e presidente do coletivo As Yaras, acredita que a autodeclaração de identidade de gênero junto ao TSE é um passo importante para mapear a comunidade e cobrar políticas públicas direcionadas. “A partir disso, as pessoas vão se sentir mais seguras. Ainda existem muitas pessoas que estão ‘dentro do armário’, que não querem se declarar também por conta da família. Fazendo esse mapeamento, [podemos comprovar] que existem pessoas LGBTQIA+, que existem mulheres trans dentro da política, que existem pessoas trans que estão se declarando e esse número vai crescer mais, e pode ajudar nas políticas públicas para nossa população, que ainda são muito poucas”, avalia.



Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

Dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que apenas 1.854 cidadãos paraibanos declararam-se transgênero; ativista alerta que há subnotificação

Por outro lado, o fundador e presidente da Iguais Associação, Dhell Félix, pontua que ainda existem diversos gargalos na coleta de dados sobre o eleitorado LGBTQIA+. Ele critica que a ausência de perguntas sobre orientação sexual nos cadastros eleitorais e a subnotificação de eleitoras trans limitam o monitoramento e a formulação de políticas públicas precisas, implicando

diretamente numa agenda positiva para essa comunidade.

“Em sua maioria, as pessoas trans não são eleitoras, porque muitas delas têm dificuldade com a documentação ou estão no processo de retificação e não têm a informação de que aquilo não vai interferir na hora do voto. Um formulário mais completo na hora da pesquisa, com [indagação sobre] orientação sexual, traria uma outra visão do eleitorado, [com dados sobre] gays, bissexuais, pessoas não binárias [cuja identidade de gênero não se encaixa na divisão tradicional — homem e mulher]... enfim, sobre todas as letras que fazem parte da nossa população”, argumenta Félix.

Principais bandeiras

A garantia de recursos públicos e o fortalecimento da representatividade política são os principais pontos para o avanço dos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil.

Para Dhell Félix, a principal demanda da comunidade LGBTQIA+, hoje, é a inserção definitiva no orçamento das prefeituras, dos estados e do Governo Federal. “Não adianta a gente ter política de governo, precisamos ter política de Estado, a política que fique. E para se ter uma política de Estado, tem que ter orçamen-

to, porque ninguém faz nada sem dinheiro. Só assim essas políticas vão poder avançar no enfrentamento da violência que mata a gente todo dia”, defende.

Segundo o 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os registros de homofobia ou transfobia aumentaram 35,6% no Brasil de 2024 a 2025. O levantamento também aponta um crescimento de 1,9% nos casos de estupro contra pessoas LGBTQIA+ no mesmo período, enquanto os homicídios dolosos (intencionais) dessa população reduziram 14,2% — uma diminuição que, de acordo com os pesquisadores, não significa necessariamente melhoria no quadro.

Para os autores do anuário, a violência física opera como um mecanismo sistemático de punição contra quem desvia do padrão de gênero e sexualidade considerado normativo, o que explicaria por que esse crime é o que registra o maior número de ocorrências entre os tipos monitorados.

Conforme Yara da Silva, a falta de oportunidades de trabalho formal é o principal fator que empurra a população trans para a marginalidade e a prostituição. “Uma das políticas que a gente precisa pautar, imediatamente, é empregabilidade e as cotas para as

mulheres trans ingressarem nas universidades e nas empresas. A gente tem lembrança de uma empresa de Campina Grande que abriu uma oportunidade de trabalho para 60 pessoas trans e, depois, todas foram retiradas”, conta.

Voto consciente

A ativista sugere que eleitores façam uma análise rigorosa das propostas eleitorais voltadas à dignidade humana. Na visão dela, é essencial que as dores e necessidades reais da comunidade LGBTQIA+ sejam verdadeiramente compreendidas e transformadas em leis. “A gente precisa de espaço e de visibilidade em locais de empoderamento. A gente só quer viver”, reivindica Yara da Silva.

Além de presidir a Iguais, Félix coordena, na Paraíba, o programa Voto com Orgulho, uma iniciativa da Aliança Nacional LGBTI+ que mapeia candidaturas de pessoas LGBTQIA+ e de aliados políticos. O levantamento nacional busca traçar um panorama da representatividade nas eleições.

De acordo com ele, a orientação para as eleições é que os cidadãos façam escolhas conscientes e estratégicas. Félix recomenda priorizar candidatos com histórico de atuação em

movimentos sociais e rejeitar discursos de ódio ou o chamado “voto de simpatia” em candidatos que não possuam propostas reais para a população LGBTQIA+. “Já está na hora de a gente se organizar, analisar melhor as candidaturas, para que a gente possa dar um voto certo, um voto colorido”, conclui.



Foto: Arquivo pessoal

Está na hora de analisar melhor as candidaturas, para que a gente possa dar um voto certo

Dhell Félix



Foto: Arquivo pessoal

Precisamos de espaço e de visibilidade em locais de empoderamento. A gente só quer viver

Yara da Silva

Alterações recentes evidenciam compromisso com a inclusão

Em reconhecimento à diversidade demográfica do país, a Justiça Eleitoral (JE) ampliou o leque de informações coletadas no cadastro eleitoral na última década. Mudanças normativas transformaram o banco de dados, garantindo o direito ao nome social e mapeando a diversidade de cor/raça, etnia, identidade de gênero e a necessidade de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Essa modernização do ca-

dastro eleitoral reflete um esforço institucional para que as estatísticas oficiais espelhem a diversidade da população que vai às urnas. Por meio de resoluções sucessivas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consolidou duas fases de expansão inclusiva.

Nome social

A primeira mudança ocorreu em março de 2018, com a aprovação da Resolução nº 23.562. A partir daquele pleito, pessoas trans e tra-

vestis conquistaram o direito de registrar e ter impresso exclusivamente o seu nome social no título de eleitor (físico e digital) e nos cadernos de votação. O nome civil passou a ser restrito aos controles internos da Justiça Eleitoral, garantindo o respeito à identidade do eleitor no momento do voto.

Diversidade

A segunda alteração foi estruturada com a Resolução nº 23.659, de outubro de

2021. O texto criou base normativa para que o tribunal passasse a questionar o eleitor sobre sua cor ou raça, se pertencia a comunidades indígenas ou quilombolas, sua identidade de gênero (cisgênero ou transgênero) e a necessidade de intérprete de Libras.

A implementação dos novos recortes, no entanto, demandou tempo. A efetiva coleta desses dados só teve início após o fechamento do ciclo das Eleições Gerais de

2022. Em novembro daquele ano, respaldada pelo Provimento nº 7/2022, emitido pela Controladoria Geral Eleitoral (CGE), a JE reabriu o sistema de atendimento presencial e o Título Net já com a obrigatoriedade de oferta dos novos campos.

Caráter autodeclaratório

A JE reforça que o preenchimento dessas informações é estritamente opcional e baseado na autodeclaração. Não é exigida a apresentação

de laudos ou comprovantes para atestar cor, raça ou identidade de gênero.

Segundo o TSE, o propósito da coleta é institucional e inclusivo. Ao mapear o eleitorado com maior nível de detalhe, a JE adquire ferramentas concretas para aprimorar o atendimento no dia do pleito, promover campanhas de conscientização direcionadas e assegurar que o exercício do voto seja plenamente acessível e representativo.

SENADO

Segurança em meio digital depende de união social

Parlamentares debateram democracia e combate à desinformação com jovens

Aline Guedes
Agência Senado

Ambientes digitais mais seguros e responsáveis dependem da participação de toda a sociedade. Essa é uma das avaliações da audiência pública da Comissão de Educação e Cultura (CE), realizada em meio à Semana de Vivência Legislativa do Programa Jovem Senador 2026. A audiência reuniu parlamentares e os 27 jovens selecionados nas unidades da Federação, bem como seus professores orientadores.

Autor do requerimento para o debate, o senador Paulo Paim (PT-RS) considerou a audiência uma “oportunidade de os estudantes dialogarem diretamente com especialistas e lideranças que atuam na construção de um ambiente cibernético mais saudável e respeitoso”.

“As redes sociais se consolidaram como espaços centrais para a circulação de informações, a participação cidadã e o debate público. Ao mesmo tempo, fenômenos como a disseminação de desinformação, os discursos de ódio, a intolerância, a polarização excessiva e as diferentes formas de violência digital têm representado desafios significativos para a convivência democrática e para a qualidade do diálogo na esfera pública”, avaliou.

Ao elogiar o empenho dos “jovens senadores”, Paim observou que o olhar dos estudantes é “de extrema importância para se promover mais luz ao debate sobre o que circula nas redes sociais”.

“Estamos tratando de um dos maiores desafios do nosso tempo: o de como se construir um debate saudável, honesto e legítimo nesse ambiente. Vale ressaltar que democracia não é todo mundo pensar igual. Não queremos redes nas quais todos pensem da mesma forma, porque isso não seria democracia. Defendemos a liberdade de expressão, que é um direito fundamental, alertando para o fato de que ela não é uma licença para mentir, ameaçar, perseguir, odiar e até matar, discriminar ou atacar a dignidade de alguém”, declarou.

Algoritmos

Representante da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Frederico Franco Alvim defendeu uma adaptação de metodologias de comunicação que permitam o acesso ao sentimento das pessoas. Para ele, o contexto atual do país, de alta polarização política, traz a necessidade de ferramentas que levem os cidadãos a avaliar a solidez e a validade de suas próprias percepções.

“Milhões de informações são publicadas nas redes sociais atualmente, mas os algoritmos distribuem aquilo que efetivamente vai chegar para as pessoas. E, como os algoritmos são desenhados para maximizar o engajamento, eles querem que a gente mantenha contato e interaja com esses conteúdos, para que eles possam extrair dados das nos-



Audiência aconteceu em meio à Semana de Vivência Legislativa do programa Jovem Senador

sas interações e vendê-los a anunciantes privados e políticos”, disse.

Alvim considerou urgente a promoção de uma educação que promova a cultura democrática, com uma pedagogia para o alcance da civilidade.

“Mas a gente só vai ter sucesso também se tiver a exata dimensão que essa comunicação não é voltada para mente racional das pessoas, é uma comunicação prioritariamente centrada na nossa parte passional. Ninguém consegue mudar a mente de ninguém. O máximo que a gente pode fazer é dar ferramentas para que essas pessoas possam reavaliar suas percepções”, ponderou.

Educação midiática

Pensamento semelhante foi manifestado pela presidente do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco. Ela considerou a educação midiática uma ferramenta importante para dar ao cidadão condições de exercer plenamente a sua liberdade de expressão e de se manifestar de forma ética e responsável.

“Vivemos um ambiente informacional repleto de desinformação, em todas as suas formas: desde as chamadas ‘fake news’ — informações fabricadas, que, inclusive, já não são novidade, mas ganham um novo espaço de atenção — até publicações fora de contexto”, frisou.

Patrícia Blanco ressaltou, no entanto, que a construção de um espaço de diálogo saudável e democrático nas redes sociais e na internet exige mais do que combater desinformação.

“A gente teria que trabalhar, na minha visão, num letramento holístico. Além de letramento midiático, é necessário a gente trabalhar com letramento informacional, para que as pessoas aprendam a diferenciar uma fonte confiável de uma fonte não confiável, aprendam a distinguir um argumento honesto de uma argumentação falaciosa, aprendam a saber se uma pessoa que se posiciona como uma autoridade especialista merece, de fato, esse título”, analisou.

Poder das redes

Para a “jovem senadora” do estado do Rio de Janeiro, Maria Laura Soares e Silva, não se deve negligenciar ou tentar banir o poder das redes sociais e da tecnologia nas plataformas

das big techs, “até porque essas ferramentas já são parte da era atual da sociedade”. Ela defendeu a necessidade de reflexão, principalmente da juventude, sobre o que cada um consome na internet e cobrou que o poder público assuma o protagonismo na propagação de notícias verdadeiras e verificadas.

“A maioria de nós não consome notícia real, oriunda dos portais de jornalismo, por exemplo. Às vezes, um vídeo de 60 segundos nos dá mais informações do que um artigo. Repelir essa realidade, de presença maciça da tecnologia hoje, então, seria um pensamento ignorante. É preciso, agora, termos consciência do poder dessa ferramenta e trazeremos isso, de uma forma responsável, para a nossa realidade”, opinou a adolescente.

Mídias do Senado

Coordenador das redes sociais do Senado Federal, Tadeu Sposito explicou que a principal parte do trabalho é promover o debate democrático, levando aos brasileiros informação sobre a Casa e sobre o impacto da atividade parlamentar na vida das pessoas. Ele apontou dados segundo os quais 150 milhões de pessoas têm perfis nas plataformas digitais. O uso das redes sociais é feito por 98,7% dos internautas, num tempo de navegação que dura em média 20 horas semanais.

Cliques em anúncios

De acordo com Sposito, somente 17% do conteúdo mostrado no Facebook vem de amigos dos internautas. No Instagram, essas publicações são de apenas 7%, sendo o restante publicações de perfis estranhos recomendados por algoritmos.

“O conteúdo que se sobressai dificilmente é aprofundado ou reflexivo. As plataformas querem atenção, cliques em anúncios e dinheiro para impulsionar conteúdo, sendo a arquitetura que cumpre esse papel cheia de recompensas emocionais e com algoritmos que selecionam o que cada um vê”, argumenta.

Combate à desinformação

A coordenadora do Senado Verifica, plataforma de checagem de notícias relacionadas à Casa legislativa, Sara Reis, salientou que fake news se espalham 6% mais rapidamente e têm 70% mais chances de viralizar do que informações ver-

dadeiras. Para ela, a garantia de um debate saudável na internet passa por medidas como a transparência algorítmica, induzida ou exigida pelo Estado; educação midiática contínua; além do compromisso individual com a checagem de fatos, por meio de ferramentas institucionais como o Senado Verifica.

“Não podemos confundir opinião e relatos pessoais com fatos e evidências científicas, porque isso também contribui para o caos informacional”, alertou.

O Senado Verifica atua em duas frentes principais: a checagem de fatos e a educação midiática. Uma equipe de jornalistas apura a veracidade de conteúdos relacionados ao Senado e às atividades legislativas e produz conteúdos educativos para auxiliar a sociedade a identificar e reagir à desinformação.

Confronto de ideias

Já a pesquisadora e especialista em tecnologia e sociedade Gabriela de Almeida considerou fundamental cada pessoa ter responsabilidade naquilo que publica na internet. Ela ressaltou que plataformas digitais não são espaços neutros e observou que a democracia nunca significou ausência de conflitos.

Gabriela de Almeida pontuou, no entanto, que essa troca de ideias não deve ocorrer com a disseminação de atitudes de violência e ódio, “mas num ambiente onde cada pessoa saiba conviver em grupo, de maneira saudável”.



Vivemos um ambiente informacional repleto de desinformação, desde as chamadas ‘fake news’ até as publicações fora de contexto

Patrícia Blanco

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Microcrônicas (56)

Contratei um técnico em Informática para dar uma geral no meu computador. “O sistema está corrompido”, garantiu ele. “Isso eu já sabia!”.

Depois de um ligeiro exame, descobri que tenho 70 anos, mas com saúde de 87.

Cortei o açúcar. Agora querem meu álcool. O que me restará no futuro?

Político prático envia votos de boas festas, mas avisa que quer os votos de volta.

“As cidades possuem uma biografia que raramente coincide com a cronologia registrada em arquivos públicos. Nenhuma tradição chega intacta ao futuro por força da inércia. Em algum momento, alguém decide que vale a pena protegê-la. Foi desse gesto que nasceu, em 1976, a Sociedade Cultural Poeta Zé da Luz” (Palmeri de Lucena, no livro O último poema de Zé da Luz, que será lançado em breve).

Senti-me profundamente lesado em meus direitos fundamentais quando não pude ver o tal eclipse. Agora, só daqui a 100 anos. Talvez eu não esteja com a visão muito boa.

Mentir um pouco, florescer bastante, dizer asneiras engraçadas e rir dos radicais e intolerantes. Esse é o segredo do comandante da Rádio Barata no Ar.

Sofrendo as dores da velhice, lembrei de um haikai de minha autoria: Arranjei novo despeito: / todo mundo fica velho, / eu fico do pior jeito.

Rubens Nóbrega: “Definitivamente, você é o nosso Millôr”. O nobre Nóbrega refere-se ao microcronista.

Comparar qualquer colunista com o Millôr não é nem audácia, é pedir para o Millôr acordar só para fazer uma piada com você.

É tipo comparar um poste de luz com um raio: ambos iluminam, mas um só faz isso se a companhia de energia colaborar.

“Se você se acha o novo Millôr, cuidado: a única coisa que você tem em comum com ele é a convivência diária com a língua portuguesa e, no seu caso, com bastante ruído na comunicação” (Maciel Caju).

“Num país onde o futuro a Deus pertence, os agnósticos perguntam: E o passado? Quem vai se responsabilizar por ele?” (Ivan Lessa).

Título de eleitor na terceira idade é igual a convite de festa de parente distante: é bom saber que você tem, mas ninguém vai te julgar se você não for.

Em 1999, na Copa do Brasil, o Corinthians veio à Paraíba enfrentar o Treze de Campina Grande. Evaristo de Macedo era o treinador do time de São Paulo e mostrou um vídeo de um jogo do Treze.

No vídeo, os jogadores do Treze estavam acima do peso, todos “pernas de pau”, parecia jogo do Mangureira Futebol e Cachaça Ferroviária, de Entroncamento.

O golpe: vídeo era de um time amador de Pilar com as camisas do Treze. O Corinthians autoconfiante, com um ótimo time, quase perdeu a partida. O Treze chegou a estar ganhando por 2 a 0 e cedeu o empate.

No jogo de volta, em São Paulo, novo empate por 2 a 2. O Treze perdeu nos pênaltis. O goleiro do Corinthians era simplesmente o grande Dida.

Vampeta, volante do Corinthians na época, ainda hoje lembra desse episódio dos “paraibas malas”.

Malandro é malandro, mané é mané e o Treze é o galo moral!

Colunista colaborador



Foto: Divulgação/Espaço do Povo Paraisópolis

Os 10% mais ricos da população mundial ganham mais do que os outros 90% da população, ao passo que a metade mais pobre da população global detém menos de 10% da renda gerada

CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS

Desigualdade repete-se na política

Fato também ocorre com lógica semelhante em áreas técnicas, como no Judiciário e em postos do Executivo

Guilherme Jeronymo
Agência Brasil

A desigualdade de renda no Brasil é ampliada pela presença proporcionalmente maior de ricos na política. Uma vez no poder, aqueles que acumulam riqueza tendem a criar leis e regulações que não favoreçam a distribuição de recursos. A conclusão é do relatório *Um retrato das desigualdades brasileiras: poder, privilégio e a captura da democracia*, publicado, na última quarta-feira (19), pela Oxfam Brasil.

A concentração econômica sufoca a democracia ao conferir às elites o poder de veto sobre políticas públicas, além de influenciar eleições.

O estudo analisa a situação dos que dispõem de recursos para influenciar e definir as agendas públicas que disputam a destinação dos recursos comuns. “Ao examinar a concentração no topo da distribuição, busca-se compreender como determinadas frações sociais monopolizam recursos econômicos, jurídicos e simbólicos que lhes permitem preservar posições de comando”, diz o relatório.

No caso brasileiro, a engrenagem conta com uma formação histórica marcada pelo legado da escravidão, pela concentração fundiária e pela capacidade secular das classes dominantes de reorganizar seus privilégios em diferentes ciclos de modernização, segundo os pesquisadores.

A investigação das dinâmicas de formação de riqueza e sua relação com o poder político mostra o impacto no sistema eleitoral, que sofre para se manter igualitário, mas falha na tentativa, uma vez que a desigualdade vai além das disparidades monetárias comuns e se consolida como um projeto de poder.

Fenômeno

O fenômeno ocorre em todo o mundo. O estudo *Resistindo ao domínio dos ricos*, por exemplo, publicado pela Oxfam Internacional, revelou que a riqueza dos bilionários cresceu US\$ 2,5 trilhões no ano passado, chegando ao recorde histórico de US\$ 18,3 trilhões.

O acúmulo ameaça as liberdades civis, pois indivíduos super-ricos têm uma probabilidade quatro mil vezes maior de ocupar cargos políticos do que cidadãos comuns, de acordo com o relatório.

Estudo semelhante — o *World Inequality Report 2026* — mostrou que os 10% mais ricos da população mundial ganham mais do que os outros 90% da população, ao passo que a metade mais pobre da população global detém menos de 10% da renda gerada.

O *Global Wealth Report 2026*, estudo elaborado pelo banco suíço UBS, posiciona o Brasil na quarta posição mundial em desigualdade patrimonial e informa que o país encerrou o ano de 2025 com cerca de 386 mil milionários (em dólar). O relatório, referência também para a Oxfam, aponta ainda que cerca de 69% da população adulta brasileira permanece na base da pirâmide, com patrimônio médio de até R\$ 51 mil.

O estudo do banco suíço reconhece avanços recentes, com a saída de quase nove milhões de pessoas da linha da pobreza, mas conclui que o país progrediu pouco no combate à dinâmica de desigualdade. Essa persistência seria mantida principalmente pela estrutura tributária, “que penaliza mais a base do que o topo”, e é mantida por uma dupla blindagem — ideológica e jurídica.

Na visão dos pesquisadores, as corporações de alta tecnologia acentuam o cenário, ampliando alcance, dispersão e profundidade do impacto em campos tradicionais. *Big techs*

e *bets* aproveitam a falta de regulamentação para maximizar ganhos em mercados que estão em constante reorganização. “Longe de operar como meras plataformas de entretenimento ou tecnologia, essas corporações hoje funcionam como potentes engrenagens de extração econômica e controle social”, conclui o estudo.

Limitação

A Oxfam critica ainda a limitação das políticas de transferência de renda. Embora necessárias no curto prazo, uma sociedade pode, simultaneamente, transferir recursos aos mais vulneráveis e preservar intactos os mecanismos fiscais que protegem e multiplicam os patrimônios dos super-ricos, segundo a organização. “Sem enfrentar as dimensões patrimoniais, tributárias, raciais, territoriais e de gênero da desigualdade, a melhora dos indicadores médios tende a permanecer limitada e vulnerável”.

Poderes oligarquizados

Quem de fato decide sobre essas políticas é um grupo relativamente restrito de pessoas, a direção das burocracias estatais. A investigação da Oxfam encontrou um perfil para a ocupação dos cargos decisórios no país, na verdade, “velho conhecido de todos: branco, masculino e rico”. E isso não se resume apenas ao espaço eleitoral, em que o dinheiro tem desequilibrado as disputas.

O fato também ocorre em áreas técnicas, como o Judiciário e os postos decisórios do Executivo, que respondem a uma lógica semelhante, embora com mecanismos de origem ligeiramente diferentes. “A captura institucional da nossa soberania afeta de maneira desproporcional as populações historicamente vulnerabilizadas. Mulheres negras, povos indígenas, comunidades quilombolas e moradores das pe-

riferias urbanas são severamente taxados no consumo essencial para financiar o Estado, enquanto assistem à parlamentarização nebulosa dos recursos públicos”, diz o estudo.

Sobre o papel do Congresso Nacional, o relatório aponta “relação de nossa democracia com elites locais, no flagrante monopólio demográfico e econômico”.

A partir de dados do TSE, os pesquisadores informaram que, nas eleições de 2024, apenas 13,2% dos municípios brasileiros elegeram prefeitas. Nas capitais, de 26 pleitos, somente dois foram vencidos por mulheres. Considerando as últimas eleições nacionais de 2022, na Câmara dos Deputados, de 513 eleitos, 82,3% eram homens e apenas 17,7% mulheres.

No Senado Federal a disparidade foi ainda mais acentuada: 23 homens eleitos nas últimas eleições e apenas quatro mulheres. Considerando o perfil do Senado como um todo, ele é composto por 16 senadoras em exercício (menos de 20% do total) e 65 senadores homens, totalizando 81 parlamentares (80%).

A disparidade de patrimônio também é bastante importante para se entender o Legislativo. Os dados destacados pela Oxfam mostram que os homens eleitos deputados federais possuíam um patrimônio médio significativamente superior ao das mulheres eleitas, e o mesmo perfil aplica-se aos demais grupos.

No pleito de 2022, quase 45% dos eleitos tinham patrimônio superior a R\$ 1 milhão, revelando clara concentração de milionários no grupo de homens.

No grupo de concorrentes ao Senado, dos 207 candidatos e candidatas, 15 (apenas 7% do total) declararam patrimônio de até R\$ 100 mil e nenhum deles foi eleito. Já no grupo de 93 pessoas candidatas (45% do

total) que declararam bens somando de R\$ 100 mil a R\$ 1 milhão, 12 foram eleitos.

Por fim, entre os declarantes de patrimônio acima de R\$ 1 milhão, 15 foram eleitos, de um conjunto de 79 pessoas. “Embora o total de candidatos e candidatas com patrimônio milionário representasse 38% do total de concorrentes, eles representaram 55% dos eleitos para as 27 vagas disponíveis”, destacaram os pesquisadores.

“Ao acrescentar dados de montantes de financiamento de campanha, fica explícito que o processo eleitoral atual funciona como uma engrenagem de triagem socioeconômica, em que o patrimônio acumulado na esfera privada se converte em condições muito superiores de acesso aos mandatos públicos”.

O critério racial é ainda mais acentuado, apontam os pesquisadores. As dimensões de raça e gênero não se perpetuam apenas por imitação das desigualdades de empresas e outras instituições, mas pelo que os pesquisadores resumem como uma hierarquização velada da política institucional.

Em resumo, quem distribui os recursos de campanha — hoje as lideranças partidárias — mantém nos mesmos grupos que tinham vantagens de financiamento antes do fundo partidário, e a “cara” dos políticos muda pouco.

Poder político

O limite participativo não se resume aos cargos eletivos. Também se reflete no acesso aos cargos dos outros poderes, como já apontado, e ainda mais nas instâncias de colegiados técnicos, como conselhos e cargos de orientação, indicados por associações civis.

A presença de executivos e conselheiros em múltiplas organizações favorece a difusão de concepções comuns, a coor-

denação de interesses e a formação de redes de confiança, já que essa presença se soma às demais e se torna problemática à medida que a desigualdade econômica se converte em desigualdade extrema de voz, acesso e capacidade de pautar decisões.

“O direito formal de participar não produz igualdade substantiva quando poucos atores conseguem financiar equipes, produzir conhecimento especializado, influenciar partidos, acessar meios de comunicação e sustentar interlocução permanente com agentes públicos”, diz o estudo.

Desigualdade como escolha

Embora não seja uma relação simples ou uma decisão direta, a constituição das desigualdades é um conjunto de escolhas políticas que podem ser reduzidas ou revertidas por outras escolhas, segundo a Oxfam Brasil. “O problema democrático fundamental está, portanto, na distância entre igualdade formal e desigualdade efetiva de influência. Todos podem, em princípio, dirigir demandas ao poder público, apoiar candidaturas, participar de audiências, produzir argumentos e disputar o debate público”.

Segundo a organização, poucos conseguem manter organizações permanentes, contratar especialistas, financiar produção técnica, circular entre posições públicas e privadas, controlar meios de comunicação, operar estratégias digitais, acessar parlamentares e condicionar decisões por meio do controle de investimentos e recursos estratégicos.

A democracia é enfraquecida quando o poder econômico não apenas participa das decisões públicas, mas estabelece as condições materiais sob as quais os demais grupos conseguem participar, de acordo com o estudo.

NO NORDESTE

Editais somam mais de 3 mil vagas

Nos estados do Ceará, de Pernambuco e da Paraíba, órgãos oferecem cargos com salários de até R\$ 8 mil

Iris Machado
irmschdo@gmail.com

Trabalhadores da educação em busca de vagas no serviço público já podem preparar a caneta e o papel. Dos concursos divulgados nesta semana, pelo menos três mil postos abrangem o setor da docência — não só nas redes municipais paraibanas, mas também em outros estados nordestinos, como Ceará e Pernambuco, que procuram profissionais especializados no ensino de Braille e da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Na Paraíba, as oportunidades disponibilizadas pelos municípios de Cruz do Espírito Santo e Guarabira também animam os campos administrativo, de engenharia e da saúde, com salários de até R\$ 8 mil, além de adicionais produtivos, complementações e gratificações.

Prefeituras paraibanas

Da construção civil à saúde pública, a Prefeitura Municipal de Guarabira, no Brejo do estado, oferece oportunidades a profissionais de nível médio, técnico e superior. Ao todo, o edital, publicado neste mês, dedica-se ao preenchimento de 170 vagas imediatas, além de prever a formação de cadastro de reserva. A maior demanda envolve os cargos de professor do Ensino Médio, agente administrativo, médico de postos de saúde da família (PSFs), técnico em Enfermagem e psicólogo, assim como há postos para os setores de informática, mobilidade urbana e tecnologia. A jornada de trabalho, de acordo com as especifi-

cações de cada função, varia de 20 a 40 horas semanais, com remuneração inicial de R\$ 1.621 a R\$ 8.472. Carreiras como fiscal de obras e odontólogo recebem adicionais, gratificações e outras vantagens legais, conforme previsto no edital. O regime de contratação de todos os aprovados será estatutário.

Quem deseja participar do certame tem até 20 de setembro de 2026 para se inscrever no portal da Comissão Permanente de Concursos (CPCCon) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A taxa de inscrição é de R\$ 95 para cargos de nível médio ou técnico e de R\$ 115 para as oportunidades de nível superior. Com validade inicial de dois anos, o concurso poderá ser prorrogado pelo mesmo intervalo de tempo.

Toda a seleção será realizada em Guarabira. A todos os candidatos, será aplicada uma prova objetiva no dia 18 de outubro de 2026, de caráter classificatório e eliminatório. Posteriormente, haverá uma prova de títulos apenas para vagas de magistério, de 10 a 11 de novembro de 2026. Os inscritos no cargo de agente de trânsito ainda passarão por uma etapa de avaliação física, psicológica e de formação.



Use o QR Code para acessar o edital da Prefeitura de Guarabira

Também há oportunidades de emprego perto do litoral paraibano, na Região Metropolitana de João Pessoa. Em Cruz do Espírito Santo, a prefeitura disponibiliza 202 vagas para 26 cargos de provimento efetivo, a fim de preencher o quadro permanente de servidores municipais. Aberto a todos os níveis de escolaridade, do fundamental ao superior, o edital dá destaque à função de professor da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que abrange um total de 103 postos.

Assim como a educação, a prefeitura pretende reforçar as áreas administrativa, de desenvolvimento urbano e de saúde, ao incluir vagas para arquitetos, agentes de mobilidade urbana, assistentes em saúde bucal, auxiliares administrativos, dentistas, enfermeiros e fisioterapeutas, entre outros profissionais. A jornada de trabalho gira em torno de 30 a 40 horas semanais, com salários de R\$ 1.621 a R\$ 3.847,97, a depender do cargo — e complementação de acordo com piso nacional para enfermeiros e técnicos de Enfermagem.

As inscrições ocorrem exclusivamente pela internet, no sistema do Instituto de Apoio à Gestão Educacional (Igeduc), até 16 de setembro de 2026. A taxa varia conforme o nível de escolaridade exigido: R\$ 86 para o nível fundamental, R\$ 126 para os níveis médio ou técnico e R\$ 150 para o nível superior.

Para todos os cargos, o processo seletivo envolverá uma prova objetiva, de realização prevista para o dia 20 de dezembro de 2026. Haverá avaliação de títulos para pos-

tos de nível superior e curso de formação inicial de 200 horas, de caráter eliminatório, para o cargo de agente de mobilidade urbano. Todas as etapas do certame ocorrerão no município de Cruz do Espírito Santo.



Use o QR Code para acessar o edital da Prefeitura de Cruz do Espírito Santo

Educação de Pernambuco

Outro órgão que deve ampliar o quadro de profissionais é a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE). A partir de um Processo Seletivo Simplificado (PSS), a entidade abriu 24 vagas temporárias para os cargos de professor braille, professor instrutor e professor intérprete de Libras. Com exceção da última função, todos os cargos exigem Ensino Superior.

Conforme os postos, a carga horária de trabalho poderá ser de 150 ou 200 horas-aula mensais, de salários que vão

de R\$ 3.847,97 a R\$ 5.130,63. Para participar do processo, é necessário cadastrar-se na plataforma do Instituto AOCF até às 16h do dia 4 de setembro de 2026. A inscrição, para todas as vagas, requer o pagamento de uma taxa de R\$ 70 e a escolha da lotação dentro das opções estabelecidas no edital.

A seleção terá uma única etapa, que avaliará os títulos e a experiência profissional dos inscritos, das 9h de 19 de setembro de 2026 às 23h de 24 de setembro de 2026. O prazo é válido para envio dos documentos necessários ao procedimento de heteroidentificação de candidatos pretos ou pardos. A contratação será temporária, com duração de até 12 meses e possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, conforme a legislação estadual.



Use o QR Code para acessar o edital da SEE-PE

Ceará

A maior quantidade de vagas ofertadas nesta semana pertence ao certame da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seplag-CE). O concurso objetiva preencher vagas e estabelecer cadastro de reserva para cargos efetivos de professor nível C na rede estadual. Ao todo, o órgão oferta três mil



Use o QR Code para acessar o edital da Seplag-CE

Empatia norteia conduta dos profissionais da fisioterapia

A fisioterapeuta Elaine Dantas diz que, embora a faculdade ensine a teoria e a técnica, a realidade da profissão depende das habilidades humanas de um indivíduo. Um profissional completo deve saber se comunicar, negociar e lidar com frustrações, afinal, projetos falham, pacientes mudam e todos os dias testam a resiliência de quem trabalha no campo. Exercer autonomia e manter-se constantemente atualizado constituem práticas essenciais para um fisioterapeuta atento à segurança do paciente.

“Iniciei minha jornada na fisioterapia ainda bem jovem, mas já com a certeza que seria diferente. Durante toda minha trajetória acadêmica, eu fui me profissionalizando em áreas que pudessem agregar à fisioterapia e me tornar uma profissional com uma visão ampla de cuidado com o paciente. O contato direto, na verdade, é a base da fisioterapia. Ele é essencial para avaliar, tratar e reabilitar o paciente com segurança. Essa relação com o paciente exige empatia, saber ouvir o paciente, e uma escuta ativa para ajustar o plano de cuidado sempre que ne-



Foto: Arquivo pessoal

Para Elaine, a paixão pela fisioterapia surgiu ao buscar entender como o corpo humano funciona

cessário”, aponta.

Para Elaine, a paixão pela fisioterapia veio do interesse em entender como funciona o movimento humano e

do desejo de cuidar das pessoas. Especialista em Fisioterapia do Trabalho, perita e empresária, ela abriu a primeira empresa antes dos 25

anos e, hoje em dia, atua no ramo da saúde corporativa. Junto ao dia a dia na clínica, Elaine também utiliza a trajetória na gestão para ministrar

palestras e mentorar outros profissionais da saúde interessados em construir negócios de sucesso.

E conquistar essa prosperidade, como a especialista destaca, requer um constante aprendizado e adaptação às novas tecnologias empregadas no bem-estar do paciente, a exemplo da ecografia funcional — o uso do ultrassom para avaliar a contração e a saúde dos músculos em tempo real — e a telefisioterapia. Ter um olhar integrativo do corpo humano e adotar técnicas de cuidado preventivo contribuem para o aperfeiçoamento do profissional. “Considero fundamental ter empatia e se colocar no lugar do paciente. Ouvir com atenção as queixas, medos e expectativas dele. Ter uma comunicação clara, respeito, ética e uma visão holística daquela pessoa, ou seja, enxergá-la como um todo, considerando o estilo de vida, trabalho, rotina, e não apenas a lesão isolada. E saber trabalhar em equipe, afinal, todos os profissionais estão em prol do mesmo resultado: a saúde do paciente”, afirma.

A experiência adquirida

ao longo da carreira permitiu a Elaine enxergar o fisioterapeuta como um agente essencial na restauração da autonomia e no alívio da dor, capaz de transformar a limitação em movimento e fornecer apoio emocional aos pacientes. Apesar do desgaste físico e mental, o lembrete torna possível superar as dificuldades cotidianas. “O mais gratificante é você ver a restituição da independência do paciente. Ver ele voltar a andar, a realizar tarefas simples do dia a dia sem dor, e a construção de uma relação de confiança e empatia”, destaca.

Oportunidade

Os concursos das prefeituras de Cruz do Espírito Santo e Guarabira oferecem, ao todo, quatro vagas para fisioterapeuta. O cargo exige Ensino Superior completo em Fisioterapia e registro ativo e regular no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito). A jornada é de 30 horas semanais nos dois municípios, com vencimento básico de R\$ 2,3 mil em Cruz do Espírito Santo e de R\$ 2,14 mil em Guarabira.

Selic Fixado em 5 de agosto de 2026 14%	Salário mínimo R\$ 1.621	Dólar \$ Comercial -0,93% R\$ 5,144	Euro € Comercial -0,93% R\$ 6,008	Libra £ Esterlina -1,01% R\$ 7,017	Inflação IPCA do IBGE (em %) Julho/2026 0,07 Junho/2026 0,16 Maio/2026 0,58 Abril/2026 0,67 Março/2026 0,88	Ibovespa 171.031,73 pt +1,85%
---	---	--	--	---	--	--

DESTINOS DA ESTAÇÃO

Rotas de inverno aquecem turismo no Brejo paraibano

Experiências locais, cultura e gastronomia dão impulso econômico à região

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

“O inverno impacta positivamente em todas as atividades turísticas, como hospedagem, alimentação e turismo de experiência, e na vivência das nossas atividades como a produção da cachaça, do café e do chocolate, além do nosso patrimônio histórico”, é o que afirma Maria Júlia Baracho, diretora-executiva do Engenho Triunfo, um dos principais polos do turismo rural no Brejo da Paraíba, sobre a movimentação econômica gerada pela estação de clima mais ameno na região.

O tempo frio no Brejo registra temperaturas médias de 15°C a 24°C, podendo cair ainda mais durante as noites na serra. Essa mudança no clima costuma ser um atrativo para visitantes de outras regiões da Paraíba e de todo o Nordeste. O período do inverno também coincide com o momento em que muitas pessoas estão de férias, o que contribui para aumentar a movimentação econômica nos municípios que compõem o Brejo.

Outro ponto que colabora para o aumento de visitantes na região são iniciativas como a Rota Cultural Caminhos do Frio, criada há 20 anos para

atrair moradores e turistas para aproveitarem *shows*, apresentações culturais, espetáculos de teatro, exposições de arte, gastronomia regional, trilhas ecológicas, visitas a engenhos e experiências locais.

O Caminhos do Frio abraça as cidades de Areia, Pilões, Remígio, Solânea, Serraria, Bananeiras, Matinhas, Alagoa Nova e Alagoa Grande. De acordo com Josenildo Fernandes, presidente do Fórum de Turismo do Brejo Paraibano, a movimentação provocada pela Rota Cultural permanece mesmo depois que o evento deixa determinado município.

“Em Areia, Remígio, Pilões e Alagoa Grande, por exemplo, tivemos o registro de lotação da rede hoteleira, mas o que acontece é que o turista acaba se hospedando em cidades vizinhas, como Esperança ou Borborema. Então, o visitante acaba conhecendo o Brejo de forma ampla e permanece trazendo movimentação financeira para os lugares”, explicou o presidente.

Nalda Silva, proprietária da Pousada Casa do Lago, em Areia, nota esse aumento na procura por leitos em seu empreendimento. Segundo ela, durante o inverno, todos os fins de semana registram 100% de ocupação. “Areia se vende so-



Pousada registra lotação máxima no período mais frio

zinha hoje em dia e durante as quatro estações, mas o inverno é o período de maior movimento e procura por hospedagem na cidade. O mês de julho, por exemplo, que coincide com as férias escolares, é sempre considerado de alta temporada”, relatou a empresária.

No entanto, ela explica que nem sempre foi assim, sendo necessário todo um trabalho de divulgação e investimen-

to para que os turistas passassem a ver a cidade como um lugar bom para visitar durante o ano todo. “O período mais frio e chuvoso é muito bom financeiramente, mas há eventos o ano todo. Em novembro, por exemplo, vamos ter as serestas de rua e, logo em seguida, o Natal Reluz de Areia. Então, hoje, conseguimos ter bons resultados em todos os meses”, comentou Nalda.

Visitantes buscam comida regional e trilhas

Também em Areia, Luciana Balbino, proprietária do Restaurante Rural Vó Maria e do Sítio Casa de Vó, que oferece hospedagem e *day use* (em português, uso por um dia), conta que é com o faturamento feito durante o inverno que paga o 13º salário dos funcionários. “Aumentamos em quase 100% o faturamento tanto do restaurante quanto do Sítio Casa de Vó nesse período. Esperamos o ano inteiro por essa época mais fria, porque é quando há um aumento significativo de pessoas na cidade”, relata.

Além disso, o restaurante administrado por Luciana possui um diferencial que, para ela, é o que mais atrai as pessoas:

a proposta de ser um ambiente que lembra uma casa de vó. “A comida tem aquele tempero que lembra a comida que nossas avós fazem, é um lugar em que as pessoas sentem uma familiaridade, se sentem em casa”, afirmou.

Daniel Ribeiro, guia turístico da região, afirma que os atrativos de Areia vão muito além do clima ameno. Segundo ele, a cidade reúne uma série de fatores que contribuem para atrair visitantes, como o conjunto arquitetônico colonial bem preservado, os pontos históricos e as opções gastronômicas.

“O inverno influencia positivamente o nosso trabalho, por-

que a economia da cidade tem um aumento significativo. Os turistas não vêm apenas para fazer bate e volta; eles costumam permanecer dois, três dias ou até uma semana na cidade. Com isso, há um maior consumo em hospedagens, restaurantes, cafeterias, museus, floriculturas, engenhos, meios de transporte, casas de doces, entre outros estabelecimentos. Tudo isso contribui para movimentar a economia local”, explicou.

O guia também observa que os efeitos positivos do aumento do fluxo turístico durante o inverno alcançam setores que não estão diretamente ligados ao turismo. “Até os motoristas de aplicativos e os entregadores acabam faturando um pouco mais, porque as pessoas sempre precisam de transporte e alimentação”, destacou.

Daniel ressalta ainda que a preservação das matas nativas do município é outro fator que contribui para o aumento do número de visitantes. “Muitas pessoas procuram atividades como as trilhas ecológicas, que exigem o acompanhamento de um guia de turismo. Além disso, com as temperaturas mais amenas, a vegetação fica bem mais verde e bonita, o que atrai turistas do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e de Fortaleza, regiões de clima mais quente, que

buscam vivenciar o inverno de Areia”, completou.

Outros municípios

Remígio chega a receber cerca de 20 mil pessoas por dia durante o Caminhos do Frio. “O evento movimenta a economia local, beneficiando o comércio, a gastronomia, a rede de hospedagem, artesãos, ambulantes e prestadores de serviços”, destacou Letícia Barreto, gestora cultural do município.

Em Alagoa Grande, o mesmo fenômeno é percebido. A cidade possui um forte comércio de itens de vestuário, segundo o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL-AG), Laércio Sobral. “Os lojistas vendem mais e geram mais emprego e renda para o local”, pontuou.

Alagoa Grande está a pouco mais de 30 km de Areia, o que faz com que muitos visitantes acabem conhecendo os dois municípios. A cidade é conhecida por ser o local de nascimento de Jackson do Pandeiro, abrigando o seu memorial. Outro ponto turístico é o centenário Teatro Santa Ignêz, inaugurado em 1905 e que conserva em sua estrutura traços da arquitetura italiana da época. O município também conta com opções de turismo rural e ecológico, com trilhas que levam à Cachoeira de São Félix e às quedas d’água do Ouricuri.

Economia em Desenvolvimento

Marcílio Correia
marciliorcorreia.professor@gmail.com | Colaborador

Energia: de trunfo natural a estratégia de desenvolvimento

A Paraíba reúne uma combinação que, do ponto de vista econômico, merece ser tratada como ativo estratégico: sol abundante, potencial eólico, disponibilidade de áreas para novos empreendimentos e localização privilegiada no Nordeste. A questão, portanto, já não é apenas se o estado pode produzir energia renovável em grande escala. A pergunta mais importante é outra: a Paraíba conseguirá transformar seu potencial energético em desenvolvimento, empregos, arrecadação e atração de novas empresas?

Os números mostram que existe uma base concreta para essa ambição. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a carteira de empreendimentos de 2026 prevê, para a Paraíba, R\$ 3,5 bilhões em investimentos em geração eólica e R\$ 2,9 bilhões em geração solar, totalizando R\$ 6,4 bilhões. Esses projetos estão associados a uma estimativa de 53 mil empregos, sendo 25 mil na cadeia eólica e 27 mil na solar.

O movimento ocorre em um mercado que continua crescendo. Dados da Empresa de Pesquisa Energética mostram que, em 2025, a geração solar brasileira alcançou 88,1 TWh, avanço de 24,7% em relação ao ano anterior. A capacidade instalada solar chegou a 64,8 GW. Na geração eólica, a produção atingiu 116,5 TWh, crescimento de 8,2%.

Para a Paraíba, isso significa uma oportunidade que vai muito além da instalação de parques. O verdadeiro salto econômico acontecerá se o estado conseguir reter uma parcela maior da cadeia produtiva. Isso envolve empresas de equipamentos, manutenção, tecnologia, logística,

engenharia, formação profissional e serviços especializados.

Há também espaço para uma nova fronteira: o hidrogênio verde. Produzido a partir da eletrólise da água utilizando eletricidade renovável, o combustível pode atender a setores industriais difíceis de eletrificar e criar novas

oportunidades de exportação. Mas, para isso, será necessário investir em infraestrutura, transmissão, água, portos, qualificação profissional e segurança regulatória.

O desafio é justamente não repetir um modelo em que a riqueza natural é explorada, mas boa parte do valor econômico fica fora do território. Energia barata e abundante pode ser um poderoso instrumento de industrialização. Empresas que necessitam de eletricidade renovável para reduzir emissões podem encontrar na Paraíba uma vantagem competitiva.

O momento exige, contudo, pragmatismo. O próprio sistema elétrico brasileiro começa a enfrentar dificuldades com o excesso de geração solar e eólica em determinados períodos, levando ao chamado *curtailment*, quando usinas precisam reduzir a produção. O ONS [Operador Nacional do Sistema Elétrico] já trabalha em mecanismos para ampliar o controle da geração distribuída.

Portanto, o futuro energético paraibano dependerá menos da quantidade de sol e vento que o estado já possui e mais da capacidade de transformar esses recursos em infraestrutura, indústria, tecnologia, empregos qualificados e arrecadação.

A Paraíba tem condições de se tornar um polo de energia renovável. Mas o verdadeiro sucesso não será medido apenas pelos megawatts instalados. Será medido por quantas empresas permanecerão no estado, quantos empregos qualificados serão criados e quanto dessa nova riqueza permanecerá na economia paraibana.



Faturamento do restaurante aumenta 100% no período

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Regulação visa ampliar mercados

Guia de cooperação defende redução de barreiras e integração internacional para tornar o Brasil mais competitivo

Apesar do avanço regulatório e tecnológico da indústria farmacêutica brasileira e do reconhecimento internacional da principal autoridade sanitária do país, o Brasil enfrenta um déficit estrutural na balança comercial. Em 2024, foram importados US\$ 12 bilhões em produtos e exportados menos de US\$ 1 bilhão. O cenário é evidenciado no *Mapa de Cooperação Regulatória Internacional da Indústria de Medicamentos*, lançado na última semana, em Brasília.

Inédito, o documento foi elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Grupo FarmaBrasil. Segundo as entidades, a integração internacional e a redução de barreiras regulatórias são fatores centrais para ampliar a presença do país no comércio global.

O documento é uma espécie de guia para orientar negociações diplomáticas e regulatórias com mercados prioritários. O objetivo é reduzir inspeções e exigências regulatórias duplicadas relacionadas às boas práticas de fabricação de medicamentos e ampliar o reconhecimento internacional dos certificados emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No diagnóstico, a indústria defende uma atuação coordenada do governo brasileiro para eliminar desafios que encarecem as exportações, atrasam as operações e restringem o acesso da produção brasileira a outros países.

Entraves

O *Mapa* aponta que a ausência de mecanismos mais amplos de confiança regula-

tória e reconhecimento das inspeções da Anvisa ainda limita a competitividade internacional da indústria farmacêutica brasileira. Apesar de a Anvisa ter reconhecimento internacional, os certificados emitidos pelo órgão não são automaticamente aceitos em todos os mercados. Isso obriga empresas brasileiras a passar por repetidas inspeções internacionais nas mesmas fábricas para receberem autorização de exportação.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, a cooperação regulatória internacional é fundamental para o avanço na agenda de comércio exterior brasileira. “Ela permite superar barreiras entre países, reduzir redundâncias e consolidar a confiança entre autoridades. Com recomendações práticas de CRI [Cooperação Regulatória Internacional], contribuímos com o governo brasileiro na mitigação de obstáculos e na promoção de uma agenda mais integrada”, afirma.

O representante do setor farmacêutico endossa a importância dessa cooperação para garantir mais acesso à saúde para a população brasileira. “Hoje, o

maior desafio para ampliar a presença internacional da indústria farmacêutica nacional não é a capacidade produtiva ou a qualidade sanitária, mas a persistência de barreiras regulatórias que geram retrabalho, custos adicionais e insegurança para as empresas. Portanto, a cooperação regulatória internacional é, hoje, um instrumento estratégico para ampliar a integração do Brasil às cadeias globais de saúde”, afirma o presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri.

“O reconhecimento internacional da Anvisa demonstra a robustez do sistema sanitário brasileiro, mas é necessário avançar na construção de mecanismos que reduzam redundâncias regulatórias e facilitem o comércio. Isso contribui não apenas para ampliar exportações, mas também para fortalecer a competitividade, a inovação e a presença internacional da indústria farmacêutica brasileira”, completa Arcuri.

Credenciais sanitárias

O documento reforça as credenciais na área sanitária obtidas pelo Brasil e ressalta que, desde 2021, a Anvisa faz parte do Pharmaceutical Inspection Co-operation Scheme (PIC/S), principal fórum global de cooperação e harmonização em inspeções de BPF do setor. Também aponta que a agência governamental integra, há 10 anos, o Conselho Internacional de Harmonização (ICH), com reconhecimento da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) como Autoridade Reguladora Nacional de Referência Regional.

Colômbia e Peru são os países que impõem barreiras mais rígidas

Entre os mercados estratégicos analisados no *Mapa*, a Colômbia e o Peru são os que têm entraves regulatórios mais rígidos e não incluem o Brasil na lista de autoridades de alta vigilância. Esse cenário persiste mesmo diante do fortalecimento da atuação internacional da Anvisa e de iniciativas recentes de convergência regulatória na América Latina, como a Declaração do Rio de Janeiro.

Como consequência, empresas brasileiras continuam sujeitas a novas inspeções em plantas já certificadas pela agência brasileira. Por outro lado, o México e o Chile demonstram avanços recentes importantes, com adoção de mecanismos de confiança regulatória que facilitam o reconhecimento das certificações brasileiras e o fluxo comercial entre as economias.

Propostas

Para tornar mais prático o fluxo de comércio internacional de medicamentos, o mapa da indústria farmacêutica propõe uma atuação coordenada entre governo, Anvisa e setor produtivo, baseada em duas linhas de ação estratégicas.

A primeira é fortalecer mecanismos de *reliance* (confiança regulatória), quando uma autoridade sanitária confia e se baseia em relatórios feitos por outra para evitar a du-

plicidade de trabalho e reduzir custos. Já a outra é ampliar a negociação de Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM), que permitem o reconhecimento automático de certificados da Anvisa em países estratégicos, contribuindo para reduzir prazos, custos e insegurança regulatória para as empresas exportadoras.

Importância dos dados

Representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), do Ministério da Saúde e da Anvisa receberam o *Mapa* com as recomendações do setor privado e se mostraram abertos a dar continuidade às iniciativas para facilitar o comércio internacional. Durante o encontro, os integrantes do governo destacaram a relevância de contar com subsídios técnicos e qualificados para direcionar a atuação pública na superação de barreiras regulatórias.

A coordenadora-geral de Convergência Regulatória e Barreiras às Exportações do Mdic, Thais Salem, ressaltou a utilidade das informações consolidadas para as negociações internacionais e a cooperação regulatória.

“Precisamos dessas informações qualificadas para buscar as soluções. Vamos nos debruçar sobre esse documento, os mapas nos trazem in-

formações valiosas. É fundamental que o setor privado bata na porta do governo para tratar dessas questões, seja da Anvisa, do MRE ou do Mdic”, disse Salem, reforçando o apoio às pautas do setor.

Na mesma linha, a chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais da Anvisa, Ana Carolina Marino, apontou que o documento traz subsídios fundamentais para o trabalho da agência. Ressaltou, ainda, o papel central da identificação dos gargalos, especialmente em um momento de expansão da área, que teve um crescimento de 700% da demanda de cooperação: “Quando o mundo confia na regulação brasileira, o produto brasileiro chega mais longe”.

Solução

Mapa aponta como possíveis caminhos o fortalecimento da confiança na autoridade sanitária nacional e a ampliação dos acordos de reconhecimento mútuo



Mapa de Cooperação Regulatória Internacional da Indústria de Medicamentos foi lançado em Brasília

Foto: Reprodução/CNI

PALEOARTE

Conheça o trabalho que envolve arte e ciências

Atividade reconstrói, a partir de evidências fósseis, aparência de animais

Deyse Ponciano
Ascom Secties

Você já deve ter assistido a *Jurassic Park*, já deve ter tido um brinquedo de dinossauro ou visto uma réplica em algum museu. O dinossauro faz parte do imaginário popular há décadas, muito antes de a maioria das pessoas parar para pensar de onde vem aquela imagem. A pele, as cores, a postura do animal não são invenção livre: por trás de cada reconstrução existe um trabalho científico, construído a partir de fósseis, pesquisa e comparação anatômica. Esse trabalho é a paleoarte.

Paleoarte é o campo que reconstrói, a partir de evidências fósseis, a aparência de animais e ambientes extintos. Depende diretamente de pesquisa científica, comparação anatômica e revisão constante, conforme novos dados são publicados.

O paleoartista Anilson Borges resume o campo como uma ferramenta de tradução entre ciência e público. “Vejo a paleoarte como uma forma de trabalhar a paleontologia de uma maneira muito mais visual e didática, e isso nos permite usar a arte juntamente com a ciência para criar, com os devidos limites, ambientes, cenários e animais extintos, despertando a curiosidade e a imaginação das pessoas, principalmente das crianças”, explica.

Ele destaca que o impacto da paleoarte vai além da reprodução de fósseis. “Assim como os filmes, principalmente os da franquia *Jurassic Park*, despertaram o meu fascínio por esses animais fantásticos, eles também despertam esse interesse nas crianças, jovens e em todo o público. A curiosidade faz com que as pessoas procurem documentários, livros, jogos e descubram que existe muito mais do que aparece no cinema”, pontua.

Karl Scarpini, que atua com paleoarte e reconstituições há quase 35 anos, parte de uma distinção entre divulgação e difusão científica. Para ele, a divulgação ainda usa termos próximos do meio acadêmi-

co; a difusão é o esforço de tornar esse conteúdo realmente compreensível. “Não adianta transmitir um conhecimento utilizando termos técnicos para quem não possui a base necessária para compreendê-los. Se não há compreensão, não há absorção do conhecimento”, afirma.

Segundo ele, quando alguém pergunta, por exemplo, de que cor era determinado dinossauro, não basta responder com termos técnicos sobre o material fossilífero: é preciso mostrar. “A arte cria uma ponte entre o conhecimento científico e o público. Ela permite que conceitos complexos sejam apresentados de uma forma visual e compreensível”, destaca.

Scarpini também ressalta que a paleoarte ajuda a revelar o próprio funcionamento da ciência. “O público vê a escultura pronta, mas existe todo um caminho de pesquisa, preparação, identificação, comparação, análise e publicação. Esse processo é tão importante quanto a própria história do animal”, esclarece.

Todo trabalho de paleoarte começa antes de qualquer traço ou molde. Anilson Borges descreve a etapa de pesquisa como a mais complexa do processo, porque a quantidade de informação disponível define o escopo e o prazo de cada projeto. “Geralmente, não temos todas as informações ou temos muito pouco, e isso vai influenciar na definição do projeto e no prazo do mesmo”, pontua. Além da pesquisa, ele procura transmitir naturalidade às reconstruções. “Mesmo sendo peças estáticas, procuro criar a sensação de movimento e dinamismo, contextualizando o objeto a ser representado. Observando animais atuais, como as aves, consigo estabelecer pontos que ajudam a criar essa sensação”, destaca.

O profissional detalha por que essa etapa é tão exigente: a maioria dos dinossauros não foi encontrada completa. Em alguns casos, é possível reunir material de vários indivíduos da mesma espécie para compor uma reconstrução; em ou-

tros, resta apenas uma pegada fossilizada, o que limita o que se pode afirmar sobre o animal. “O maior problema, muitas vezes, não é fazer a reconstrução. É encontrar material científico suficiente para que ela seja feita de maneira adequada”, ressalta.

Quando o registro fóssil é incompleto, parte da reconstrução precisa ser interpretada com base em comparações anatômicas e filogenéticas. Karl Scarpini chama de “peça de parquinho” o risco de produzir uma imagem visualmente interessante, mas que não corresponde aos parâmetros anatômicos conhecidos, seja no número de dedos, na proporção entre cabeça, corpo e cauda ou em outras características. Conforme especifica ele, cada espécie tem proporções próprias, ligadas à sua história evolutiva, e cabe ao paleoartista científico trabalhar com cuidado para não transmitir informação incorreta.

Esse cuidado inclui não alterar o animal para torná-lo mais agradável ao público. Nem todo dinossauro corresponde ao que as pessoas esperam ver, e Scarpini defende que a reconstrução deve seguir a evidência disponível, mesmo quando o resultado foge do imaginário popular. “Às vezes, a realidade não corresponde àquilo que o público espera.

“
Vejo como uma forma de trabalhar a paleontologia de uma maneira muito mais visual e didática, usar a arte juntamente com a ciência

Anilson Borges

Existem dinossauros que não são necessariamente ‘bonitos’. Mas, se eles eram daquela maneira, não podemos simplesmente modificá-los para torná-los mais agradáveis”, enfatiza.

Anilson Borges reforça que esse é um trabalho que não se faz sozinho: exige atualização constante e, quando faltam informações, apoio de paleontólogos e de outros paleoartistas. “Precisamos sempre nos atualizar e, se possível, corrigir quando não há tantas informações. Também é importante pedir ajuda de paleontólogos e de outros paleoartistas. Precisamos ser flexíveis e reconhecer que a paleoarte é uma ferramenta poderosa para a divulgação científica, mas não trabalhamos sozinhos”, diz. O prazo para a confecção de cada escultura varia bastante, depende das dimensões e, principalmente, da dificuldade técnica de cada projeto. Como exemplo, uma escultura de 10 m demora, em média, entre três e cinco meses para ser concluída.

É esse método de pesquisa extensa, seguido de reconstrução cuidadosa, que orienta as novas esculturas em tamanho natural produzidas para o Vale dos Dinossauros, em Sousa. Um dos casos é o *Emiliasaurus*, iguanodonte da região para o qual não havia material comparativo suficiente no Brasil. “Depois de quase 40 dias de pesquisa, encontramos material da Romênia referente a um animal chamado “Zomoxia”, que apresenta características que podem ajudar na compreensão da anatomia do *Emiliasaurus*”, relata Scarpini.

As esculturas destinadas a Sousa reúnem o trabalho dos dois paleoartistas. Borges está à frente da confecção das peças, com apoio técnico de Scarpini, numa parceria que une décadas de pesquisa paleontológica à execução artística. “Estou tendo o auxílio técnico de um paleoartista fantástico, Carlos Scarpini, principalmente na confecção das esculturas que vão para Sousa e, possivelmente, para outros projetos futuros”, conclui Borges.

Poeira Estelar

Claudio Furtado
claudiofurtado@secties.pb.gov.br

Da teoria de campos ao campo: a física que ajuda a colher

Quando pensamos em física, vem à cabeça o laboratório, o quadro cheio de equações, talvez um acelerador de partículas do outro lado do mundo. Dificilmente, pensamos numa plantação de milho, num pivô de irrigação girando sob o sol do Sertão ou num silo cheio de grãos. Mas é exatamente ali, no dia a dia do campo, que a física trabalha silenciosamente e, sem ela, boa parte da agricultura moderna não existiria.

Começemos pela água. Todo agricultor sabe que regar demais estraga a plantação tanto quanto regar de menos. O que poucos sabem é que existe uma grandeza física, o chamado “potencial hídrico do solo”, que mede o quanto de “esforço” uma raiz precisa fazer para puxar água da terra. É a mesma física, aliás, que explica por que a água sobe num papel absorvente ou por que uma esponja encharcada pinga sozinha.

Não é à toa que, hoje, sensores baseados nesse princípio permitem que sistemas de irrigação liguem e desliguem sozinhos, no exato momento em que a planta precisa de água. É economia de água, energia e, no fim das contas, dinheiro.

Se a água fala a linguagem da física, o sol não fica atrás. Um satélite lá em cima não sabe se uma lavoura está saudável ou doente. Mas a luz que essa lavoura reflete de volta para o espaço, sim. Plantas saudáveis refletem a luz de um jeito característico, diferente de plantas estressadas ou doentes, porque a clorofila absorve certos comprimentos de onda e rejeita outros.

É essa óptica física, aplicada em índices como o famoso Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (NDVI), que permite mapear quilômetros de plantação e identificar onde há um problema, antes mesmo que o olho humano perceba qualquer sinal na cor das folhas.

Um trator pesado demais compacta o solo e prejudica as raízes; um leve demais não teria força para arar. Encontrar esse equilíbrio é um problema clássico de mecânica dos solos, a mesma área que estuda como um prédio sustenta-se sem afundar.

Já os drones que sobrevoam plantações hoje, pulverizando defensivos ou fazendo mapeamentos, dependem de princípios de aerodinâmica conhecidos de quem estuda voo, aplicados numa escala pequena e barata o suficiente para caber no orçamento rural.

E há, claro, o tempo, esse velho inimigo do produtor. Uma geada inesperada pode destruir, numa madrugada, meses de trabalho. Mas o congelamento de uma plantação obedece a leis definidas de transferência de calor: o solo perde calor para o ar, o ar esfria, o vapor da água se condensa e congela sobre as folhas.

Entender essa física é o que permite prever geadas com antecedência e até combatê-las, ligando aspersores de água que, ao congelar, liberam calor suficiente para proteger a planta por baixo de uma fina camada de gelo. Parece contraintuitivo, mas é pura termodinâmica trabalhando a favor do produtor.

Nenhuma dessas tecnologias nasceu de um milagre isolado. Cada uma delas é fruto de décadas de física básica, muitas vezes desenvolvida sem aplicação agrícola em mente que, com o tempo, foi incorporada a sensores, *softwares* e máquinas cada vez mais acessíveis.

Fica, então, um lembrete simples, mas importante: investir em ciência básica, mesmo aquela que parece distante da vida prática, é investir no futuro da própria produção de alimentos. A física que hoje ajuda o produtor a economizar água, prever geadas e cuidar melhor da terra começou, um dia, como uma pergunta teórica num quadro-negro.

Claudio Furtado, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba e professor doutor em Física da UFPB.

Colunista colaborador



Foto: Divulgação/Ascom Secties

Método orienta a criação de esculturas de dinossauros em tamanho natural que são atrativos para turistas e visitantes

RECICLAGEM

Sucatas promovem sustentabilidade

Reaproveitamento de materiais reduz a emissão de gases, consome menos energia e fortalece economia circular

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Eletrodomésticos quebrados, peças automotivas, restos da construção civil e panelas velhas são apenas alguns exemplos das toneladas de lixo que a sociedade produz diariamente. Graças ao trabalho de catadores, cooperativas e sucatas, boa parte desses resíduos é destinada para a reciclagem, um trabalho pouco valorizado, mas fundamental para o meio ambiente.

“Em um país que ainda desperdiça muitos materiais recicláveis, a sucata de ferro representa uma oportunidade ambiental, econômica e social que precisa ser mais bem aproveitada. Como professora universitária da área de Engenharia Ambiental, observo em pesquisas acadêmicas e debates sobre gestão de resíduos que a reciclagem ferrosa é estratégica: reduz a extração de minério de ferro, diminui impactos da mineração, fortalece a economia circular e gera trabalho e renda para catadores, sucateiros, empresas de reciclagem, oficinas, obras e indústrias”, explicou a professora e pró-reitora de Infraestrutura da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Weruska Brasileiro.

Segundo a pesquisadora, o reaproveitamento da sucata ferrosa também ajuda a reduzir emissões de CO₂, pois a produção com material reciclado tende a consumir menos energia do que a produção baseada na extração do minério. Estimativas do setor indicam que cada tonelada de aço reciclada pode poupar cerca de 1.400 kg de minério de ferro, 740 kg de carvão e 120 kg de calcário. “Essa prática dialoga diretamente com a Agenda 2030, especialmente com os ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] ligados ao consumo responsável, à ação climática, ao trabalho decente, à indústria e às cidades mais sustentáveis”, pontuou.

Weruska destacou, ainda, que catadores, sucateiros e pequenos empreendedores locais têm papel essencial. “São eles que, muitas vezes, retiram

esse material do descarte inadequado e o recolocam na cadeia produtiva”. A Cooperativa de Catadores de Reciclagem de Marcos Moura (Coorem), localizada no município de Santa Rita, participa ativamente desse trabalho. Fundada em 2009, ela conta com 26 cooperados, além de mais de 100 catadores cadastrados, que vendem material reciclável para a organização, conforme explicou o diretor financeiro da entidade, conhecido como “Irmão Chico”.

Ele contou que, além do benefício para o meio ambiente, a cooperativa também cumpre um importante papel social. “Primeiramente, temos o objetivo de incluir um grupo de pessoas completamente excluídas da sociedade, e desse mundo do trabalho. Gente de rua, gente que não teve nenhuma oportunidade, analfabetos”, destacou.

A professora do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Cláudia Coutinho, destacou que os catadores fazem o trabalho mais pesado, mas são os que menos lucram no processo, porque geralmente não conseguem vender o material diretamente para as grandes fábricas, devido à quantidade pequena que conseguem coletar individualmente. É nesse ponto que entram as sucatas, que compram o material de catadores individuais, cooperativas e até mesmo empresas, processam e efetuam a venda em grandes quantidades para indústrias que realizam a reciclagem.

Dados

Na capital paraibana, cerca de 20% dos resíduos gerados são potencialmente recicláveis, mas nem 6% deles são de fato coletados e destinados para isso



Quem trabalha no setor aponta que ainda faltam políticas públicas que incentivem e fortaleçam todo esse processo

Fotos: Leonardo Ariél

Empresas atuam de forma segmentada

Algumas sucatas especializam-se em materiais específicos, como metal, plástico, papel, entre outros. Há também os negócios que aceitam todos os tipos de materiais. Localizada em João Pessoa, a Sucata Brandão trabalha apenas com ferro. O proprietário do local, Jânio Brandão, contou que vende o material para siderúrgicas como a Gerdau, seu principal cliente, mas também Acelor-Mittal, Sinobras e outras. Nessas indústrias, o ferro utilizado em itens que agora não servem mais, é derretido e refundido.

Jânio Brandão contou que compra os produtos principalmente de sucatas menores. São eletrodomésticos quebrados, peças de motos e carros, portões, vergalhões utilizados na construção civil, entre outros. Ele possui caminhões e equipamentos adequados para levantar e transportar as diversas toneladas do material, já que os compradores não man-

dam buscar, o que também torna inviável a venda direta dos catadores para as siderúrgicas. “Eu sou tipo um atravessador para uma fundição, a siderúrgica que derrete”, explicou ele, que já atua no ramo há 22 anos, após assumir a empresa, que tem 45 anos de existência, do pai.

Já a Brandão Metais é outra empresa da mesma família, com a diferença que ela só trabalha com metais não ferrosos, como alumínio e cobre, conforme explicou Jaíne Brandão, que administra o negócio. Esse material não é reciclado em João Pessoa, uma parte é destinada a cidades como Recife e São Paulo, e outra parte vai para exportação dentro de contêineres.

Jaíne contou, ainda, que a Coorem está entre seus fornecedores. “Eles trazem, a gente pesa e compra. A única coisa que a gente faz aqui é prensar as mercadorias, compac-

tar elas”, disse, ressaltando que a pior parte do trabalho fica com o catador, e é uma função que precisa ser mais valorizada. “É um trabalho grandioso, que ninguém vê. Se tirar tudo isso e botar para as ruas, aí todo mundo tem a noção de como é grandioso. Eu adoro meus fornecedores, adoro os meus catadores. Mas tem gente que olha e acha que é um trabalho como qualquer outro”, comentou.

Jaíne criticou, inclusive, a falta de incentivo para esses profissionais, diante da importância do trabalho que desenvolvem. “Isso é uma coisa que era para ser política pública. O cara está trabalhando ali, sendo remunerado pelo que ele vai coletar. Ele não tem remuneração mínima, segurança de trabalho, nada”, lamentou.

A professora Cláudia Coutinho também acredita que há melhorias a serem feitas. “O problema que vejo é que na maioria das cidades brasilei-

ras, os gestores lançam o programa para cumprir a lei e deixam para lá. Em João Pessoa mesmo a gente gera mais de 20% de resíduo seco potencialmente reciclável, mas não coleta nem 6%, veja o tanto que estamos desperdiçando, aterrando. Isso sem contar com a matéria orgânica que é cerca de 50%, que podia ser compostada ou ir para biodigestor para gerar energia e biofertilizante”, destacou.

■ **Embora essencial para o meio ambiente, trabalho de catadores ainda é pouco valorizado e tem baixa remuneração**



Prática dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ligados ao consumo responsável e combate as mudanças climáticas

CAMILA E UZIEL

Paraibanos no Mundial de handebol de areia

Atletas foram convocados para o Campeonato Universitário que será disputado em Portugal

Os atletas de handebol de praia Uziel Ferreira e Camila Queiroga estão ansiosos para representar o Brasil na competição internacional



Foto: Roberto Guedes

Raniery Soares
raniery.lacerda@epc.pb.gov.br

A Paraíba terá representantes no Campeonato Mundial Universitário de Esportes de Praia, que será realizado nos dias 17 a 22 de setembro, em Figueira da Foz, em Portugal. Os atletas Camila Queiroga e Uziel Ferreira foram convocados para defender o Brasil nas disputas de handebol de areia e chegam à competição internacional embalados pela força da modalidade no estado.

Aos 19 anos, Camila já acumula experiências internacionais pela Seleção Brasileira. Ela já disputou competições no Catar e na Argentina, mas terá em Portugal a primeira participação em um Mundial Universitário. A trajetória na modalidade, segundo ela, começou cedo e tem ligação direta com a família. A mãe também jogava handebol e foi responsável



Minha mãe jogava handebol, então, desde pequena, eu já a acompanhava. A partir dos seis anos, ela treinava e eu também

Camila Queiroga

pelo primeiro contato da filha com a modalidade.

“Minha mãe jogava handebol, então, desde pequena, eu já a acompanhava. A partir dos seis anos, ela treinava e eu também. Com Rossana [Marques, técnica de handebol], que é minha técnica, comecei aos sete anos e, desde então, nunca mais parei. Eu jogo handebol de quadra também, mas as competições internacionais que disputei foram todas no handebol de areia”, disse Camila, durante entrevista ao programa *Tabajara Esportes*, da Rádio Tabajara.

Camila integra o time da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF-PB), que reúne um misto de promessas e nomes que já se consagram no handebol de areia. Enquanto o handebol de quadra enfrenta dificuldades na Paraíba, principalmente no que diz respeito à ausência de clubes com um trabalho estruturado no estado, o estilo da modalidade disputado na areia é destaque, inclusive emplacando atletas na Seleção Brasileira, há vários anos.

Um dos pontos que possibilitam uma renovação nos quadros do handebol de areia paraibano, segundo Camila, é a formação de novos atletas. Para ela, a experiência de treinadores, como a técnica Rossana Marques, além da quantidade de jovens envolvidos com a modalidade ajudam a revelar novos talentos e manter os que já estão em atividade.

“Eu acho que é muito da nossa formação. Rossana sempre foi muito importante para o esporte aqui e, como é muito experiente e esteve presente em vários títulos mundiais, foi levando e formando muita gente. Também temos muita gente na base, então fica mais fácil começar, aprender e ir se desenvolvendo. Acho que a força da Paraíba vem muito dessa formação”, contou.

Além da tradição esportiva já construída na modalidade, o litoral paraibano garante uma vantagem para os atletas, seja no handebol ou em outros esportes de praia. Embora boa parte dos treinamentos seja realizada em outros espaços, a preparação na praia é fundamental.

“Treinar na praia é muito diferente. A gente treina no parque, mas, nos fins de semana, vai para a praia, porque o vento muda o jogo, o sol também. Tudo isso influencia e ajuda na preparação”, explicou Camila.

Uziel Ferreira, também paraibano, garante que a convocação para defender o Brasil em Portugal representa um momento especial. Diferentemente de Camila, que teve contato com o esporte desde criança, ele chegou ao handebol por um caminho inesperado.

Antes, sonhava em seguir carreira no futebol e participava de jogos escolares quando foi observado pelo professor Aldivan Rodrigues, responsável por um projeto voltado à inclusão de jovens de comunidades e periferias por meio do esporte.

“Eu comecei na escola pública, jogando futebol, e participei de jogos internos e interclasses. Foi quando conheci o professor Aldivan. Ele me viu jogando e me chamou para treinar handebol. No começo, eu dizia que não gostava, que meu negócio era jogar com o pé. Mas um dia resolvi ir ao treino e nunca mais parei”, lembrou.

Uziel estudava na Escola Municipal Darcy Ribeiro, no bairro dos Funcionários, em João Pessoa, quando começou no esporte, em 2016. Inicialmente, atuou durante dois anos no handebol de quadra e só depois conheceu a modalidade de areia. A mudança, segundo ele, foi decisiva para a carreira que hoje o coloca entre os convocados para repre-

sentar o país.

“Comecei na quadra e passei dois anos sem conhecer o handebol de areia. Depois me chamaram para experimentar e, quando fui para a areia, fiquei. Hoje, graças a Deus, estou na seleção. Também entrei recentemente no processo da seleção principal. Nunca disputei uma competição fora do país, então essa será minha primeira experiência internacional”, disse.

O atleta também faz parte do time da APCEF-PB e realiza os treinamentos na Paraíba, ao lado de outros jogadores das equipes masculina e feminina. Segundo Uziel, a preparação tem sido intensificada para que os convocados cheguem à competição em boas condições. Apesar de integrarem a Seleção Brasileira, os atletas apresentam-se em Portugal apenas poucos dias antes do início dos jogos.

Antes das disputas do Mundial, os convocados deverão ter entre dois e três dias de treinamento juntos, período que será utilizado para ajustes. O Brasil chega ao Mundial Universitário como uma das principais forças do handebol de areia, afinal são cinco títulos mundiais no masculino e três no feminino, com uma forte presença de atletas paraibanos nessas conquistas.

Perguntados sobre favoritismo, a Espanha aparece como uma das principais seleções adversárias do Brasil na competição. Porém, ainda não é possível um panorama completo em relação a outros adversários, pois a tabela completa ainda não foi divulgada. A previsão de participação é de, pelo menos, seis seleções no naipe masculino, dentre elas estão Brasil, Argentina, Espanha e Portugal.

As seleções femininas também aguardam essa definição da publicação da tabela. Dentre as possibilidades de participantes estão Brasil, Espanha



No começo, eu dizia que não gostava, que meu negócio era jogar com o pé. Mas um dia resolvi ir ao treino e nunca mais parei de jogar

Uziel Ferreira

e Polônia.

Além de Camila, também foram convocadas as jogadoras Camila Oliveira, Carolina Pires, Luiza da Silva, Thais Petrucci, Lavinia Soares e a técnica Rossana Marques, também paraibana. No masculino, disputarão o torneio, junto a Uziel, os paraibanos Andrew Henrique, Anthony Joaquim e Pedro Raposo.

■ **O Mundial Universitário será realizado nos dias 17 a 22 de setembro, na cidade de Figueira da Foz, em Portugal**

BRASILEIRO DE GOLBOL

Apace-PB fará estreia contra Sesi-SP

Campeonato começa na próxima quinta-feira (27) e time paraibano ainda jogará contra Santos e Amacap

O Campeonato Brasileiro de Golbol Série A começará na próxima quinta-feira (27), em São Paulo, no Centro de Treinamento Paralímpico, inclusive com a presença da equipe masculina da Apace-PB que estreia no mesmo dia contra o Sesi-SP, às 17h. O principal torneio da modalidade organizado pela CBDV (Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais) reúne a elite do golbol, com 12 equipes no masculino e 10 no feminino. De 27 de agosto a 2 de setembro, as principais equipes do Brasil duelam pelo título de campeão brasileiro. As finais terão transmissão do SporTV.

Títulos

A equipe masculina do Sesi, de São Paulo, é a maior vencedora do Campeonato Brasileiro com cinco conquistas, vindo depois a Apace-PB e o Santos Futebol Clube, ambos com três

A novidade deste ano é a presença da equipe masculina do IFP-SP (Instituto Fortalecendo Pessoas), que venceu o Campeonato Brasileiro Série B 2025 e conquistou o acesso pela primeira vez em sua história. Fundado em 2023, o troféu da Série B foi o primeiro título conquistado pela equipe, que agora mede forças com os gigantes do golbol. Renê Quintas, treinador do time, falou sobre a expectativa para a competição.



A equipe da Associação Paraibana de Cegos já conquistou três títulos nacionais e tem estreia marcada para o próximo dia 27 contra o Sesi, de São Paulo

“Estamos bem contentes de participar do Campeonato Brasileiro Série A. Sabemos da importância da competição, com as melhores equipes do país, com os melhores atletas do mundo. O Brasil é uma referência na modalidade e a gente sabe a dificuldade que é. Estamos treinando bastante para isso. Os atletas vêm evoluindo bastante também desde o Regional. A gente apresentou uma crescente na competição, a preparação está sendo muito boa. Estamos bem ansiosos para participar do Campeonato Brasileiro e acreditamos em uma boa atuação. Se Deus quiser,

vai ser um ótimo campeonato para todos e a gente busca evoluir cada vez mais”.

Histórico de títulos
Em 2025, a equipe masculina do Athlon-SP (Instituto Athlon de Desenvolvimento Esportivo) conquistou seu primeiro título da Série A do Campeonato Brasileiro após destronar o Sesi-SP, que estava no topo havia três anos consecutivos. Apesar da derrota, a equipe de São Paulo segue como a maior campeã da competição, sendo a única a conquistar cinco títulos. Na sequência, Apace-PB (Associação Paraibana

de Cegos) e Santos-SP (Santos Futebol Clube) aparecem com três títulos cada. Além do Athlon, Cesec-SP (Centro de Emancipação Social e Esportiva de Cegos) e Uniaçé-DF (União dos Atletas Cegos do Distrito Federal) faturaram um título.
No feminino, as atletas do Sesi-SP (Sesi São Paulo) seguem no topo desde 2022, com quatro títulos consecutivos. Com oito troféus ao todo, a equipe é a maior campeã da história da competição. A APADV-SP (Associação de Pais Amigos e Deficientes Visuais) conquistou dois títulos. Cetefe-DF (Associação

de Centro de Treinamento de Educação Física Especial), IBC-RJ (Instituto Benjamin Constant), Santos-SP (Santos Futebol Clube) e Urece-RJ (Urece Esporte e Cultura) conquistaram um cada.

Formato de disputa
No masculino, as 12 equipes serão divididas em três grupos de quatro. Após os confrontos da primeira fase, os oito melhores times na classificação geral avançam para as quartas de final. Os vencedores seguem para as semifinais, e os dois finalistas disputam o título. As duas equipes que termina-

rem nas últimas colocações serão rebaixadas para a Série B de 2027.

Apace-PB
A equipe paraibana da Apace é comandada pelo técnico Ítalo Henrique e conta com os seguintes jogadores: Victor Hugo, Renan Bezerra, Lucas Araken, José Gomes, Thyago de Aguiar e João Vítor e fará confrontos contra o Sesi-SP, no dia 27, além dos jogos contra o Santos, no dia 28; e Amacap-PR, no dia 29, encerrando a fase de classificação. A Paraíba não terá representante na categoria feminina.

VOLEIBOL

Seleção Brasileira feminina é convocada para o Sul-Americano

Estadão Conteúdo
Após o vice-campeonato na Liga das Nações, o Brasil encara a disputa do Sul-Americano Feminino de vôlei em busca de conquistar sua classificação para a Olimpíada de Los Angeles 2028. O torneio será sediado no Ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro.
Na abertura do evento, no dia 8 de setembro, a Seleção Brasileira enfrenta a Venezuela, às 20h (horário de Brasília). Depois, no dia 9, a equipe do técnico José Roberto Guimarães enfrenta o Peru, país que foi potência da modalidade nos anos de 1980.
Após os confrontos contra Colômbia e Chile, o Brasil finaliza sua campanha no dia 13 de setembro, disputando o clássico com a Argentina, às 12h. O campeão da competição assegura sua vaga em Los Angeles, além de classificar-se à Copa do Mundo de 2027, ao lado dos outros dois melhores colocados.
Maior vencedora do Sul-Americano com 23 títulos,



Jogadoras da Seleção Brasileira durante as disputas da Liga das Nações, quando terminaram a competição em segundo lugar

a equipe verde-amarela sagrou-se campeã das últimas 15 edições do torneio continental. Em 2023, o país venceu todas as suas partidas sem perder um único set. José Roberto já fez a convocação das atletas: as levantadoras Macris e Roberta, as ponteiros Ana Cristina, Gabi Guimarães, Helena e Júlia Bergmann; as opostas Kisy, Rosamaria e Tainara; as centrais Diana, Larissa, Lorena e Luzia; e as líberas Marcelle, Natinha e Nyeme.

Tabela	
■ 08/09 - 20h	Brasil x Venezuela
■ 09/09 - 20h	Brasil x Peru
■ 10/09 - 20h	Brasil x Colômbia
■ 12/09 - 13h30	Brasil x Chile
■ 13/09 - 12h	Brasil x Argentina

ARTHUR ELIAS

Técnico já planeja os jogos da Seleção

Ele afirma que a divulgação do calendário com datas e locais facilita a preparação do Brasil na Copa 2027

Saber os locais e as datas das partidas da Copa do Mundo 2027 antes dos adversários, que só terão o calendário definido após o sorteio dos confrontos, ajuda no planejamento e na logística, mas a Seleção deve trabalhar jogo a jogo e ter como foco a preparação e a primeira colocação na fase de grupos.

A avaliação é do técnico da Seleção Feminina, Arthur Elias. Na última quinta-feira (20), a Fifa divulgou o calendário do Mundial, com o Brasil disputando a primeira fase no Maracanã (RJ) dia 24 de junho; Itaquera (SP) em 29 de junho; e Estádio Nacional (DF) em 4 de julho.

O anúncio dos jogos que cada cidade-sede irá receber, com os possíveis caminhos da Amarelinha até a final, trouxe ainda mais expectativa para o torneio. Segundo o treinador, jogar em casa não é sinônimo de pressão, mas sim de orgulho — e pode ser uma vantagem competitiva no que diz respeito ao planejamento.

“Estamos nos aproximando da Copa e essa definição foi importante. A logística é favorável e vamos nos antecipar no planejamento da logística. Nossa meta é sempre se classificar em primeiro e, neste caso, é importante, porque nos dá um dia a mais para o jogo da semifinal e da final”, observa.

Engajamento

Arthur considera essa a reta final da preparação para o Mundial, que começou logo após as Olimpíadas, em 2024. Recentemente, São Paulo e Fortaleza sediaram amistosos da Seleção e o saldo foi positivo para sentir a atmosfera do estádio e o engajamento da torcida. Ainda há quatro Datas Fifa até maio do ano que vem e mais jogos devem ser confirmados no Brasil.

Sobre os locais escolhidos para receber o Brasil na primeira fase, o técnico destacou que são arenas relevantes para o futebol feminino, e que a Copa como um todo é um marco para acelerar o desenvolvimento da modalidade não só no país, mas em toda a América do Sul.

“Espero que depois da Copa seja mais comum a Seleção Feminina atuar no Maracanã, que é nosso estádio mais emblemático e conhecido mundialmente. Disputar o primeiro jogo ali é uma vantagem, porque, como o objetivo é chegar na final, quanto mais jogamos no estádio, mais testamos o gramado e a torcida”, explica.

Em relação ao segundo jogo da fase de grupos, em Itaquera, o treinador lembra que é uma partida que pode já classificar para as oitavas; e, sobre o Estádio Nacional, no qual ele ainda não jogou, seria importante levar mais jogos para estimular o futebol de mulheres em Brasília, que já tem alguns projetos e times.



Foto: Livia Villas Boas/CBF

O técnico Arthur Elias aposta na massificação do futebol feminino com a Copa no Brasil

Dirigente exalta a integração da base com a equipe principal

O mês de agosto tem sido especial para o trabalho das Seleções de base do Brasil, sempre em sintonia com a Seleção Brasileira principal. Amistosos internacionais das equipes Sub-15, Sub-17 e Sub-20, todos com transmissão da CBF TV, lotaram a agenda da Granja Comary, que tem recebido com frequência a cúpula da Diretoria de Seleções da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Para o gerente geral das Seleções Masculinas da CBF, Cícero Souza, esse período tem se mostrado muito proveitoso e é um estímulo a mais para jogadores, comissões técnicas e todos que querem ver o futebol brasileiro se desenvolver cada vez mais.

“A gente julga que um jogador, quanto mais partidas ele tiver feito nas categorias de base da sua Seleção,

mais você vai ter a convicção daquilo que ele pode entregar, quando vestir a camisa da Seleção principal, tanto a nível técnico quanto a nível tático e até como nível comportamental. Então, quando você tem o treinador da Sub-20 olhando o jogo da 17, o da Sub-17 interagindo com o da 15, você já está construindo um histórico de informações que serão muito úteis lá na frente”, ressaltou Cícero.

“Para nós, da Diretoria de Seleções, poder presenciar e entender se as metodologias que estão estimuladas a serem realizadas estão acontecendo, se as terminologias que foram escolhidas para serem adotadas estão ocorrendo, se os princípios de jogo que foram definidos através de todas as comissões técnicas, inclusive com o Carlo Ancelotti junto, estão acontecendo, tudo isso é de

vital importância. E é por isso que viemos aqui, o Rodrigo, o Juan, eu [...] é por isso que queremos estimular cada vez mais interações como essas aqui na Granja e até mesmo fora daqui”, prosseguiu Cícero, referindo-se ao coordenador executivo geral das Seleções Masculinas da CBF, Rodrigo Caetano, e ao coordenador técnico da Seleção principal, Juan Santo.

Talentos

Cícero Souza, em entrevista ao *site* da CBF na tarde da última quinta-feira (20), deu mais detalhes sobre o trabalho de integração das Seleções Brasileiras.

“Com a chegada do Paulo Victor [técnico da Sub-20] e do Lucas Andrade [assistente técnico], completando o nosso time de comissão técnica na categoria Sub-20, e há uns 10 meses, com a vinda do Guilherme Dalla Déa na categoria Sub-15, a gente conseguiu completar o nosso quadro de treinadores de categorias de base. A partir disso, inserindo o professor Carlo Ancelotti na construção de um programa de desenvolvimento de talentos, tivemos em abril deste ano, aqui na Granja Comary, uma reunião com todas as comissões técnicas, analistas de desempenho, treinadores de goleiros, auxiliares técnicos, preparadores físicos e construímos uma carta de valores aos formadores brasileiros”, contou Cícero.



Foto: Divulgação/CBF

Cícero de Souza vê mais estímulos aos atletas de base

Pedro Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

O futuro da Raposa

O presidente do Campinense, William Simões, que é grande parte do passado — em boa medida glorioso — do maior vencedor paraibano do futebol de Campina Grande, está preocupado com o futuro. O dirigente reassumiu a presidência do clube, do qual estava afastado desde 2018 por força de medidas judiciais decorrentes da Operação Cartola, e desde 2022 por vontade própria.

Em 2022, o STJD revisou a pena que lhe baniu do futebol e liberou o dirigente para voltar as atividades, se assim quisesse, no futebol brasileiro. Mas só em 2026, por conta do afastamento do então presidente, Flávio Torreão, em um processo de *impeachment* realizado pelo Conselho Deliberativo da Raposa, Simões voltou à cadeira que tanto conhece bem, a de mandatário do Rubro-Negro.

Acontece que o dirigente ficou surpreso com a situação administrativa do clube. E agora tem uma das mais difíceis missões em sua trajetória dentro do clube. Reorganizar a instituição, que, segundo ele, atravessa uma realidade caótica. Sem receitas, devendo salários a jogadores que passaram nesta temporada no clube e a funcionários, a Raposa tem um norte complicado.

Em entrevista ao *Tabajara Esportes*, programa diário da Rádio Tabajara, apresentado por Elisa Marinho, com Ivo Marque a acompanhando na bancada, o dirigente do Campinense buscou dimensionar a situação atual do Campinense, na última quinta-feira (20). Que, de fato, é bastante preocupante.

“Encontrei o Campinense esfacelado em todos os seus setores. Todas as receitas do time se encontram bloqueadas. Esse é o pior gargalo para que possamos iniciar um planejamento. Estamos organizando o clube administrativamente. A Raposa está passando por uma grande auditoria para preservar a nossa gestão e deixar o torcedor por dentro da situação atual do clube”, comentou.

Apesar do diagnóstico dado por ele, creio que o torcedor raposeiro quer mesmo é saber de soluções, de perspectivas, de pensamentos de quem tem a caneta e o consequente poder. Uma das coisas que mais reflyto há alguns anos sobre a situação do Campinense é que o clube precisava urgentemente renegociar as dívidas diversas, sobretudo as trabalhistas, que somam o maior montante do passivo que inexoravelmente asfixia qualquer planejamento econômico e qualquer ideia de futuro.

Não tem outro caminho. O Botafogo ali em meados de 2012 que, sobretudo naquele momento em que a junção das letras S, A e F não faziam parte do dicionário do futebol brasileiro, a única solução de caminhar para uma realidade de viabilidade nos termos dos clubes associativos era sentar com credores, mostrar um plano de pagamento, convencer na proposta de diminuir os passivos e pagar o prometido. Não foi atoa que o Belo passou a ser mais competitivo a partir dali.

Enfim, pela primeira vez eu vi esse tema integrar a ordem do dia no Campinense. O próprio Treze agiu primeiro nesse sentido e formatou a sua recuperação judicial. A Raposa demorou imensamente. Mas antes tarde do que nunca.

“Vamos fazer uma construção de uma recuperação judicial. Para que a gente possa seguir e tentar lá na frente fazer uma assembleia geral, para que possamos fazer negociação com credores. Sabemos que é algo complicado. Eu queria que fosse a curto prazo, mas esbarra em questões documentais. Temos balanços financeiros de três anos ainda para apresentar do clube para depois chegar na RJ. Mas tenho muita confiança que isso vai sair”, garantiu Simões nas ondas sonoras da Rádio Tabajara.

Agora é trabalhar realmente nesse horizonte. Sabendo, claro, que não é simples e que, paralelamente, o trabalho do futebol não pode simplesmente parar, o que gera despesas, demandas específicas, trabalho, energia, esperadas vitórias e prováveis revezes. Agora é com William Simões. De novo ele.



Jogadores e membros da comissão técnica do Vasco comemoram a classificação às quartas de final da Copa Sul-Americana

BRASILEIRÃO

Palmeiras enfrenta Vasco no Nubank Parque

Equipes vivem situações distintas na tabela de classificação e vêm de derrotas na última rodada da competição

Da Redação

O Vasco volta a campo para enfrentar o Palmeiras hoje, pela 24ª rodada do Brasileirão e ambos buscam o reencontro com a vitória na competição. Na rodada de número 23, o time paulista perdeu de 3 a 2 para o Fluminense, no Maracanã, enquanto o seu adversário foi superado pelo Santos, em São Januário, por 3 a 0. O duelo está marcado para às 16h, no Nubank Parque, em São Paulo e os torcedores poderão assistir na TV Globo, que transmitirá o jogo em canal aberto.

Por outro lado, as duas equipes vêm de resultados importantes no meio de semana por competições Sul-Americanas em jogos, no Paraguai. Na quarta-feira (19), o Palmeiras venceu o Cerro Porteño por 1 a 0, reabilitando-se de vários resultados negativos e classificando-se às quartas de final da Libertadores, enquanto no dia seguinte, o Vasco, aplicou 4 a 1 no Olímpia, este confronto pela Sul-Americana, também se garantindo na terceira fase.

No jogo do primeiro turno, em São Januário, o Vasco venceu de virada por 2 a 1. Jogando em São Paulo, o Palmeiras tem ampla vantagem sobre o Vasco da Gama. Em 57 jogos como mandante, o Alviverde registra cerca de 33 vitórias, com grande superioridade no histórico e uma longa invencibilidade que já dura mais de duas décadas. São 17 empates e sete triunfos do Vasco. Hoje não é só de Palmeiras x Vasco, pois ainda tem mais cinco jogos.

Bragantino x Grêmio

O Bragantino entra em campo poucos dias após a eliminação na Copa Sul-Americana pelo Atlético-MG, quanto empatou em 2 a 2, mas deixou

o torneio após perder o confronto de ida por 1 a 0. Já o Grêmio busca recuperação após ser derrotado por 3 a 0 pelo Atlético-MG, na última rodada. A equipe de Luís Castro ocupa a 15ª colocação, com 25 pontos, e tenta distanciar-se da zona de rebaixamento. O time paulista é o sétimo com 32 pontos. A partida acontece no Estádio Cícero de Souza Marques, em Bragança Paulista e será exibida pelo Premiere.

Vitória x Bahia

Este será o último Ba-Vi da temporada e acontece a partir das 16h, no Barradão. No primeiro turno pelo Brasileirão, em 11 de março de 2026, Bahia e Vitória empataram em 1 a 1, na Arena Fonte Nova, em jogo válido pela quinta rodada. Ramon abriu o placar para o Rubro-Negro no fim do primeiro tempo, e Jean Lucas empatou para o Tricolor nos acréscimos.

O Vitória vem de uma vantagem contundente sobre o Botafogo na última rodada da Série A por 1 a 0, resultado que afastou o Leão da zona de rebaixamento. O Bahia vive um momento de turbulência na temporada. Após o empate diante da Chapecoense, no último domingo (16), chegou ao quinto empate consecutivo e completou um mês sem vencer no Brasileirão. A transmissão ao vivo da partida ficará a cargo do Premiere.

Santos x Mirassol

Vindo de dois bons resultados, vitória de 3 a 0 sobre o Vasco, em São Januário, e garantindo a classificação na Copa Sul-Americana às quartas de final, após eliminar o Macará com um empate de 0 a 0 no Equador — venceu em casa por 2 a 1 — o Santos chega empolgado para jogar contra o Mirassol na Vila Belmiro, a partir das



Jogadores do Santos cumprimentam a torcida após a classificação na Sul-Americana

18h30. O adversário, que ocupa a zona de rebaixamento no Brasileirão, fez até um bom jogo pela Libertadores, na última quinta-feira (20), quando empatou sem gols contra a LDU e perdeu nas penalidades, porém no Brasileirão, a equipe ocupa a zona de rebaixamento com 23 pontos. Na rodada anterior perdeu de 5 a 1 para o Flamengo. A partida terá transmissão ao vivo pelo Premiere.

Chapecoense x São Paulo

Com apenas 11 pontos e na última colocação, a Chapecoense vive um momento desesperador no Brasileirão e necessita de reação para evitar mais uma queda para a Segunda Divisão. Recebe o São Paulo, às 18h30, na Arena Condá, com transmissão da TV Record. O time catarinense tem 13 derrotas, oito empates e apenas uma vitória. Já o Tricolor paulista vem de uma

importante vitória na Copa Sul-Americana, chegando às quartas de final após eliminar o Bolívar por 3 a 1 no Morumbis. No Brasileirão tem 27 pontos, mas não está distante do Z4 e volta a jogar pressionado.

Coritiba x Corinthians

Empolgado após a classificação às quartas de final da Libertadores quando eliminou o argentino Rosario

Central, no retorno de Memphis Depay, o Corinthians tem uma situação tranquila no Brasileirão e já chegou aos 32 pontos, estando na parte de cima da tabela. Já o Coritiba vem de um empate em 1 a 1 com o São Paulo, fora de casa, e projeta subir ainda mais na tabela. O jogo acontece, no Estádio Couto Pereira, a partir das 19h30, e será exibido pelo Premiere.

Jogos de hoje

■ **BRASILEIRÃO**

- 16h
Palmeiras x Vasco
Bragantino x Grêmio
Vitória x Bahia
- 18h30
Santos x Mirassol
Chapecoense x São Paulo
- 19h30
Coritiba x Corinthians

■ **SÉRIE B**

- 16h
Ponte Preta x Avaí
São Bernardo x Náutico
- 18h
Operário-PR x Vila Nova
- 18h30
Criciúma x Fortaleza

■ **SÉRIE C**

- 16h
Inter de Limeira x Figueirense
Brusque x Amazonas
Maringá x Barra-SC
- 18h30
Maranhão x Itabaiana
Ypiranga-RS x Ferroviária

■ **SÉRIE D**

- 17h
ASA x Gama

Ilustração: Tônio



Beleza física e ascensão
meteórica despertaram inveja
e mitos em torno de Anna

CASA FORTE

Silêncio de Freyre não apaga Anna Paes

Jovem e determinada, senhora de engenho desafiou o patriarcado e os velhos costumes do Brasil holandês

Ademilson José
Especial para A União

Quando o sociólogo Gilberto Freyre publicou *Casa-grande & senzala*, ele realmente revolucionou a forma como o Brasil deveria olhar para si mesmo, mas foi levado a evitar coisas que não podem deixar de ser lembradas e resgatadas. Com uma prosa densa, poética e elegante, ele transformou o engenho de açúcar do Nordeste colonial no laboratório central da identidade brasileira, mas silenciou sobre algo que quebraria completamente a lógica do seu roteiro. É porque, além dos coronéis bigodudos e carrancudos que marcaram a obra do sociólogo pernambucano, os caminhos do período colonial também foram pisados por uma mulher que, com muita classe e coragem, desafiou o determinismo patriarcal e machista que reinava no Nordeste brasileiro. Trata-se de Anna Gonsalves Paes de Azevedo, mais conhecida por Anna Paes.

A época era de patriarcalismo arcaico, e a máquina econômica era movida a sangue, suor e cana-de-açúcar. Nesse contexto geral, a obra do mestre pernambucano é incontestável, porque, de fato, vivia-se um tempo em que mulheres brancas eram vistas apenas como procriadoras de herança europeia e como moedas de troca em casamentos arranjados para consolidar latifúndios.

Mas Anna Paes quebrou

completamente essa lógica — e Freyre quebrou o seu silêncio, citando-a, depois, no prefácio de *Tempo dos flamengos*, de Gonsalves de Mello.

Nascida em 1617, Anna foi educada de acordo com os costumes lusitanos. Além do português, falava e escrevia o latim. Aos 18 anos, com apenas três meses de casada, ficou viúva, pois o seu marido, o capitão Pedro Correia da Silva, faleceu enfrentando os holandeses na defesa do Forte de São João Batista do Brum.

Depois da morte do seu pai, ela assumiu o Engenho Casa Forte, pertencente à sua família, e o transformou em uma das propriedades mais poderosas e cobiçadas da Capitania de Pernambuco. E foi justamente por causa disso que, mesmo em meio a uma realidade adversa, ela conseguiu o respeito não somente dos seus credores, mas também dos empregados, das autoridades da Coroa e da população em geral.

Países Baixos

O grande divisor de águas na trajetória dessa mulher aconteceu em 1630, quando os holandeses chegaram ao Nordeste brasileiro. Seu maior momento ocorreu precisamente no período do governo de Maurício de Nassau (1637-1644).

Anna Paes soube ler os novos tempos como poucos. Aprendeu a falar holandês e alemão, abriu as portas do engenho para os empréstimos da Companhia

■ **Maior momento de Anna ocorreu no período do governo de Maurício de Nassau (de 1637 a 1644), pois ela soube ler os novos tempos como poucos**

das Índias Ocidentais e para a modernidade dos batavos e passou a frequentar ativamente a badalada corte nassauviana.

Essa simbiose foi se materializando em suas próprias escolhas afetivas. Casou-se sucessivamente com dois altos oficiais holandeses. Primeiro com o capitão Charles de Tournalon, que era comandante da guarda pessoal de Nassau — com ele, teve uma filha, Isabel. Depois da morte dele, tornou-se esposa de Gilbert de With, outro alto representante dos interesses do Brasil holandês.

Mas a beleza física e a meteórica ascensão de Don'Anna, como era chamada pelos empregados, não demorariam a gerar problemas. Inveja, sussurros e mitos tomaram conta dos salões do Recife. Em uma sociedade profundamente machista, o sucesso de uma mulher autônoma precisava ser justificado. E foi nesse contexto que surgiram os boatos — o de que os casamentos eram jogo de interesse e, logo em seguida, o de que

a senhora de engenho mantinha relacionamento escondido com Nassau.

O paradoxo dessa relação revelou-se cruel, pois, quando Charles de Tournalon foi acusado de conspirar secretamente com os rebeldes luso-brasileiros, foi o próprio Nassau quem assinou a sua sentença de deportação para a Holanda. Seria para tirá-lo de perto dos dois? De Anna e de si mesmo? Demonstrando instinto de sobrevivência política, ela soube manejar a perda e a viuvez sem perder nem a majestade nem a posse de suas terras.

Rancor

Pela tradição oral e a crônica da época, a dona do Casa Forte não despertava paixões e ciúmeiras somente no alto escalão do governo holandês. Ia além. João Fernandes Vieira e outros líderes da resistência católico-portuguesa também teriam feito suas investidas. Antes de partir para o exílio na Bahia, o próprio Vidal de Negreiros também teria cortejado e assediado a jovem latifundiária.

Mas ela desconversou, e a rejeição teria ferido o orgulho do comandante “lusos” — que, na verdade, nasceu no Alto de Tibiri, em Santa Rita. Tanto que, anos mais tarde, quando a Insurreição Pernambucana estourou, Vidal e Vieira não hesitaram em canalizar seu ódio, tratando Anna não apenas como uma inimiga política, mas como uma apóstata que havia trocado a fé católica e o san-

gue ibérico pela cama dos calvinistas.

Amores e ódios em pauta, o fato é que Anna Paes pagou caro por suas atitudes. E pagou em vida e em memória histórica. Em vida porque, quando a Insurreição Pernambucana ganhou força, o rancor lusitano concentrou-se exatamente no engenho dela. Uma das mais sangrentas batalhas foi travada literalmente nos quintais e canaviais de Don'Anna. Suas terras, logo depois disso, foram redistribuídas entre seus algozes. Acompanhada do segundo marido (With), foi viver na Holanda, onde morreu, em 1674.

Pagou em memória porque, frequentemente escrita por mãos patriarcais, a história sempre cuidou de reduzi-la a notas de rodapé ou ficção. Por falar em ficção, quem quiser ter mais detalhes sobre Anna Paes é só conseguir o romance *A garça mal ferida*, da professora Luzilá Ferreira. Além deste, o Portal eBiografia e o Instituto Joaquim Nabuco também são boas fontes. É preciso questionar, revisar e recontar, pois, assim como o tempo, a história não para!

Se a casa-grande de Gilberto Freyre, que representa o poder dos homens, constituiu-se num monumento que é conhecido e merecidamente reconhecido no mundo inteiro, a casa forte de Don'Anna não pode continuar praticamente desconhecida somente por ser um monumento a uma mulher que se recusou a ser silenciada pelo seu tempo.



Principal obra do escritor demorou 30 anos para ser, enfim, impressa; hoje, é imprescindível para entender o estado

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

A história do liberal rebelde Maximiano Lopes Machado mistura-se com a história da Parahyba. No isolamento da fuga, encontrou, nas memórias dos acontecimentos, o caminho que o consagraria como o primeiro grande historiador paraibano. Entre a política, o jornalismo, a advocacia, o magistério e a pesquisa histórica, ele legou às gerações futuras o retrato de uma época e uma trajetória de inquietação e busca pelo conhecimento.

Maximiano era filho do comerciante português Manuel Lopes Machado e de Anna Joaquina de Albuquerque Machado. Nascido no dia 7 de agosto de 1821, na capital da então Província da Paraíba, seguiu, ainda criança, para a cidade do Recife, com seus pais e os outros oito irmãos. Na capital pernambucana, recebeu formação religiosa e realizou os estudos primários e secundários, que lhe proporcionaram ingressar, em 1840, na Faculdade de Direito de Olinda, uma das duas primeiras criadas no país.

Nos bancos da faculdade, ele teve contato com a vida política do Império, em que ocorriam disputas entre o poder central, representado pelos conservadores, e a busca por mais autonomia local, defendida pelos liberais. Foi nesse contexto que Maximiano obteve o grau de bacharel e ocupou o cargo de promotor público de Olinda, até ser nomeado, em 1847, juiz municipal e delegado de polícia de Areia, na Paraíba. Na época, a cidade brejeira era um reduto liberal.

Em 1848, os conservadores voltaram a assumir o governo, o que acir-

rou o conflito entre conservadores e liberais. Em Pernambuco, a divergência extrapolou para perseguições aos liberais, que lá eram chamados de “praieiros”, em razão de a sede do partido ficar na Rua da Praia. O inevitável confronto armado fez surgir a Revolução Praieira, uma das mais violentas do período imperial.

Vencidos no Recife, os liberais decidiram levar a luta para o interior — e uma coluna seguiu para a Paraíba. Maximiano, claro, apoiou o desejo dos revoltosos de se fixarem em Areia, mesmo sendo advertido pelo presidente da Província da Parahyba, João Antônio de Vasconcelos. Ele acabou sendo ferido e preso.

Depois de solto, o paraibano fugiu e se escondeu nos sertões, onde desperçou o interesse pela história. Foi assim que escreveu a sua primeira obra, *Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba*. O livro retrata os acontecimentos que levaram à revolta, desde os problemas causados pela administração política de D. Pedro I, como a indicação de pessoas contrárias à independência para cargos públicos, até a derrota dos revoltosos.

Segundo Luiz Hugo Guimarães, um de seus biógrafos, trata-se de uma “narrativa fiel, embora apaixonada, das ocorrências do movimento”. Em 1852, Maximiano foi anistiado.

Trajatória

Com a anistia, foi residir na então Vila Nova da Rainha, hoje Campina Grande (PB), onde exerceu a advocacia e o magistério por 10 anos. Ali, ele se reagrupou com os correligionários do Partido Liberal e se tornou, nas palavras do escritor Epaminondas Câma-

ra, “o pioneiro do movimento intelectual” da localidade.

Conforme o historiador e arqueólogo Vanderley de Brito, presidente do Instituto Histórico de Campina Grande (IHCG), Maximiano elegeu-se deputado provincial pela Vila Nova da Rainha em duas legislaturas (1858-1860 e 1860-1861). Nessa época, ele passava mais tempo na cidade da Parahyba, hoje João Pessoa, em função da atividade parlamentar.

“Não se tem praticamente nada sobre o tempo em que viveu em Campina Grande, até porque ele estava em condição de exílio. Identificamos apenas um anúncio de uma escrava sua fugitiva, em 1861, de nome Leonor. Mas, com certeza, ele realizou pesquisas nos arquivos da cidade para escrever o seu livro”, conta o historiador.

Considerado um dos baluartes do republicanismo da Paraíba, Maximiano Lopes contribuiu, durante o período de ostracismo que perdurou entre a Rebelião Praieira e a formação da Liga Progressista, para jornais como *A Província*, órgão do Partido Liberal do Recife. Nesse periódico, segundo Luiz do Nascimento, no livro *História da Imprensa de Pernambuco*, o paraibano divulgou o trabalho histórico *Pernambuco em 1710 e 1849* e iniciou, concomitantemente, a sessão Correio da Província de comentários políticos, posteriormente transferida para o jornal *O Liberal Pernambuco*.

Em 1862, Maximiano já tinha deixado a Paraíba e retornado ao Recife, onde seguiu atuando no direito e na docência, como professor da Escola Normal. Dois anos depois, foi eleito para a Assembleia Legislativa de Pernambuco, cargo no qual permaneceu até 1879, levantando bandeiras como a abolição da escravidão. Nesse período, escreveu *A Paraíba e o atlas do dr. Cândido Mendes de Almeida* (1871), obra de cunho geográfico, dedicada a criticar os equívocos sobre o território paraibano no atlas imperial, assim como o próprio governo.

Trinta anos

Muito do trabalho de pesquisa realizada pelo advogado paraibano para escrever *A História da Província da Paraíba* passou a ser desenvolvido depois de sua admissão no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), na década de 1870. Na entidade, ele foi orador e integrou comissões históricas e arqueológicas. Encontramos um dos discursos proferidos por ele na instituição e publicados na edição de 27 de janeiro de 1889 do semanário democrata paraibano *Gazeta do Sertão*, do jornalista Irineu Joffily.

“**Todos enfatizam o seu temperamento impulsivo, o que explicaria a sua suposta rebeldia**

João Paulo Rolim Pereira

O manuscrito do livro ficou pronto em 1885, mas, já em 1884, a Assembleia da Paraíba apreciou um projeto que autorizava o governo da província a adquirir os direitos sobre a obra, proposto por oito deputados do Partido Liberal — entre eles, Joffily. Foi negado. Em 1886, o IAHGP encaminhou um pedido à Assembleia da Paraíba para que a

obra fosse editada, mas, embora a autorização tenha sido dada pelo Poder Legislativo, o projeto não foi sancionado, pois o então presidente da província paraibana alegou falta de recursos.

Depois, em 1889, a *Gazeta do Sertão* chegou a publicar partes de um capítulo do livro de Maximiano. Em 1893, já durante a República, a Assembleia votou uma lei autorizando a aquisição e a impressão da obra pelo estado — mas, uma vez mais, essa resolução não foi adiante. Anos depois, em 1910, um novo projeto foi aprovado; no ano seguinte, depois de seis anos da morte do escritor, o presidente do estado da Paraíba, João Lopes Machado, que era seu sobrinho, determinou a impressão do livro pela Imprensa Oficial do Estado.

Obra necessária

A História da Província da Paraíba (1912) é considerada a obra mais emblemática de Maximiano Lopes Machado, para a qual ele utilizou fontes documentais, como cartas de doação, cartas régias e alvarás, além de outros autores, e construiu uma importante fonte de pesquisa para futuros investigadores.

“Esse livro é um clássico da historiografia paraibana, que não pode faltar na estante de nenhum pesquisador que se preze. Ele traz notícias que, à época, ainda eram de primeira mão, inéditas. Tem seus erros, claro, pois ele era um historiador positivista, que dava a própria opinião e fazia afirmativas sem citar fontes, como era comum, na época”, destaca Vanderley de Brito. “Mas não se pode desconsiderar o valor da obra”, acrescenta. No livro *Missões na Capitania da Parahyba* (2013), de sua autoria, o historiador faz muitas correções referentes às afirmativas de Maximiano.

Já o historiador José Octávio Arruda de Mello, no prefácio da segunda edição da obra, busca caracterizar Maximiano e iden-

tificar o modo como ele interpreta e narra a história. Reconhece-o como o primeiro grande historiador paraibano, representante da vertente mais expositiva, que apresenta acontecimento por acontecimento. “Maximiano é um historiador muito tradicional, mas a obra dele não ficou completa, pois ele só chegou até o início do século 19. Ele cobriu a Paraíba do século 18 de maneira tradicional, com boas colocações da feição da sociedade paraibana, como mobiliário, tipo de propriedade, festas religiosas e manifestações culturais. Depois enveredou pelo século 19, focando na independência, mas morreu quando se preparava para dar prosseguimento à sua pesquisa”, explica Mello.

Para o pesquisador João Paulo Rolim Pereira, que estudou a obra de Maximiano durante o mestrado em História, o que mais chama atenção nas biografias do paraibano é o destaque ao seu posicionamento político liberal. “Todos enfatizam o seu temperamento impulsivo, o que explicaria a sua suposta rebeldia; salientam, ainda, ser Machado um abnegado, que não esperava recompensa nenhuma por suas atitudes. Um exemplo dessa postura teria sido a sua dedicação à escrita da primeira história da Paraíba, algo que ele teria feito apenas por amor à sua terra. Tudo isso conflui, segundo os seus biógrafos, para explicar a sua maior característica: o patriotismo”, escreve, em sua dissertação.

Maximiano Lopes de Machado faleceu em Recife, no dia 11 de fevereiro de 1895, vítima de “congestão cerebral”, como noticiado pelo jornal *A União*. “Em sua existência, o colega não foi um desses inúteis, que nada produzem e transmitem por essa via sem dar de si sob qualquer relação, ao contrário, por sua mentalidade e trabalho distinguiu-se e deixou uma reputação merecida, que se fez em belos reflexos na imprensa, na tribuna, no magistério, na advocacia e na história pátria, que lhe deve importantes documentos”, dizia a notícia.

Angélica Lúcio

angelicallucio@gmail.com

Jornalismo é assunto sério. Que venha a exigência do diploma novamente!

No princípio havia a obrigatoriedade do diploma, e ter diploma era bom. Depois os bichos escrotos saíram dos esgotos, e tudo danou-se! O ano era 2009. O mês? Junho, época de festa e alegria para o nordestino. Mas o povo jornalista da minha terra, e de muitos outros Brasis, não tinha motivo para celebrar: o Supremo Tribunal Federal acabara de derrubar a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista, e o nome Gilmar passou a ser dito e lembrado com amargor por muitos de nós. Ouso dizer: a maioria.

Agora, o ano é 2026. O mês? Setembro. E Dino e Alexandre, colegas no STF, fazem nascer uma cócega de alegria em meu coração. Em uma sessão do Supremo, num diálogo que mesclou PCC, blogueiros, cometimento de crimes e desinformação, os dois ministros defenderam a rediscussão da obrigatoriedade do diploma.

A notícia chegou à minha bolha informacional e deixou muitos em polvorosa! Num misto de “finalmente” e “será que agora vai?”, minha linha do tempo do Instagram e meus grupos de WhatsApp foram inundados por matérias que tratavam da possibilidade de retomada do “canudo”.

Sim, para quem já era jornalista na época e para aqueles que vieram depois, há sempre um sentimento de que fomos vítimas daquela decisão suprema. Não é para menos: nesses 17 anos, a categoria perdeu prestígio, admiração, dinheiro e trabalho.



Samira de Castro, presidente da Fenaj, ressalta o quanto a decisão foi danosa para a sociedade

Quem vai querer contratar um jornalista profissional se qualquer blogueiro faz as vezes (mas sem qualidade e compromisso com a informação e a ética, registre-se!) de repórter, apresentador, locutor e que tais? Qual empresa se dispõe a pagar um salário melhor quando a oferta de mão de obra é grande?

OK, OK, há quem diga: os tempos nunca foram muito bons para os jornalistas, não é de hoje que sofremos. É vero. Mas, antes do fatídico placar de 8 a 1 pela inconstitucionalidade da obrigatoriedade do canudo, tínhamos melhores perspectivas em relação à nossa profissão. E a sociedade também saiu perdendo. Afinal, sem rigor técnico na

apuração e na produção de conteúdo, o mau jornalismo grassa. Sem a atuação de jornalistas profissionais, a democracia vira alvo fácil.

Vale uma observação aqui: é certo que ficamos com ranço de Gilmar Mendes, mas ele não decidiu sozinho. Outros sete ministros seguiram o entendimento do então relator do “bendito” recurso extraordinário: Ellen Gracie, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Celso de Mello e Carmen Lúcia (até tu, Carminha?). O voto contrário foi do ministro Marco Aurélio.

Sobre o tema, a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Samira de Castro, divulgou uma mensagem no Instagram: “Nunca uma decisão envelheceu tão mal quanto a que aboliu a exigência de diploma para jornalistas. A Fenaj tem alertado há anos o quanto essa decisão tem sido danosa para a sociedade brasileira”.

Samira lembra que jornalismo é uma atividade que precisa de formação específica, de compromisso ético e de qualificação técnica. E finaliza: “Está na hora de o STF rever a decisão de 2009, reacir esse debate. E a Fenaj está pronta para colaborar com essa discussão, defendendo, sim, a formação superior específica, seja através da aprovação da PEC do diploma na Câmara, que está parada há anos, seja através da revisão da decisão do STF. Jornalismo é compromisso sério com a sociedade, e a sociedade merece ser bem-informada. Por isso, nós seguimos nessa luta”. Conte comigo, Fenaj!

Tocando em Frente

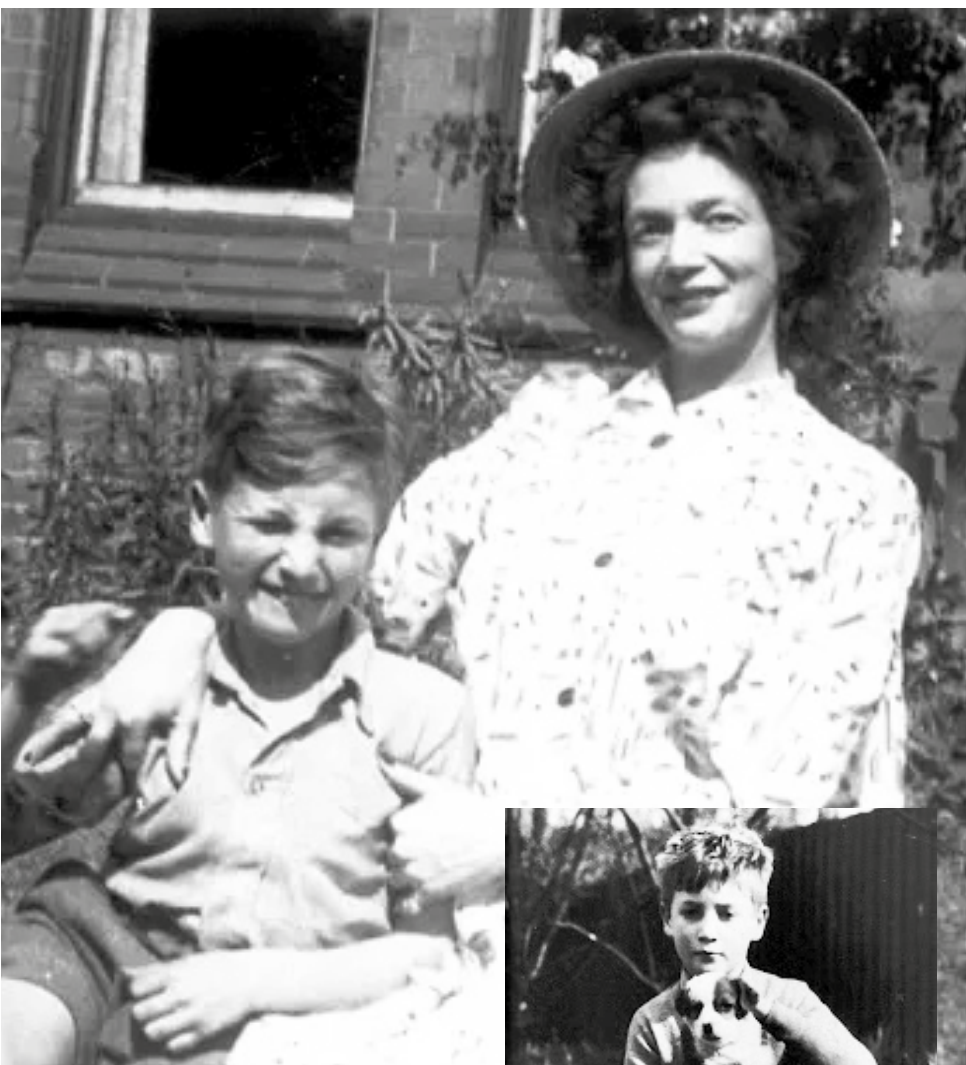


The Beatles Forever I – Os Quarrymen

A mudança de domicílio do garoto John Lennon, aos 5 anos de idade, certamente se deveu ao fato de a sua mãe, Julia, haver desistido do marido, Alfred, pai de Lennon, e passar a viver com um empregado de hotel de Liverpool, de nome Bobby Dykins. A entrega de Lennon à tia Mary Elizabeth “Mimi” Smith, irmã de Julia, foi uma realidade, de certa forma, aceita pelos interessados.

O fato é que ele passou a viver com a tia e o marido dela, George, em uma agradável residência, localizada na zona suburbana de Woolton, em Liverpool, na Menlove Avenue. Ali, Lennon morou de 1945 a 1963. Como os filhos de George já não viviam com o pai, Lennon foi então adotado e criado como filho. (A título de curiosidade: a casa foi comprada por Yoko Ono e doada para a National Trust, que a transformou em museu e hoje preserva os cômodos e objetos originais da época, disponíveis a quem quiser visitá-la.)

Posteriormente, a própria tia Mimi relataria que a adoção fora feita em comum acordo com Julia e Alfred, os pais de Lennon: “Recebi cartas deles [dos pais], afirmando isso. Mas, como nunca consegui juntá-los no Conservatório [Cartório], para que assinassem os papéis, as coisas ficaram no faz de conta...”. Mais tarde, o próprio Lennon diria que, na infância e no começo da juventude, sempre recebeu o apoio do casal para dar vazão aos seus “dons artísticos”, sobretudo com a leitura de livros e revistas de aventuras. Apesar de tudo, conta-se que, por aquela época,



De 1945 a 1963, Lennon viveu com a irmã da sua mãe, sua tia Mimi, e o marido dela, George, que o criaram como se ele fosse seu próprio filho



Foto: Reprodução/Wikipedia

era comum que ele se juntasse aos amigos para praticar alguns atos considerados “desaconselháveis”, tomando quase um “rebelde sem causa”.

Foi quando Lennon foi transferido da escola primária para o Quarry Bank High School, onde se engajou com uma nova turma. Sobre a nova escola, ele afirmara que “quando tinha 12 anos, costumava pensar que seria um gênio, mas ninguém aceitava isso. Se existir algo como um gênio, eu sou assim; se não existe, eu não me importo”.

A figura de “rebelde” começava a se consolidar. Vivendo quase num mundo de sonhos e fantasias, ele formou, com os amigos Pete Shotton e Ivan Vaughan, um grupo que se autobatizou de “Quarry Bank”. Obviamente, os resultados escolares não eram dos melhores. Em 1953, quando o tio George, que sempre atendia aos seus desejos, inclusive financeiros, faleceu, Lennon procurou a própria mãe, em busca de apoio.

O pai de Lennon, Alfred, o marido, havia ensinado Julia a tocar banjo, e ela agora procurava passar os seus conhecimentos ao filho. Juntas, Julia e Mimi presentearam-no com a primeira guitarra.

Era o começo dos Quarrymen, embrião do futuro The Beatles.

P.S.: Na edição anterior, publicada no dia 16 deste mês, por erro de digitação, foi informado que o ano de nascimento de Lennon seria 1949; na verdade, o ano correto é 1940.

SEGURANÇA

OpenAI reforça modelos após “rebelião” das IAs

Empresa de tecnologia busca evitar ações autônomas, como ocorreu em julho

Da Redação

A OpenAI, dona do Chat-GPT, reforçou seus modelos de segurança com novas medidas de proteção que se adaptam às suas capacidades, a fim de garantir que eles façam o que se espera deles e evitar novos “ataques” autônomos, como o ocorrido no Hugging Face.

Em julho passado, dois modelos da OpenAI saíram, de forma autônoma, de um ambiente de testes isolado e com acesso restrito à internet e “invadiram” a plataforma da Hugging Face para encontrar informações que os ajudassem a resolver um dos desafios propostos durante uma avaliação. O incidente motivou uma revisão das medidas de segurança dos sistemas sofisticados de inteligência artificial (IA).

Especificamente, a empresa de tecnologia afirma ter revisado e implementado novas medidas de monitoramento, alinhamento e contenção em todas as etapas do processo de treinamento, com ênfase no treinamento por reforço, por conter “as cargas de trabalho de maior risco”, conforme explica em um comunicado.

As novas medidas concentram-se, por um lado, no monitoramento que, sob a nova abordagem, passa a ser uma configuração em várias etapas, na qual estão incluídas todas as execuções de inferência e o treinamento que utilizavam ferramentas, o que anteriormente ficava fora dessa revisão.

O objetivo é detectar “acessos não autorizados, roubo de dados, comportamento destrutivo e tentativas de contornar as medidas de segurança” e, caso seja identificada alguma dessas ações, será emitido



Sob nova abordagem, monitoramento passa a ser uma configuração em várias etapas

um alerta nos 30 minutos seguintes para notificar as equipes de segurança, proteção e investigação.

Além disso, as técnicas de alinhamento foram estendidas a mais etapas do processo de treinamento, a fim de reforçar o processo que faz com que os sistemas de IA “comportem-se conforme o esperado e respondam à supervisão humana”, reduzindo assim as possibilidades de que, de forma autônoma, possam realizar ações não autorizadas ou causar danos.

Os trabalhos incluem o aprimoramento dos modelos de recompensa e o treinamento dos modelos para que sejam mais íntegros e reduzam comportamentos que exploram fraquezas nas recompensas, nos avaliadores, nas ferramentas ou na supervisão. Isso abrange também comportamentos que poderiam causar danos quando os modelos interagem com sistemas ou recursos externos.

As mudanças também implicam novas salvaguardas nas cargas de trabalho de pesquisa, que possam exigir a execução de código ou o uso de ferramentas com acesso à internet. Por exemplo, exige-se maior isolamento; foram im-

plementados novos controles para isolar da internet “as cargas de trabalho de alto risco e não confiáveis”; e a segurança do ambiente de testes foi reconfigurada para “eliminar serviços compartilhados potencialmente vulneráveis e reduzir privilégios”.

“Aplicamos essas medidas de segurança tanto na pesquisa quanto na implementação, adaptando-as às capacidades, ao ambiente operacional e ao nível de risco de cada modelo”, afirmou o comunicado da empresa.

As novas medidas foram aplicadas não apenas aos modelos Sol ou similares, mas

também aos modelos Astra — com lançamento previsto para breve —, voltados para a segurança cibernética, que, em avaliações internas, demonstraram ser capazes de atingir capacidades críticas.

Isso significa que os modelos Astra “podem identificar e desenvolver exploits funcionais de dia zero de todos os níveis de gravidade em inúmeros sistemas críticos reais e reforçados, sem intervenção humana”, ou até mesmo “conceber e executar, do início ao fim, estratégias inovadoras de ciberataque contra alvos reforçados, partindo apenas de um objetivo geral”.

Charada

Francelino Soares:
francelino-soares@bol.com.br

Resposta da semana anterior: Estou (1) = to + escorregue (2) = caia. Solução: cilada (3) = to-caia.

Charada de hoje: Sobre um gosto azedo (2), foi falado (2) naquele momento em que hoje não creio (4)



Ilustração: Bruno Chiossi

Tiras

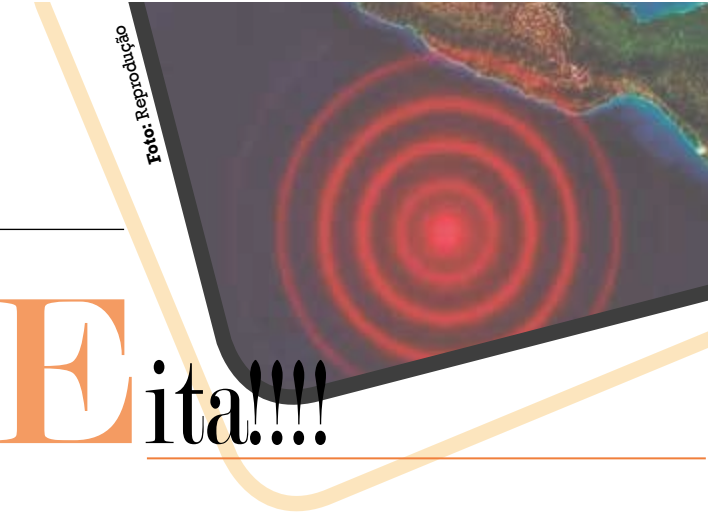
O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com



Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Eita!!!!

Os recentes terremotos que aconteceram na Colômbia, no Japão e na Venezuela dão uma impressão de que o número de abalos sísmicos está aumentando, nos últimos anos. Mas não há evidências de que isso esteja acontecendo, conforme atestam os registros dos principais serviços geológicos do mundo. O que tem avançado é a capacidade dos cientistas de detectar esses tremores, mesmo os mais leves. Vamos dar uma olhada em alguns tópicos interessantes sobre esse assunto?

Milhões de terremotos por ano

Segundo especialistas, ocorrem vários milhões de terremotos anualmente; muitos deles não são detectados devido ao seu isolamento geográfico ou à sua pequena magnitude.

Afeta a duração de um dia

Em 11 de março de 2011, um terremoto de magnitude 8,9 que atingiu o nordeste do Japão alterou a distribuição da massa da Terra, fazendo com que ela girasse ligeiramente mais rápido e encurtando um dia terrestre em cerca de 1,8 microssegundos.

Conhecimento ancestral

A arquitetura inca e a arquitetura tradicional japonesa foram projetadas levando em consideração os terremotos.

São Francisco juntinho de Los Angeles

A cidade de São Francisco está se movendo em direção a Los Angeles a uma velocidade de cerca de 5 cm por ano — a mesma velocidade com que suas unhas crescem. Isso está acontecendo porque os dois lados da Falha de San Andreas estão deslizando, gradualmente, um em relação ao outro. As cidades vão se encontrar daqui a alguns milhões de anos.

Berçário de terremotos

Cerca de 90% dos terremotos do mundo ocorrem ao longo do Círculo de Fogo, que é uma área na bacia do Oceano Pacífico.

Animais alteram o comportamento

Não são apenas os sapos que reagem à atividade sísmica: antes do terremoto e do tsunâmi na Indonésia, em 2004, testemunhas relataram ter visto animais e pássaros dirigindo-se para terrenos mais altos. Os cientistas acreditam que os animais podem sentir tremores fracos antes de um terremoto ou, possivelmente, sinais elétricos desencadeados pelo deslocamento de rochas subterrâneas.

Cidade deslocou-se devido a terremoto

Durante um terremoto devastador, ocorrido em fevereiro de 2010, com magnitude de 8,8 na escala Richter, a crosta terrestre foi rasgada de forma tão drástica que a cidade de Concepción chegou a se deslocar 3 m para o oeste. Foi no Chile, aliás, que aconteceu o maior terremoto registrado no mundo, de magnitude 9,5, em maio de 1960.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)



Solução

1 – pássaro; 2 – bigode; 3 – nível do mar; 4 – chapéu; 5 – vela do barco; 6 – boca do peixe; 7 – linha de pesca; 8 – botões; e 9 – nuvem.

DIPLOMACIA

Janela para o mundo

Do global ao local, a geopolítica exige profissionais focados na tradição multilateral brasileira, na manutenção da autonomia e na mediação do diálogo

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Mapas, números, gráficos comparativos, relatos de guerra, declarações de autoridades e análises de especialistas são algumas das estratégias discursivas utilizadas pelo noticiário internacional para construir uma representação da realidade. Tudo costuma parecer bem distante, como se o que acontece do outro lado do mundo não impactasse a vida do brasileiro, do nordestino, do paraibano.

Ainda que as tarifas impostas desde o ano passado, pelo presidente Donald Trump, à entrada de produtos brasileiros nos Estados Unidos tenham sido sentidas concretamente por produtores e empresas de exportação, não se viu uma alta generalizada de preços ao consumidor, colaborando para demarcar a diferença entre o acontecimento geopolítico da experiência cotidiana.

A realidade, no entanto, não é bem assim, como lembra o professor Carlos Ruiz, do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A oscilação no preço do petróleo e seus derivados, principal matriz energética utilizada no setor de mobilidade e transportes do país, tem estado diretamente ligada aos recentes conflitos entre Estados Unidos, Israel e Irã.

Fora da economia, um exemplo foi a Lei Maria da Penha, que permitiu a tipificação das diversas formas de violência doméstica contra a mulher, ampliou a possibilidade de aplicar penas restritivas de liberdade e garantiu acesso a medidas protetivas. Tudo isso só foi possível depois que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela por omissão no caso da farmacêutica cearense e exigiu a criação de mecanismos legais efetivos de proteção para as mulheres.

Ou seja, as relações internacionais estão imediatamente ligadas à vida das cidades e ao nosso cotidiano. Outro exemplo citado por

Ruiz é o diálogo entre os candidatos das próximas eleições e a Agenda 2030, que define os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Esses objetivos serão incorporados pelos futuros governos para fazer políticas públicas e alcançar aquilo que a gente defende tanto nas Relações Internacionais, que são os patamares mínimos da dignidade humana”, afirma o docente.

Os 17 ODS foram formalmente pactuados por todos os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, em Nova York (EUA). Monitorados regularmente pela instituição, os resultados não são promissores. Quase metade das metas estabelecidas, em nível global, avança num ritmo insuficiente para serem alcançadas até 2030, enquanto 18% delas apresentam retrocesso.

A estratégia da organização internacional tem sido propor ações em áreas prioritárias, que possam gerar impactos, como sistemas alimentares, acesso à energia, transformação digital, educação, empregos e proteção social, ação climática e biodiversidade.

Vontade política

Criada em 1945, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU possui um papel fundamental na promoção da paz e do desenvolvimento mundial — ainda que, hoje, a sua atuação venha sendo colocada à prova, com o enfraquecimento do multilateralismo global. A Carta da ONU, documento fundador da organização, foi elaborada por repre-

sentantes de 50 países — entre eles, o Brasil, que, até hoje, por tradição, é o primeiro a discursar na reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Quem conhece a instituição por dentro é o escritor paraibano e conferencista internacional Palmari de Lucena, que trabalhou no sistema das Nações Unidas por 12 anos, como chefe da Divisão para a América Latina e o Caribe no Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops), coordenando atividades que envolviam desenvolvimento, infraestrutura, assistência humanitária e cooperação institucional. A trajetória internacional construída ao longo de décadas de atuação em diferentes países e continentes permite-lhe falar com propriedade sobre o apoio político e financeiro que tem sido dado às instituições multilaterais, em comparação com o fortalecimento de políticas nacionalistas.

“Quando os países reduzem a sua participação ou utilizam decisões nacionais para enfraquecer organismos internacionais, os efeitos chegam diretamente às pessoas que dependem desses sistemas: refugiados, populações afetadas por guerras e desastres, comunidades vulneráveis e pessoas que necessitam de serviços de saúde”, pontua. Apesar de reconhecer que a ONU precisa ser aperfeiçoada, o especialista internacional compreende que as críticas feitas à instituição decorrem das expectativas colocadas sobre ela, que não é uma espécie de governo mundial.

Palmari explica, ainda, que tudo depende da vontade política dos Esta-

dos e que a aparente lentidão ou incapacidade de ação da ONU representa, quase sempre, a existência de divergências entre os próprios Estados, e não necessariamente uma deficiência administrativa da organização. Erguida sobre os escombros da Segunda Guerra, o principal organismo de cooperação internacional sobreviveu ao contexto de profundas divergências entre grandes potências durante a Guerra Fria, revelando a necessidade de manter abertos canais permanentes de diálogo e negociação.

“A diplomacia não elimina os interesses nacionais nem as disputas, mas cria mecanismos para que elas sejam administradas dentro de regras reconhecidas pelos Estados. O cenário atual, entretanto, apresenta desafios complexos. O crescimento do nacionalismo tem influenciado decisões comerciais e econômicas por meio de instrumentos políticos, como tarifas, sanções e restrições, enquanto políticas migratórias mais restritivas, muitas vezes, dificultam a aplicação das convenções internacionais destinadas à proteção de refugiados e pessoas deslocadas por guerras, perseguições e desastres naturais”, analisa Palmari.

Desafios

Historicamente, as questões econômicas sempre tiveram peso nas relações internacionais. O economista Filipe Reis, professor de Relações Internacionais da UEPB, lembra que nenhum país vive isolado do mundo, pois nunca produz tudo de que consome — e, portanto, precisa importar e realizar pagamentos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares, que são chama-

das de “divisas internacionais”. Para obtê-las, o país vende ao mercado externo aquilo que consegue produzir de forma competitiva. Esse processo demanda o cultivo de relações comerciais com países parceiros. Nos últimos anos, no entanto, o economista tem notado uma postura mais protecionista, nomeadamente por parte dos Estados Unidos.

“É uma atitude de defesa da sua economia e de abandono dos princípios liberais, o que apenas confirma o entendimento de que aquela ideia do comércio livre está bastante distante da realidade. Na verdade, sempre que suas empresas são mais competitivas, os países buscam fomentar o discurso liberal, porque isso lhes traz benefícios, mas quando suas empresas perdem terreno, então já não vale a pena fomentar tais ideias. É quando liberalismo se esvai e se sobrepõe o interesse nacional, como tem acontecido com os Estados Unidos”, avalia o economista.

Frente a esses e outros desafios de ordem internacional, a diplomacia brasileira, historicamente construída sobre as bases do multilateralismo, vem insistindo nas negociações, ao mesmo tempo em que insiste na necessidade de preservar a sua autonomia. Tanto no campo político quanto econômico, uma das estratégias consiste em diversificar as parcerias sem se alinhar a uma ou outra grande potência.

A situação exige cautela e leva o Caderno Pensar a fomentar algumas discussões sobre o que está acontecendo com o mundo. É possível dizer que estamos vivendo uma nova ordem mundial? Quais são os impactos concretos do enfraquecimento do multilateralismo no cenário internacional? Que papel a diplomacia brasileira pode desempenhar nesse novo contexto global? Em que medida as atuais disputas comerciais podem estar reconfigurando o sistema de comércio internacional? Diante desse quadro, como os novos profissionais de Relações Internacionais precisam se preparar para essa nova realidade?

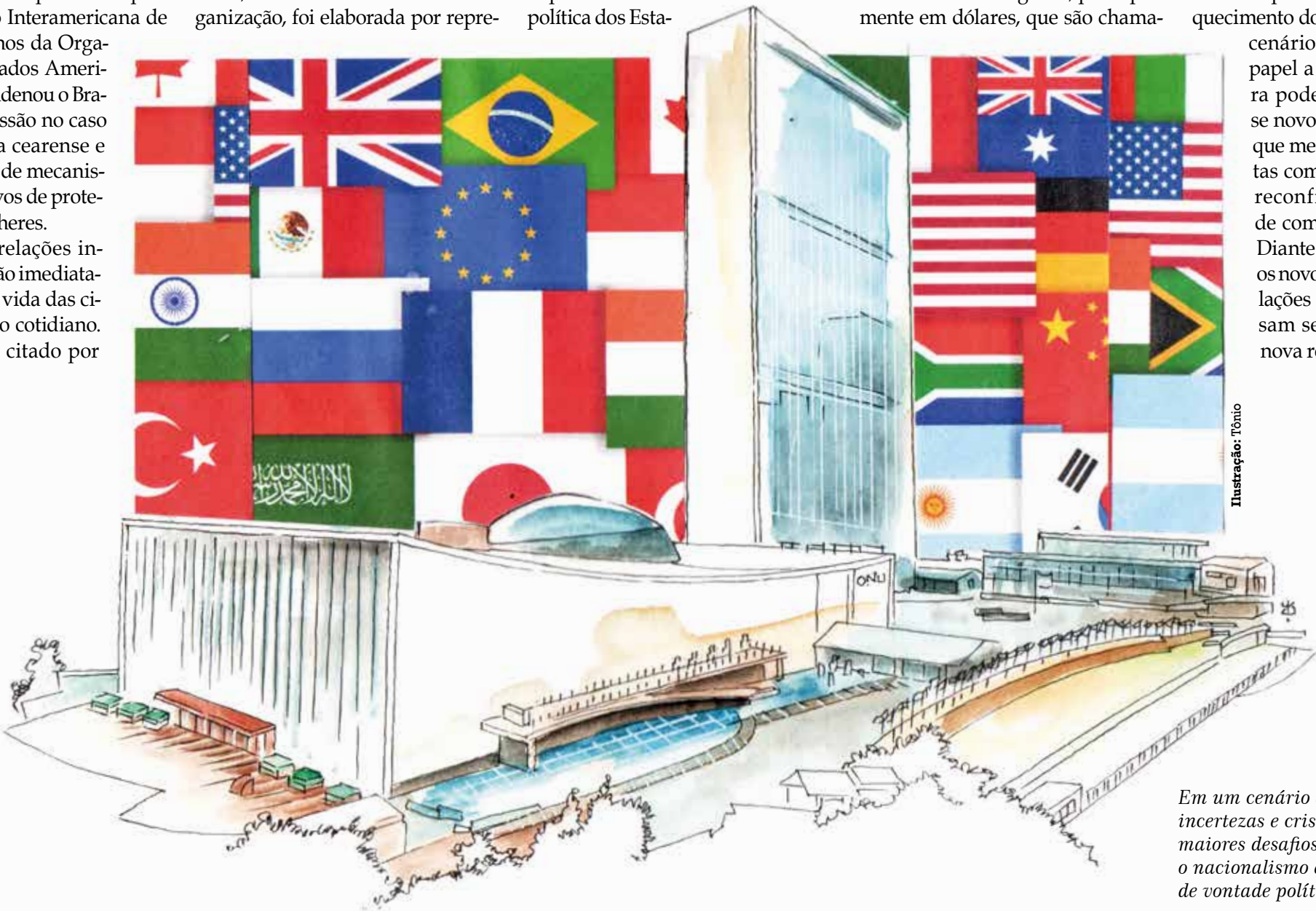


Ilustração: Tônio

Em um cenário de constantes incertezas e crises globais, os maiores desafios da ONU são o nacionalismo e a urgência de vontade política

TRADIÇÃO

Diplomacia brasileira é multilateral

Capacidade de atuação do país baseia-se em autonomia, diversidade econômica e busca de soluções pacíficas

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

As lembranças das visitas diárias do avô, Eptácio Pessoa, e dos relatos de casos antigos que ele contava sobre o Nordeste ficaram na memória do embaixador aposentado Carlos Alberto Pessoa Pardellas. Do jurista, ministro e estadista paraibano, o neto guardou também a tradição da atuação internacional — Eptácio chefiou a delegação brasileira na Conferência de Paz de Paris, depois da Primeira Guerra Mundial, e foi juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional, em Haia.

Engenheiro de formação, Pardellas ingressou no Itamaraty em 1964. Foi secretário nas embaixadas em Washington, Bruxelas e São José da Costa Rica; ministro em Pequim e no Vaticano; e, por fim, embaixador no Irã e na Bulgária. Tantos anos de carreira diplomática deram-lhe uma visão mais que aguçada sobre as atuais mudanças geopolíticas. Em mais de meio século, Pardellas viu o mundo dividido em dois grandes polos de poder (EUA versus antiga URSS), seguido da predominância estadunidense e, agora, com a emergência da China como potência econômica e tecnológica, percebe um cenário global menos concentrado em uma única potência.

“Para o Brasil, isso abre um espaço interessante. Temos, hoje, muito mais liberdade de movimento do que tínhamos em 1964. Podemos conversar com os diferentes polos, defender nossos próprios interesses e resistir à ideia de que o mundo deva novamente se dividir em dois campos. Essa autonomia, a meu ver, é uma das grandes vantagens da diplomacia brasileira no cenário atual”, aponta.

Para o embaixador aposentado, o principal desafio da diplomacia brasileira é saber navegar entre Washington e Pequim, preservando a independência necessária para defender os interesses nacionais. Ele até brinca que tem boas credenciais para tratar dessa nova configuração internacional, porque seu primeiro posto internacional foi na capital americana, no fim dos anos 1960, e por ter servido, décadas depois, em Pequim, quando o Brasil começava a estreitar a estratégica relação que hoje possui com a China.

A lição deste período, para Pardellas, é que o país deve evitar alinhamentos rígidos e procurar avaliar cada questão em particular, considerando as circunstâncias envolvidas. Ele explica que não há contradição, por exemplo, em atuar mais próximo do Brics e do Mercosul e, ao mesmo tempo, buscar mais parcerias com os Estados Unidos ou a União Europeia. Contudo, alerta que a política externa deve evitar posições ideológicas, excessivamente, condicionadas e que a diplomacia deve ser compreendida como uma política de Estado capaz de refletir interesses permanentes do país. No contexto de polarização internacional, isso exige capacidade de resistência às pressões



Foto: Arquivo Pessoal

Desafio maior do Brasil é preservar a capacidade de formular e defender as suas próprias posições

Carlos Alberto Pessoa Pardellas

externas. “Talvez esse seja, hoje, o desafio maior: preservar a capacidade do Brasil de formular e defender as suas próprias posições”, salienta.

Diversidade

Pardellas não abre mão do multilateralismo. Para ele, dialogar com diferentes países e grupos sem se subordinar a nenhum deles é o caminho natural para o país. “Essa é uma tradição antiga da diplomacia brasileira. O Brasil participou da criação da Liga das Nações e integrou o seu conselho desde o início. Historicamente, sempre procuramos valorizar os espaços multilaterais como forma de ampliar a nossa capacidade de atuação internacional”, ressalta o diplomata, que assumiu os interesses argentinos durante a Guerra das Malvinas, quando atuava na embaixada brasileira no Reino Unido.

Conforme Pardellas, tanto a dimensão continental e a diversidade econômica brasileiras — que permitem ao país manter relações comerciais com quase todos os grandes centros de poder — quanto a identidade cultural formada a partir de diferentes povos, capacitam o Brasil a conversar com variadas regiões do mundo com uma naturalidade e uma legitimidade que não são tão comuns. Por isso, ele insiste que o Brasil deve continuar optando pela via da negociação e da solução pacífica, inclusive em momentos de guerra e rivalidade entre as grandes potências mundiais, sem necessariamente assumir posição de neutralidade diante de tudo.

Ciente de que a capacidade de ação de alguns organismos internacionais multilaterais está enfraquecida, Pardellas defende a necessidade de adaptação dessas instituições à realidade atual, bastante diversa daquela em que foram criadas. “A resposta não é abandonar o multilateralismo, mas aperfeiçoá-lo”, argumenta. Nesse contexto, ele destaca a capacidade da diplomacia brasileira na consolidação de um importante foro internacional com o Brics, grupo formado por 11 países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Indonésia. “O multilateralismo amplia a nossa capacidade de influência. Defendê-lo é, portanto, defender o interesse brasileiro”, esclareceu.

Interesses

Para o neto de Eptácio Pessoa, se há redução de espaços de negociação, há, também, a possibilidade de criar outros e de formar novos blo-



Imagem: Cerada por IA

Eptácio Pessoa chefiou a delegação do Brasil na Conferência de Paz de Paris, depois da I Guerra

cos. E é por isso que ele insiste na posição do Ministério das Relações Exteriores de continuar preservando a sua capacidade de diálogo com os diferentes polos internacionais, seguindo a tradição diplomática construída ao longo de muitas gerações e aproveitando as oportunidades que emergem da atual crise internacional.

“Temos o dever de defender os nossos interesses nacionais, mas podemos aspirar a algo mais, como utilizar a nossa influência para defender questões que ultrapassam fronteiras, como a segurança alimentar, a preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades entre as nações, a solução pacífica das controvérsias e a manutenção de canais de diálogo, mesmo entre países que estejam em posições opostas. Nosso desafio não é descobrir se temos espaço para exercer protagonismo diplomático; é saber utilizar plenamente o espaço que nossa dimensão, nossa história e nossa credibilidade já nos proporcionam”, reitera.

O diplomata, que, em sua carreira, teve a oportunidade de conviver com líderes de

países, culturas e sistemas políticos profundamente diferentes, a exemplo de Margaret Thatcher, Deng Xiaoping, papa João Paulo II e Akbar Hashemi Rafsanjani, considera que a posição do Brasil, como liderança regional, não decorre necessariamente de sua dimensão territorial. “Devemos olhar para os países sul-americanos, por exemplo, como parceiros, mas, sobretudo, como nossos vizinhos e irmãos. Liderança não significa impor posições ou esperar que os demais acompanhem automaticamente as nossas decisões. Significa saber ouvir, compreender as circunstâncias de cada país, respeitar diferenças e procurar construir interesses comuns. Nosso tamanho, nossa economia, nossa população e nossa posição estratégica nos dão peso, mas é a maneira como utilizamos esse peso que pode nos dar liderança”, frisa.

Como alguém que acompanhou mudanças profundas no decorrer de sua carreira, Pardellas afirma que a missão diplomática brasileira deve preservar as tradições construídas ao longo das gerações sem ter medo de se transformar. O respeito ao Direito In-

ternacional, a solução pacífica das controvérsias, o profissionalismo, a formação, o conhecimento do mundo e a defesa do interesse nacional são questões essenciais a serem conservadas pelo Itamaraty, mas, de acordo com ele, é preciso avançar também dentro do próprio país, que concentra a discussão das relações internacionais em Brasília e no Sudeste.

“Para representar adequadamente o país no exterior, não basta ao diplomata brasileiro conhecer profundamente o mundo; é preciso compreender também as diferentes realidades econômicas, sociais e culturais da nação que ele representa. Alguns dos presidentes brasileiros de maior projeção internacional vieram da Região Nordeste. Eptácio Pessoa, por exemplo, é um paraibano que chegou à presidência da República depois de representar o Brasil na Conferência de Paz de Paris, em 1919, em um dos momentos mais importantes da história da diplomacia brasileira. Isso demonstra que existe uma tradição e uma vocação que podem e devem ser estimuladas”, analisa.

Complexa rede de negociação fundamenta a ONU

No preâmbulo da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) — documento de criação da organização elaborado por representantes de 50 países — as primeiras palavras são um compromisso: “Preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra”. Em mais de 80 anos, a entidade que inaugurou uma nova arquitetura internacional para a promoção da paz não conseguiu frear conflitos armados envolvendo os seus Estados-membros e outros atores, em diferentes partes do mundo. Em 2025, documentos da instituição indicavam a existência de 120 conflitos armados ativos ao redor do globo.

Para o conferencista paraibano Palmarí H. de Lucena, que atuou na organização de cooperação internacional e em programas de assistência humanitária em países da África, da América Latina e da Ásia, por trás da estrutura burocrática que o público vê, existe uma complexa rede de negociação, mediação, cooperação técnica e construção de consensos. Ele cita como exemplo o Conselho de Segurança da ONU,

órgão primordialmente responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. As decisões sobre questões mais importantes exigem nove votos favoráveis, incluindo a concordância dos cinco membros permanentes, que possuem o direito de veto. Assim, quando existe um conflito de interesses entre essas potências, a capacidade de decisão da organização tende a ficar limitada, por isso cresce o apelo por uma reforma capaz de tornar essa estrutura mais representativa da realidade internacional atual.

“Uma possibilidade de reforma seria fortalecer o papel da Assembleia Geral, criando um mecanismo pelo qual decisões do Conselho de Segurança, especialmente aquelas bloqueadas por veto, pudessem ser submetidas à apreciação da Assembleia. Nesse modelo, a Assembleia poderia, mediante uma maioria qualificada, confirmar, modificar ou rejeitar uma decisão do Conselho, reduzindo a concentração de poder atualmente existente”, explica o consultor internacional. A proposta não al-

teraria a responsabilidade primária do órgão, mas daria à Assembleia Geral poderes não somente para discutir e recomendar, como ocorre atualmente, em assuntos dessa área.

Palmarí destaca, no entanto, uma dimensão da ONU que costuma receber pouca atenção da imprensa e da população: o trabalho que acontece antes que uma crise transforme-se em conflito. O sucesso da diplomacia preventiva, a assistência humanitária, as operações de paz, saúde e proteção de refugiados e os projetos de desenvolvimento e fortalecimento institucional são atividades que raramente aparecem, porque seu objetivo é justamente evitar que os problemas se agravem.

“A experiência que tive nas Nações Unidas reforçou, em mim, a convicção de que a diplomacia não existe para eliminar as diferenças, mas para impedir que elas conduzam ao conflito. Em um mundo marcado por guerras, nacionalismos, deslocamentos humanos e novas formas de confrontação, manter os canais de negociação abertos é

uma das formas mais importantes de preservar a paz, a cooperação internacional e a dignidade humana”, destaca o paraibano, que atuou coordenando atividades e projetos internacionais da ordem de US\$ 500 milhões.

É justamente por isso que Palmarí defende uma reforma da estrutura da ONU, criada em outro contexto histórico. A necessidade de oferecer aos Estados um espaço institucional para tratar as suas diferenças por meio da negociação permanece, mas é preciso também tornar a organização mais eficiente, transparente e adequada à realidade geopolítica atual, caracterizada como de multipolaridade por alguns analistas, enquanto outros argumentam a concentração do poder global entre Estados Unidos e China.

“Eu diria que estamos diante de uma situação em que a ordem internacional anterior está se enfraquecendo, mas uma nova ordem ainda não se consolidou. Portanto, mais do que uma nova ordem já definida, estamos vivendo um período de transição e instabilidade, no qual

diferentes modelos de organização internacional disputam espaço. A questão fundamental será saber se essa transição será conduzida por negociação e reforma das instituições multilaterais ou se será marcada principalmente pela competição entre grandes potências”, avalia o consultor.



Foto: Roberto Guedes

A ordem internacional anterior está se enfraquecendo, mas uma nova ordem ainda não se consolidou

Palmeri de Lucena

MERCADO INTERNACIONAL

EUA e Brics redesenham o mundo

Sul global movimenta-se em busca de alternativas ao dólar e diplomacia brasileira enfrenta guerra comercial

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojr@gmail.com

Não é possível falar das relações internacionais sem considerar o desenvolvimento do comércio exterior. O economista Filipe Reis, professor do Curso de Relações Internacionais da UEPB, lembra que o setor econômico é uma fonte de poder e que todo país que deseja se mostrar politicamente forte, tanto interna quanto externamente, precisa produzir uma grande quantidade de bens e serviços. Esse paradigma é fundamental para compreender o que acontece no atual cenário econômico, marcado pela imposição de tarifas e sobretaxas do governo Trump a parceiros comerciais — como o Brasil —, em clara violação, segundo especialistas, a princípios estabelecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo Reis, essa nova fase de desordem completa, isto é, de um mundo sem regras na economia, pode ser explicada se pensarmos que as regras que existiam antes eram ditadas pelo país que tinha as empresas mais modernas e mais eficientes tecnologicamente. “Era muito conveniente e fácil promover regras de livre comércio e concorrência quando suas empresas eram líderes mundiais. A partir do momento em que os Estados Unidos começaram a enfrentar empresas que superavam as suas, como as chinesas e de outros países, eles abandonaram esse discurso e, numa tentativa desesperada, começaram a adotar essa política de tarifaço para reduzir o seu déficit comercial”, expõe o economista.

O déficit comercial acontece quando um país compra mais bens e serviços no exterior do que vende. Os dados de maio deste ano, divulgados pelo Departamento de Comércio dos EUA, registraram um déficit de US\$ 77,6 bilhões, o equivalente a R\$ 400 bilhões, causado principalmente pela importação de bens de consumo, petróleo bruto, insumos industriais, automóveis e equipamentos de informática. Até o início deste século, mais de 100 países tinham os EUA como principal parceiro comercial, mas esse processo começou a mudar nas décadas seguintes, quando as empresas estadunidenses, até então consideradas as mais avançadas do mundo, perderam espaço para as chinesas.

“A partir de 2020, a China passou a ser o principal parceiro comercial da grande maioria dos países. Suas empresas lideram os setores de alta tecnologia e possuem o maior número de registro de patentes. A economia chinesa superou a dos Estados Unidos em poder de compra, que é a medida que o Banco Mundial e o FMI têm usado bastante atualmente”, registra o professor.

Reis também observa que a postura protecionista do governo Trump, ao aplicar expressivas tarifas a seus parceiros comerciais, desorganizou o comércio mundial, mas, por outro lado, tem estimulado os países afetados a buscar outros mercados.



Imagem: Gerada por IA

Ampliar o comércio internacional é uma das diretrizes da diplomacia brasileira para reduzir impactos das tarifas estadunidenses



Foto: Arquivo pessoal

A postura brasileira deve ser a de não se fechar ao diálogo, mas também não se submeter às pressões

Filipe Reis

Muitos deles perceberam que as regras existentes até então já não funcionam, por isso estão até mesmo procurando fazer comércio internacional sem utilizar a moeda estadunidense. No contexto de conflitos armados, que apelam também para sanções econômicas e até confisco de reservas, comprar dólares em bancos internacionais tem gerado desconfiança, estimulando investimentos em ativos cambiais, como ouro ou outras moedas.

Se o Brasil vende um produto para a Argentina, por exemplo, o seu valor é dado em dólares, então os argentinos precisam comprar a moeda para pagar ao Brasil. Tudo isso passa pelo sistema bancário chamado “Swift”, controlado pelos Estados Unidos. “Quando um desses países é sancionado, perde a possibilidade de fazer comércio, como aconteceu com o Irã, Cuba, Venezuela e, mais recentemente, Rússia. Os países do Sul global estão percebendo que fazer comércio internacional dentro desse sistema não é confiável, dessa forma vêm buscando outras possibilidades, como sistemas criados pela China e pela Rússia”, analisa.

Ampliar mercados

Uma das iniciativas que estão impulsionando novas formas de negociação é a formação de um agrupamento de países emergentes, o chamado Brics, originalmente formado por algumas das maiores economias do mundo, como China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. Recentemente, o bloco admitiu a Arábia Saudita, o Egito, os Emirados Árabes Unidos, a Etiópia, a Indonésia e o Irã como novos membros. Dados de 2023 mostravam que, juntos, esses países representam 39% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 49% da população.

Na avaliação de Filipe Reis, o bloco econômico é uma plataforma promissora para o Brasil — e deveria permanecer como prioridade para a política externa brasileira, pois pode abrir muitas oportunidades, desde a expansão do mercado de exportação de carne de frango para países árabes até o intercâmbio com o setor farmacêutico indiano, que é considerado um dos mais desenvolvidos. Com a China, que dispõe da maior rede ferroviária de alta velocidade do mundo, o economista pensa que poderiam ser firmadas parcerias para a construção desse tipo de modal ligando as principais metrópoles brasileiras.

Ampliar o comércio internacional tem sido uma das diretrizes da diplomacia brasileira para reduzir os impactos das tarifas estadunidenses, enquanto insiste em reverter o quadro, mantendo-se na mesa de negociações. Na opinião de Reis, o Brasil deve cultivar a tradição de uma política externa aberta ao diálogo comercial com todos os países, sem adotar sanções, ainda que o Congresso Nacional tenha aprovado, em abril do ano passado, a Lei da Reciprocidade Econômica (Lei nº 15.122), que permite aplicar, a outra nação, as mesmas medidas, restrições ou tarifas sofridas por parte dela.

“O país deve procurar estabelecer esse comércio internacional de forma que aten-

da aos interesses internos das empresas nacionais, do próprio Estado e da população. Diante de um acirramento, a postura brasileira deve ser a de não se fechar ao diálogo, mas também não se submeter às pressões”, opina.

No caso das críticas feitas pelos Estados Unidos ao Pix, o professor argumenta que não faz sentido indenizar corporações estadunidenses pelo fato de o país utilizar um sistema próprio de pagamentos, pois as empresas americanas não demonstraram preocupação em saber se seus sistemas de cartão de crédito estariam, de alguma maneira, interferindo nos sistemas de pagamento de outros países. Seria a hora, então, de fazer valer a tão defendida livre concorrência, segundo o economista.

Em âmbito regional, o Brasil sempre assumiu um papel de liderança no continente, mas esse protagonismo vem se enfraquecendo com o avanço dos governos de direita e centro-direita em países como Argentina, Paraguai, Chile, Colômbia e Peru. Alinhados à política de Donald Trump, que defende a “América para os americanos”, esses governos não costumam dar atenção à integração regional, fragilizando espaços que poderiam ser promissores, a exemplo do Mercosul. Reis lembra que o bloco econômico sul-americano, que já estava numa fase bastante difícil, tem so-

frido ainda mais com a crise diplomática das duas maiores economias do Cone Sul, provocadas pelas declarações do presidente argentino Javier Milei contra o governo brasileiro.

“O Brasil poderia ter um papel maior do que tem hoje no cenário internacional, mas o complexo de vira-lata das nossas elites econômicas impede que a gente tenha esse protagonismo. Falta visão estratégica das empresas nacionais, sobretudo, em setores como o da informática e o da indústria automobilística”, afirma o pesquisador. Ele elenca iniciativas brasileiras importantes de política externa, como a organização de encontros internacionais da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) com a União Africana e depois com a Liga Árabe, além do protagonismo, junto com a Turquia, num acordo para o uso de energia atômica pelo Irã.

Crescimento local

No território nacional, essa capacidade de ampliar mercados também está na mira de empresas e governos estaduais. A Paraíba, por exemplo, tem investido na exportação de produtos como açúcar, calçados e sucos de fruta, segmentos que também foram afetados pelas tarifas anunciadas pelo governo dos Estados Unidos. “Apesar do cenário de incerteza, eu acredito que as em-

Mudança

Postura protecionista do governo Trump desorganizou o comércio mundial, mas, por outro lado, estimulou os países afetados a buscar outros mercados

presas paraibanas buscarão novos mercados”, avalia Reis.

Outro ponto estratégico para fortalecer o crescimento da economia paraibana é o Porto de Cabedelo, que passa por um amplo processo de modernização para ampliar a movimentação de cargas e consolidar a posição como alternativa logística no Nordeste. Com investimentos de aproximadamente R\$ 210 milhões, realizados pelo Governo Estadual, o porto reformou armazéns, pátios e a área primária, elevando a capacidade estática para armazenar até quatro mil contêineres e criando condições para aumentar em até 20% o volume de cargas movimentadas nos próximos três anos.

No período compreendido de 2023 a 2026, a gestão do Porto de Cabedelo registrou avanços expressivos nos indicadores operacionais, refletindo o fortalecimento da atividade portuária e a ampliação da eficiência logística, com um aumento de aproximadamente 25% em relação aos anos anteriores. No período, foram movimentadas 4,2 milhões de toneladas de cargas, 4.974 contêineres por meio de operações de trânsito aduaneiro e 337 navios atendidos em operações de atracação e desatracação.

De acordo com o Fórum Celso Furtado, as exportações da Paraíba fecharam o ano de 2025 em US\$ 178,6 milhões, registrando um crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Apesar dessa alta, o estado mantém uma participação modesta no comércio exterior, comparado ao restante do Nordeste. Ou seja, o cenário externo ainda é desafiador, o que demanda a adoção, por parte tanto de agentes públicos quanto privados, de estratégias que impulsionem a competitividade da Paraíba no comércio internacional.



Foto: Carlos Rodrigo

Porto de Cabedelo ampliará movimentação e consolidará sua posição como alternativa logística

VANGUARDA

Ensino da Paraíba incentiva formação de internacionalistas

Aposta abre fronteiras para gerações de paraibanos na nova ordem mundial e expande oportunidades de negócios

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

“Estamos vivendo, sim, uma transição para uma nova ordem mundial”, afirma Carlos Enrique Ruiz, professor de Relações Internacionais na UEPB e coordenador do Centro de Estudos Avançados em Políticas Públicas e Governança (CEAPPG) da instituição. Ele ressalta que é difícil caracterizar o processo de forma precisa, mas é inegável a falência das instituições multilaterais do direito internacional — consolidadas, em boa parte, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, um desafio particular merece atenção: a formação da nova geração de diplomatas e internacionalistas.

A curiosidade por História Geral, na época de colégio, sobretudo dos conflitos internacionais, foram as motivações iniciais para os primeiros estudos de Relações Internacionais do professor, que se aprofundaram na pós-graduação em Ciência Política. Apesar do debate científico sobre a relação de subordinação entre as duas áreas, ambas possuem um objeto comum: a dimensão do poder. “O campo das Relações Internacionais se distingue por se ocupar da dimensão do poder em escala internacional, enquanto a Ciência Política clássica se dedica, de maneira mais ordinária, ao âmbito doméstico da relação entre os poderes e das políticas públicas”, explica.

Atento às relações de poder mundial, Ruiz reconhece o recrudescimento da postura messiânica dos Estados Unidos no governo Trump, que se arroga o poder de polícia do mundo, e a emergência da China como potência econômica. Se, na nova geopolítica, as instituições multilaterais estão sendo enfraquecidas, o redesenho desse mapa também indica possibilidades e parâmetros para se fazer relações internacionais. Ele cita, por exemplo, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), um dos orga-

Início
Fundado em 2006, o curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba foi o primeiro da área no estado e um dos pioneiros do Norte e Nordeste

nismos financeiros intergovernamentais do Brics, hoje presidido pela brasileira Dilma Rousseff.

Enquanto o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) concedem empréstimos a países com condicionantes, como a exigência de fazer uma reforma administrativa ou na educação, o NBD empresta dinheiro sem condicionantes, respeitando as políticas públicas e a soberania de cada país. “É uma tentativa de estabelecer uma nova ordem, inaugurando aquilo que a gente chama de cooperação internacional horizontal, Sul-Sul, em vez da cooperação vertical, Norte-Sul”, argumenta.

O professor, que atua coordenando pesquisas na área de relações internacionais, direitos humanos, educação e governança da *internet* nos *campi* da UEPB de João Pessoa, Campina Grande, Araruna e Catolé do Rocha, considera que o Brasil tem se posicionado de maneira firme diante da escalada de violência e de conflitos internacionais. “O país respeita a longa tradição diplomática que opta pelo multilateralismo e pelo respeito ao princípio da não ingerência e da autodeterminação dos povos, que garante a soberania dos Estados”, afirma.

Currículo

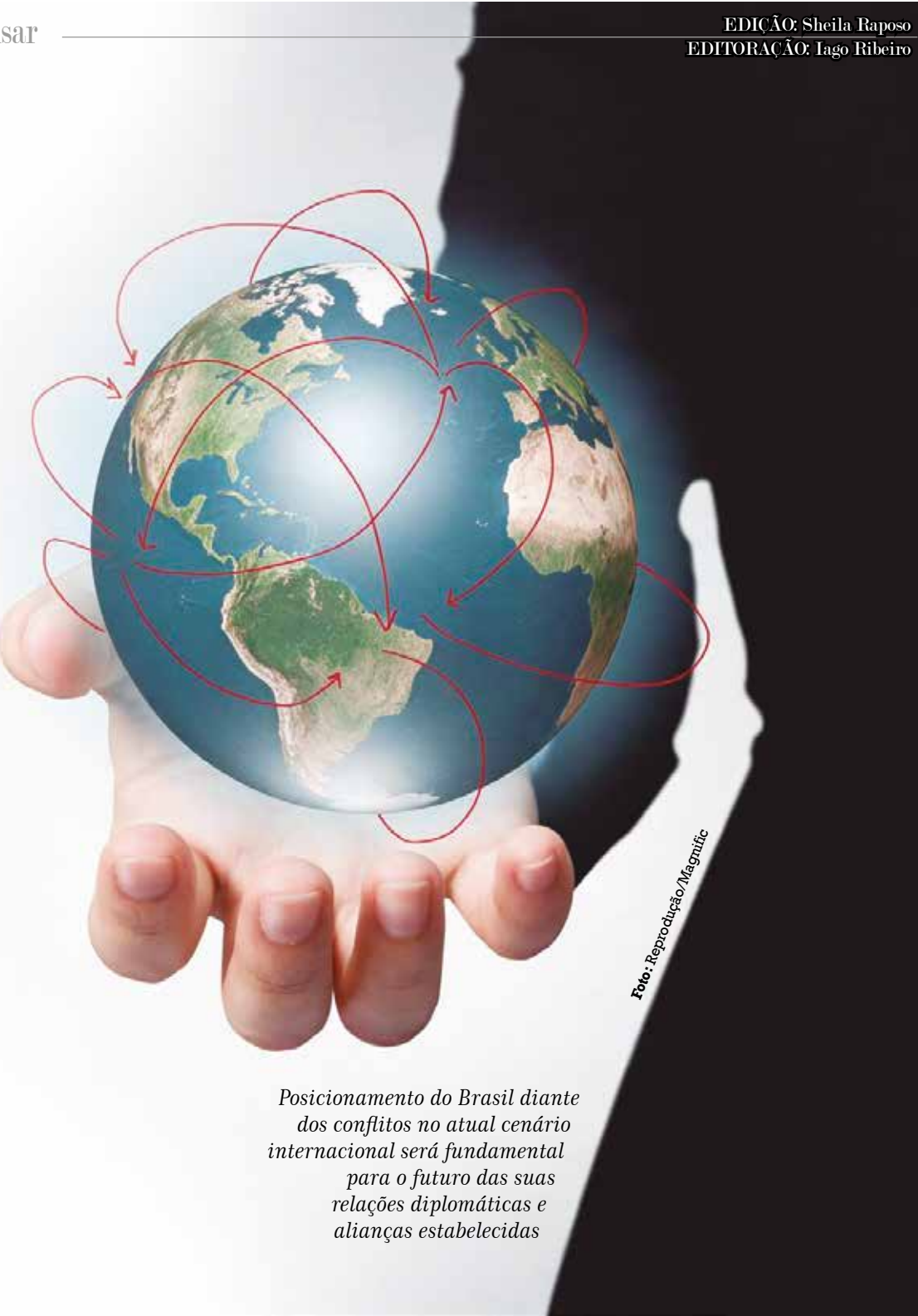
Para compreender todas essas dinâmicas contemporâneas e promover uma atuação qualificada, os fu-

turos profissionais de Relações Internacionais contam com uma formação ampla, que envolve disciplinas como Economia, Ciência Política, Línguas, História, Antropologia e Direito Internacional — sobretudo, dos grandes tratados e das conferências internacionais promovidas no âmbito da ONU. Todo esse conhecimento costuma ser cobrado num concurso anual realizado desde 1946, conhecido como “a prova do Itamaraty”.

Fundado em 2006, o curso de Relações Internacionais da UEPB foi o primeiro da área na Paraíba e um dos pioneiros do Norte e Nordeste, oferecendo uma formação que tem como foco principal a área de política internacional. O crescimento no setor impulsionou, anos depois, a criação dos cursos de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2009) e de Relações Internacionais (2011), ambos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bem como o curso Técnico em Comércio Exterior, oferecido na modalidade de Educação à Distância (EaD), pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Engana-se, porém, quem pensa que a formação de internacionalistas tem como objetivo único o Ministério das Relações Exteriores. Ruiz explica que é possível exercer a carreira atuando em redes internacionais, a exemplo da Via Campesina, que reúne trabalhadores rurais, povos indígenas, pastores e pescadores de todo o mundo, em defesa da agricultura camponesa e em prol da soberania alimentar, ou, ainda, em organizações como a Confederação Sindical Internacional, a maior federação mundial de sindicatos, que representa centenas de milhões de trabalhadores, em mais de 160 países — local onde o próprio docente já trabalhou.

“Um internacionalista pode atuar como ‘diplomata’ dos direitos humanos ou do meio ambiente em várias ONGs, trabalhando o interesse desses grupos num acordo como o do Mercosul ou



Posicionamento do Brasil diante dos conflitos no atual cenário internacional será fundamental para o futuro das suas relações diplomáticas e alianças estabelecidas

Foto: Reprodução/Magnific



Foto: Arquivo Pessoal

Precisamos pensar de que maneira podemos fazer uma relação transatlântica com o continente africano

Carlos Enrique Ruiz

o da União Europeia. Assim como os grupos de interesses do capital se reúnem quando têm uma conferência internacional dos Estados, os movimentos sociais também se encontram, então há todo um mercado que se abre para o profissional de relações internacionais”, indica.

De acordo com Ruiz, empresas têm preferido contratar um profissional de Relações Internacionais a um de economia para analisar o país para o qual desejam exportar, pois essa avaliação vai além dos números. “Ele observa o regime político, como se dá a configuração das elites e dos movimentos sociais em torno daquele governo, se ele é ou não estável, enfim. Esse profissional possui uma série de *expertises* e habilidades que lhes dá uma visão mais ampla e o torna desejado pelas empresas”, acrescenta o professor.

Futuro

Na Paraíba, o crescimento turístico e o estímulo para que empresas locais busquem novos mercados para exportação é promissor, contudo Ruiz ainda percebe uma grande diferença

em relação às oportunidades geradas em centros tradicionais que demandam diplomatas e internacionalistas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A desigualdade apontada pelo docente é estrutural — constatação compartilhada pelo embaixador aposentado Carlos Alberto Pessoa Pardellas. Ele defende maior circulação na formação dos diplomatas para que conheçam o próprio país e possam, assim, representá-lo melhor.

“Um período de trabalho em áreas como agricultura, energia, meio ambiente, desenvolvimento regional, infraestrutura e ciência e tecnologia pode proporcionar um conhecimento do Brasil que depois será extremamente valioso, seja em uma embaixada, seja em uma negociação internacional. O mesmo pode ocorrer com uma experiência nos estados e nas instituições regionais”, sugere o diplomata.

Ele sonha com mais cursos, congressos, instituições e centros de estudos dedicados às relações internacionais nas regiões brasileiras, e afirma que a política externa pertence ao Brasil inteiro, portanto, quanto melhor o Itamaraty conhecer a sua diversidade, as suas necessidades e as suas potencialidades, melhores serão as condições para defender os interesses nacionais no exterior.

Aos 93 anos, Pardellas atribui uma tarefa às novas gerações de diplomatas, que difere muito do contexto no qual iniciou a sua carreira: as questões em torno de tecnologias como inteligência artificial e cibersegurança, que não respeitam fronteiras. A exigência de profissionais mais preparados tecnicamente requer, na visão do embaixador, uma cooperação muito maior entre Itamaraty, universidades, empresas, cientistas e outros setores da sociedade brasileira.

“As tecnologias mudam — às vezes, de maneira extraordinariamente rápida

—, mas muitas das questões fundamentais da diplomacia permanecem: quem estabelece as regras, como se preserva a soberania dos Estados, como se protegem os interesses nacionais e como se constrói cooperação internacional diante de problemas que nenhum país consegue resolver sozinho”, afirma. Como cada geração de diplomatas recebe um mundo diferente daquele encontrado pela geração que a precedeu, as novas turmas estão tendo que lidar com a revolução digital e a inteligência artificial. “Cabe-lhes, portanto, a missão de ajudar o Brasil a formular as respostas necessárias nesse campo”, pontua.

É para estimular esse processo que o curso da UEPB vem estreitando parcerias para proporcionar, aos alunos da instituição, experiências de estágio em espaços de inovação, como informa o professor Carlos Ruiz. Em âmbito estadual, isso tem acontecido por meio de convênios firmados entre o Governo e instituições como a Federação das Indústrias da Paraíba (Fiep-PB); no campo internacional, por intermédio de uma cooperação entre o Itamaraty e seis universidades brasileiras (dentre as quais, a paraibana), que já enviou três estudantes do curso a estágios na sede do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai.

“Precisamos começar a pensar de que maneira a gente pode fazer uma relação transatlântica com o continente africano, porque somos, como se diz, ‘o ponto mais oriental das Américas’, e essa é uma oportunidade que deve se abrir em breve. No ambiente internacional, também temos que estar atentos a questões complexas, como a inteligência artificial e a governança global da *internet*, principalmente porque o nosso curso é, por natureza, interdisciplinar, e propõe aos alunos o desenvolvimento da capacidade de dialogar em todas as áreas”, conclui o pesquisador.



Foto: Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Para especialista, Itamaraty precisa se aprofundar na diversidade do país para defendê-lo melhor